



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

RAFAEL TEIXEIRA DE SOUZA

**BIOGRAFIA E ROMANCE: UM ESTUDO COMPARADO DE *OLGA*, DE  
FERNANDO MORAIS, E *ESTAÇÃO DAS CHUVAS*, DE JOSÉ EDUARDO  
AGUALUSA**

BRASÍLIA – DF

2018

RAFAEL TEIXEIRA DE SOUZA

**BIOGRAFIA E ROMANCE: UM ESTUDO COMPARADO DE *OLGA*, DE FERNANDO MORAIS, E *ESTAÇÃO DAS CHUVAS*, DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Literatura. Área de concentração: Literatura e Práticas Sociais.

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Cláudia da Silva.

BRASÍLIA – DF

2018

RAFAEL TEIXEIRA DE SOUZA

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, para a obtenção do grau de mestre, aprovada em 28 de agosto de 2018, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Ana Claudia da Silva (UnB - Membro interno)

---

Profa. Dra. Cintia Carla Moreira Schwantes (UnB - Membro interno)

---

Prof. Dr. Paulo César Thomaz (UnB - Membro interno)

---

Profa. Dra. Susana Ramos Ventura (UNIFESP - Membro externo)

Dedico esta dissertação à memória dos meus avôs José Tavares de Souza (1921-2018) e Otaviano Valério da Silva (1924-2008), homens exemplares, cuja paciência, sabedoria e bom humor muito me fizeram crescer em todos os aspectos da vida.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de direcionar alguns agradecimentos a pessoas que foram muito importantes no processo de escrita deste trabalho e ao longo de todo o período em que estive em Brasília. Como não seria diferente, meu primeiro agradecimento direciona-se a Deus, que me acompanha desde o meu nascimento até os dias atuais, auxiliando-me de maneira magnífica, tanto sutil como abertamente. Aliás, sua intervenção e seus milagres em minha vida são acontecimentos extraordinários, sem os quais decerto eu não estaria aqui, para honra e glória d'Ele... Agradeço também a meus pais, Lucimá e Jonas, e a meu irmão Daniel, pelo imenso afeto e orgulho, sentimentos esses que me fazem cada vez mais adquirir coragem face aos percalços diários. De igual modo, os parentes da parte de mãe e de pai merecem o meu muito obrigado. Além deles, agradeço à família Bacon Carvalho, que tão gentilmente recebeu e acolheu a mim e a meus pais neste admirável mundo novo que é Brasília. Outra pessoa que muito esteve presente no decurso deste projeto foi minha orientadora Ana Cláudia da Silva, a quem muito agradeço o carinho, a prontidão e a paciência diante de minhas frequentes inquietações. Já dentre aqueles que acreditaram em mim antes do ingresso no Mestrado, convém recordar alguns nomes, tais como Sissi Alves de Almeida, Socorro Assis, Edmilson Sá e Carlos Alberto Cavalcanti, professores cuja confiança em meu potencial fez-me crescer academicamente de uma forma que eu jamais imaginei. Dos colegas de UnB e AESA-CESA destaco os nomes de Daniel Cabral, Yulle Kamilla Rodrigues, Mariângela Alves, Paulo Morenno e Wanderllan Gomes, da parte desta; e de Elizabete Barros, Roberto Medina, Marcos Vinícius Caetano, Rogério Canedo e Rosa Alda, da parte daquela. O respeito e o estímulo que recebi de vocês é algo que não tem preço, de sorte que lhes serei eternamente grato. As instituições citadas, bem como os tantos funcionários (professores, secretários, diretores etc.) que nelas trabalham, igualmente merecem minha consideração e gratidão pela gentileza com que me trataram em todas as ocasiões. Por fim, agradeço às demais pessoas que conheci nestes últimos três anos, as quais, não me resta dúvida, foram postas por Deus com o propósito de abrilhantar ainda mais minha caminhada.

*Porque é melhor a sabedoria do que as joias, e de tudo o que se deseja nada se pode comparar com ela.*

Provérbios 8; 11.

**Resumo:**

Esta dissertação tem o objetivo de comparar a biografia *Olga* (1985), do jornalista brasileiro Fernando Morais, e o romance *Estação das chuvas* (1996), do romancista angolano José Eduardo Agualusa, especialmente no tocante às suas personagens principais e suas ligações com movimentos revolucionários. Inicialmente, será exposto um estudo acerca da relação entre a biografia e suas variantes na contemporaneidade, notadamente no que diz respeito ao Brasil como país e à História como ciência. O corpus teórico dessa fase será composto, basicamente, por François Dosse (2015), Pierre Bourdieu (1998), Felipe Pena (2004), Mary Del Priore (2009) e Arnaldo Momigliano (1993). A seguir, analisaremos os principais movimentos totalitários europeus (o fascismo italiano, o comunismo russo e o nazismo alemão) a partir do pensamento de Hannah Arendt (2012) e Eric Hobsbawm (1995), para depois centralizarmos o discurso no período do Estado Novo brasileiro, por meio de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) e Boris Fausto (2015), e das batalhas pré e pós-independência de Angola, abordadas pelos livros de Paulo Fagundes Visentini (2012) e UNESCO (2010). Na sequência, empreenderemos a análise das obras. Atentando para os detalhes, abordaremos cada uma dentro do arcabouço teórico do subgênero que lhe concerne – isto é, respectivamente a biografia, pelas teorias de François Dosse (2015), e o romance histórico, mediante o pensamento de György Lukács (2011) e Linda Hutcheon (1991) –, a fim de confirmá-las como obras de relevância histórica para seus países. A aproximação dessas mesmas obras sob o prisma da militância no Brasil e em Angola ficará a cargo dos trabalhos de Mirian Goldenberg (1997) e Dya Kasembe e Paulina Chiziane (2008). Como conclusão, retomaremos o estudo desde o início, pontuando de forma sintética as semelhanças verificadas entre as narrativas e os subgêneros a que cada uma pertence, de modo a focar, sobretudo, nas suas personagens principais.

**Palavras-chave:** Biografia. Romance. Ditadura. Militância feminina. Literatura brasileira. Literatura angolana.

**Abstract:**

This dissertation aims to compare the biography *Olga* (1985), the Brazilian journalist Fernando Morais, and the novel *Estação das chuvas* (1996), by the Angolan novelist José Eduardo Agualusa, especially in relation to his main characters and his links with revolutionary movements. Initially, a study will be exposed about the relationship between biography and its variants in contemporaneity, notably with regard to Brazil as a country and History as a science. The theoretical corpus of this phase will be basically composed by François Dosse (2015), Pierre Bourdieu (1998), Felipe Pena (2004), Mary Del Priore (2009) and Arnaldo Momigliano (1993). Then we will analyze the main European totalitarian movements (Italian Fascism, Russian Communism and German Nazism) from the thought of Hannah Arendt (2012) and Eric Hobsbawm (1995), to later center the discourse in the period of the Brazilian New State, through Lilia Schwarcz and Heloisa Starling (2015) and Boris Fausto (2015), and the pre-and post-independence battles of Angola, covered by the books of Paulo Fagundes Visentini (2012) and UNESCO (2010). In the sequence, we will undertake the analysis of the works. Minding to the details, we will approach each within the theoretical framework of the subgenre that concerns him - that is, respectively the biography, by the theories of François Dosse (2015), and the historical novel, through the thought of György Lukács (2011) and Linda Hutcheon (1991) - in order to confirm them as works of historical relevance for their countries. The books of Mirian Goldenberg (1997) and Dya Kasembe and Paulina Chiziane (2008) will be the focus of these works under the prism of militancy in Brazil and Angola. As a conclusion, we will return to the study from the beginning, punctuating in a synthetic way the similarities verified between the narratives and the subgenres to which each one belongs, in order to focus, above all, on its main characters.

**Keywords:** Biography. Novel. Dictatorship. Women's Militance. Brazilian literature. Angolan literature.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1. Biografia e história: uma relação interdependente.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1. O discurso biográfico segundo François Dosse.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2. O discurso biográfico e suas ramificações na contemporaneidade.....</b>	<b>28</b>
<b>2. Os movimentos totalitários do século XX.....</b>	<b>38</b>
<b>2.1. O Estado Novo brasileiro: a primeira ditadura nacional pós-monarquia.....</b>	<b>44</b>
<b>2.2. História de Angola: colonização, descolonização e pós-colonialismo.....</b>	<b>51</b>
<b>3. Aspectos do biografismo contemporâneo em <i>Olga</i>.....</b>	<b>60</b>
<b>3.1. Eugénie e Leo Benario: a formação identitária de Olga a partir das figuras paternas.....</b>	<b>72</b>
<b>4. Aspectos do romance histórico contemporâneo em <i>Estação das chuvas</i>.....</b>	<b>77</b>
<b>4.1. Jacinto do Carmo Ferreira: a formação identitária de Lídia a partir da figura do avô.....</b>	<b>89</b>
<b>5. O papel da mulher nos movimentos revolucionários do Brasil e de Angola: os casos de Olga Benario Prestes e Lídia do Carmo Ferreira.....</b>	<b>92</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>97</b>
<b>Referências.....</b>	<b>102</b>

## Introdução

Uma das primeiras biografias de autoria brasileira sobre uma militante comunista foi *Olga*<sup>1</sup> (1985), do biógrafo e jornalista Fernando Morais. Impressionam nesse livro suas várias qualidades estéticas, além do fato de ele pertencer a uma vertente da prosa que é pouco estudada em trabalhos acadêmicos de literatura, em virtude de a maior parte das pesquisas voltadas para a biografia serem da esfera da história ou do jornalismo. O que, no entanto, nos despertou o interesse de uma comparação foram as semelhanças do referido livro com um romance, haja vista o grande número de passagens em que a personagem principal se envolvia em conflitos, as inúmeras reviravoltas da trama e, em particular, o seu final trágico.

Mediante algumas pesquisas mais aprofundadas dos períodos relacionados ao livro, ao longo das quais frequentemente consultamos uma obra em especial – *Brasil: uma biografia* (2015), de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling –, pudemos ter melhor noção dessas épocas tão marcantes da história do Brasil. Além disso, o livro de Schwarcz e Starling serviu-nos para esclarecer um pouco mais outros episódios da nossa história, como, por exemplo, a chegada dos portugueses aqui, a abolição da escravatura e a transição da Monarquia para a República. A mesma biografia, importa destacar, falava de nazismo, palavra cujo sentido carrega uma significação opressiva tal qual ditadura. Do mesmo modo que fizemos com a ditadura do Estado Novo, pesquisamos um pouco mais o tema, tanto em fontes bibliográficas – como o livro *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados* (2002), de Roderick Stackelberg – como por meio de documentários e palestras da internet, o que veio a nos oferecer mais esclarecimentos a respeito de *Olga* e de seu contexto histórico.

Continuando a falar de *Olga*, a primeira constatação que fizemos após essas leituras complementares foi que o livro se assemelhava muito não apenas a um romance propriamente dito, mas a outra categoria do gênero: o romance histórico tradicional, que, segundo o filósofo György Lukács (2011), caracteriza-se basicamente pela reescrita do passado em cenários nos quais ocorre a descentralização dos heróis oficiais e em que convivem, a um só tempo, personagens baseados em pessoas de existência real e personagens ficcionais engendrados pela imaginação do autor. Um livro em especial, ao que pudemos verificar, continha características muito próximas às de *Olga*. Tratava-

---

<sup>1</sup> No decorrer deste estudo, sempre que formos nos referir à biografia de Olga Benário Prestes escrita por Fernando Morais, o título da mesma – que apresenta apenas o primeiro nome da personagem central – aparecerá grafado em itálico (*Olga*), seguido ou não do ano da sua primeira publicação (1985).

se de *Estação das chuvas* (1996), romance do escritor angolano José Eduardo Agualusa. Outros livros dele, como *Teoria geral do esquecimento* (2012) e *A rainha Ginga* (2014), também são narrativas de mulheres importantes da história de seu país, figuras tanto históricas quanto fictícias, porém todas revestidas de uma gama de verossimilhança graças à ficcionalização do real. Mas *Estação das chuvas* apresentava maior quantidade de analogias com *Olga*, com uma ressalva: a personagem principal deste romance, cujo nome é Lúcia do Carmo Ferreira, nunca de fato existiu.

A despeito disso, foram especificamente as similaridades entre os textos que mais nos instigaram a aproximação, posto que, até onde pesquisamos, existiam pouquíssimos trabalhos acadêmicos, tanto de literatura como de qualquer outra área, que comparassem uma biografia a um romance. Essa escassez de estudos comparados entre gêneros aparentemente tão distintos, pudemos constatar, se deve às supostas limitações de um em contraponto à liberdade do outro. Para o leitor comum, a biografia é um gênero fechado, à margem de quaisquer questionamentos sobre a veracidade dos fatos narrados, ao passo que o romance é exatamente o contrário: mesmo de vertente histórica, é suscetível à transformação dos fatos em proveito da ficcionalização e da valorização dos personagens em detrimento da história. Entretanto, para os que têm certo conhecimento em ambos os gêneros, sabe-se que essa lógica não é seguida. Ainda que produzida sob a referência de fontes confiáveis, a biografia é um gênero suscetível à imprecisão de dados e ao imprevisto por parte do autor, bem como o romance histórico é muitas vezes fiel aos fatos a que se propõe retratar.

É precisamente com base nessas imprecisões e certezas que este trabalho será mediado pela literatura comparada, ciência que ao longo dos anos tratou de aproximar obras de diferentes literaturas, independentemente da ausência ou da abundância de compatibilidades.

No que se refere às escolas de literatura comparada, as mais conhecidas são a francesa e a americana. A escola francesa primava pela análise das relações causais entre obras e autores, mantendo uma estreita relação com a historiografia literária (CARVALHAL, 2006). O principal vocábulo que caracterizou essa escola foi “influência”, conceito positivista sobre o qual a escola americana do início de 1950 lançou diversos questionamentos. Esse conceito, inclusive, é fruto do fortalecimento das fronteiras europeias; associa-se à política e, especialmente, à consolidação do pensamento nacionalista.

Para além de críticas e alterações, a escola americana de literatura comparada apresentou propostas de reformulação da disciplina no sentido exatamente de reparar as lacunas legadas pela escola francesa. Primeiro, tratou de relegar o termo “influência”, que cedeu lugar a “referência”. A explicação para essa troca repousa no fato de que o termo “influência” circunscreve a literatura numa

certa hegemonia de determinadas escolas nacionais, as quais desde a sua origem eram autossuficientes. Já o termo “referência” trata de democratizar essa suposta hegemonia, sinalizando para uma solidariedade entre todas as literaturas, de sorte que não existe literatura que não referencie outra ou que, digamos, não se sirva de outra para compor suas obras.

Outra alteração se dirige ao foco da abordagem. Enquanto o comparativismo francês privilegiava fatores externos ao texto literário, como a biografia do autor, a escola americana fazia exatamente o inverso: priorizava a análise da configuração dos textos em detrimento das relações entre autores ou obras – o que, todavia, não significa que a mesma deixasse de incluir as relações exteriores às obras. De resto, Wellek “concebia a obra de arte como uma totalidade diversificada, como uma estrutura de signos que implicam e exigem significados e valores” (NITRINI, 1997, p. 35). Voltando nossas atenções para o comparativismo do leste europeu, sobretudo da década de 1960 em diante, enxergamos outros progressos da disciplina. Victor Zhirmunsky, um dos principais representantes dessa escola, diz ser imperioso fazer analogias tipológicas e influências literárias na história das literaturas, de modo particular sob o prisma do desenvolvimento histórico e social da humanidade (NITRINI, 1997). Já seu compatriota Söter desenvolveu uma teoria cuja configuração absolve e confirma os velhos métodos comparatistas, conferindo-lhes, no entanto, novas funções. Ele considera as exigências internas de cada literatura nacional, possibilitando a recepção de uma influência estrangeira de acordo com as suas tendências assimilatórias. Acresce a esse método uma tentativa de relacionar paralelismos na evolução das literaturas nacionais, as quais, em circunstâncias históricas parecidas, acarretam a recepção de efeitos, o que, por seu turno, provoca o surgimento de fenômenos e configurações semelhantes.

Outros nomes meritórios dessa que se convencionou chamar, também, de escola soviética de literatura comparada, são Mikhail Bakhtin e Julia Kristeva. De acordo com Carvalho (2006), Bakhtin resgata a perspectiva diacrônica do texto, reatando a relação ente literatura comparada e história. Desse modo, o autor distingue os traços fundamentais da organização do romance em Dostoiévski, lendo-o não apenas como uma construção polifônica em que, num jogo híbrido e dialógico, várias vozes se cruzam, mas também interpretando essa polifonia como um encontro de várias ideologias. O texto escuta o discurso da história e não mais o reproduz como uma unidade, mas como um jogo de comparações.

No que diz respeito a Julia Kristeva, que se valeu das teorias de Bakhtin para este fim, atribuiu-se a ela, em 1969, a autoria do termo “intertextualidade”. Segundo a autora, o texto literário é uma estrutura constituída de vários outros textos, os quais se interligam de modo a formar um único

discurso ou, em suas palavras, um “mosaico de citações”. Resulta disso a conclusão de que o processo de escrita está diretamente vinculado ao exercício da leitura, de modo que o primeiro é consequência do último e “o texto [passa a ser], portanto, absorção e réplica a outro texto (ou vários outros)” (CARVALHAL, 2006, p. 50).

É, aliás, exatamente na disseminação do pensamento pós-colonial que emerge o comparativismo latino-americano. Essa escola trouxe à baila discussões relativas à identidade cultural, desbancando, exatamente por essa via, o modelo eurocêntrico de análise. Em todo caso, buscou-se com insistência uma desvinculação do pensamento europeu por intermédio de um discurso que mostra uma premente necessidade de descolonização. Guillermo de Torre, comparatista argentino, mostrava-se contrário à tese de que existiam literaturas autônomas, ao mesmo tempo que acreditava existir uma interdependência de todas as literaturas, até mesmo das europeias com respeito às latino-americanas. Já o uruguaio Angel Rama, por sua vez, conservava suas próprias convicções sobre um projeto de integração latino-americano, o qual fundar-se-ia “numa identidade comum [...] enformada pela herança genética, pelo modo de apropriação das culturas estrangeiras [...] e pela estratificação cultural decorrente do mestiçamento” (NITRINI, 1997, p. 70).

Após apresentar a metodologia de abordagem detendo-nos aos seus desdobramentos, cabe a nós, agora, justificar esta pesquisa. Ela se baseia, como apontando há pouco, na ausência de trabalhos comparativos entre biografia e romance e, ainda, em outra ausência maior: de trabalhos acadêmicos que comparam personagens femininas pertencentes a partidos revolucionários. As figuras masculinas (tais como Mussolini, Mao Tsé-Tung, Nelson Mandela etc.), por representarem esses poderes na História de forma mais frequente, encontram-se bem mais presentes, também, em estudos acadêmicos que tratam de regimes totalitários, os quais raramente abordam personagens femininas, cuja representatividade, à época desses regimes, limita-se geralmente à posse de papéis secundários, não raro relacionados a vítimas impossibilitadas de lutar contra as ditaduras<sup>2</sup>. Olga Benario Prestes<sup>3</sup> e Lídia do Carmo Ferreira representam exatamente o avesso desses estigmas. Foram mulheres que, respectivamente sob o prisma real e fictício, deixaram suas marcas na História. Convém mencionar,

---

<sup>2</sup> Na apresentação da primeira edição de *Olga*, Fernando Morais descreve brevemente as dificuldades com que se deparou, no Brasil, ao tentar começar a escrever o seu livro. Segundo ele, a principal dessas dificuldades foi que “no Brasil não havia praticamente nada sobre ela – e surpreendi-me ao ver que até mesmo a historiografia oficial [...] relegara invariavelmente a ela o papel subalterno de ‘mulher de Prestes’ – e nada mais do que isso” (MORAIS, 2008, p. 9).

<sup>3</sup> O sobrenome “Benario” apresenta-se grafado em algumas fontes com acento agudo na segunda sílaba (Benário), de modo que optamos por grafá-lo sem acento, conforme consta na edição de que nos servimos da biografia de Fernando Morais. O mesmo se dirige ao nome de Luís Carlos Prestes, que, muitas vezes grafado “Luíz”, “Luiz” ou “Luis”, optamos pela grafia “Luís”, segundo se encontra escrito no mesmo volume.

ainda de passagem, as semelhanças que se relacionam às épocas de cada livro. Tanto um como o outro relata transições limiars de poder e governo entre seus países, transições essas ocorridas ao longo do século XX e marcadas por conflitos nos quais imperavam violência e coerção.

Para comparar personagens e épocas, notadamente sob a perspectiva de dois livros escritos em língua portuguesa, um dos conceitos fundamentais será o de sistema literário, concebido por Antonio Candido. Para esse pesquisador, sistema literário é um conjunto de obras ligadas por denominadores comuns – ou seja, por similaridades estéticas – que as singularizam de outras em termos temporais. Nesse caso, os componentes da tese de Candido estariam ligados tanto a elementos internos (língua, temas e imagens partilhadas) como externos (produtores, receptores e emissores) advindos da sociedade (CANDIDO, 2013). No Brasil, só veio a se constituir um sistema literário à época do Arcadismo, quando se confluíram aqui algumas culturas europeias, tais como a francesa, a inglesa e, sobretudo, a portuguesa, de modo que essas manifestações ganharam particular expressão a partir do Romantismo. Antes do Arcadismo brasileiro, ainda segundo Candido, não tínhamos mais que manifestações identitárias isoladas, que, mesmo pelo seu isolamento, não constituíam um sistema, o qual deveria ser composto – como numa orquestra em que muitos instrumentistas conduzem, por instrumentos diferentes, uma mesma sinfonia – de vários autores. E estes, por meio de suas obras, deveriam apresentar determinadas compatibilidades (tais como, por exemplo, o compromisso de contribuir para a construção da identidade nacional) dentro de um plano de fundo histórico e artístico.

Existe outro importante conceito acadêmico de sistema literário. Seu autor é Benjamin Abdala Junior. No seu livro *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos* (2007), esse teórico expande o conceito de Antonio Candido de sistema literário, associando-o à noção de literatura internacional. Para Abdala Junior, existe um macrossistema que engloba as várias literaturas nacionais de língua portuguesa, o qual seria “um ponto de encontro dos polissistemas literários [...] decorrente das articulações dos sistemas literários nacionais” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 214). Nesse sentido, Abdala Junior volta suas atenções para a articulação de obras e autores que, além do uso de uma mesma língua, partilham de uma igual concepção de literatura engajada. Essa ideia, quando posta em prática, foi mais bem executada, por exemplo, por escritores neorrealistas, uma vez que eles consideram a literatura como instrumento de transformação social.

Esse conceito teve sua origem no desejo de se buscar uma base teórica para aproximar as literaturas de língua portuguesa, estabelecendo uma área comum de convergência dos sistemas literários nacionais. Não nos motivava apenas a busca de repertórios provenientes

de raízes histórico-culturais comuns, mas também em termos prospectivos de criar bases para aproximações comunitárias [...]. Ao enfraquecimento dos Estados nacionais, parece-nos estratégico, na atualidade, relevar fatores comunitários – uma forma de se contrapor à estandardização dos produtos culturais ligados aos processos de mundialização da economia capitalista (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 214).

No ensaio *Necessidade e solidariedade nos estudos de literatura comparada*, presente, ainda, no volume *De vãos e ilhas: literatura e comunitarismos*, Abdala Junior discorre um pouco mais sobre a sua teoria. Desta vez empregando a metáfora de Próspero e Caliban, personagens da peça shakespeariana *A tempestade*, o teórico se refere a esta última personagem para metaforizar a maneira como deve incidir – conforme Peter Burke (2003), em livro de título homônimo – o hibridismo cultural entre os países de língua portuguesa. Ora, ele se refere a uma mestiçagem própria dos países latino-americanos, mestiçagem essa que “envolve as culturas ameríndias, africanas e europeias” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 66). E ele prossegue, na mesma página, reforçando a ideia de que “essa mestiçagem real, mas não sintética, traz-nos um estatuto crioulo – a criouldade – [que] é uma forma plural de nos imaginarmos [...] como repositórios de várias culturas”. Logo a seguir, o autor incentiva o comparativismo como solidariedade, o qual deve ter como principal premissa a permuta do que existe de comum e próprio em nossas culturas, excepcionalmente no que se dirige a países hispano-americanos e países cuja língua oficial é a portuguesa.

De acordo com Moraes (2010), que associa o conceito de sistema literário, de Antonio Candido, ao de macrossistema, de Benjamin Abdala Junior, acrescenta-se aos fatores já mencionados no primeiro conceito a continuidade, ou melhor, a progressão da tradição literária, a fim de que o sistema se alicerce por si só e, principalmente, tenha continuidade. Ainda segundo Moraes, o pensamento de Candido condiz, de modo patente, com a realidade de países africanos de língua portuguesa. Isto ocorre porque “em países cuja identidade nacional é problemática, dada a experiência colonial e seus desdobramentos, a literatura tenderia a adquirir uma função precisa: a de contribuir para a formação dessa identidade” (MORAES, 2010, p. 72).

Apesar de algumas semelhanças no tocante ao domínio do colonizador e diferenças no que compete a aspectos cronológicos do desenvolvimento e afirmação de suas literaturas, Angola e Brasil compartilham de uma comum reação a formas alienatórias do imperialismo, na qual a literatura ocupa papel fundamental. Essa contingência é decisiva para a efetivação do conceito de macrossistema literário envolvendo, entretanto, não apenas Angola e Brasil, como os demais países africanos de língua portuguesa. O estudo de Abdala Junior aponta, ademais, “para os dilemas que a militância política impõe ao escritor (o risco de incorrer em literatura-reportagem, abandonando-se as ambigüidades próprias do literário, por exemplo)” (MORAES, 2010, p. 78). A partir dessas

constatações, o teórico defende a ideia de uma literatura engajada, que procuraria reunir as literaturas de língua portuguesa e estabelecer, entre elas, uma solidariedade envolvendo os seus autores. Tal solidariedade implicaria em apropriações literárias, permutas culturais e intertextualidades, sem a necessidade de uma conscientização propriamente dita da parte da fonte nem da literatura influenciada.

É pautado nessa necessidade de comparação entre literaturas de língua portuguesa que pretendemos escrever esta dissertação, obedecendo à seguinte sequência de abordagem: de início, no que será o primeiro capítulo, trataremos de discutir a escrita biográfica e suas variantes, tomando como referência, respectivamente, as obras de François Dosse, *O desafio biográfico: escrever uma vida* (2015), além de artigos de importantes pesquisadores brasileiros da área, como Felipe Pena (2004) e Walnice Nogueira Galvão (2005).

No segundo capítulo abordaremos os tempos e os espaços narrativos. À guisa de introdução, começaremos argumentando sobre regimes totalitários, como o nazismo e o stalinismo, tendo como ponto de partida a obra *Origens do totalitarismo* (2012), da filósofa alemã Hannah Arendt. É através das reflexões históricas dessa autora que procuraremos descrever, a seguir, o Estado Novo brasileiro e os conflitos pré e pós-independência de Angola. Essa abordagem será fundamentada pelos trabalhos de Boris Fausto (2015), Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), UNESCO (2010) e Paulo Visentini (2012).

O terceiro capítulo se ocupará em analisar a biografia *Olga* sobre os pressupostos teóricos d'*O desafio biográfico* (2015), mais especificamente no tocante à idade hermenêutica da biografia, destacada nos dois capítulos finais do livro de François Dosse. Já no quarto capítulo, por sua vez, nos ocuparemos com a análise de *Estação das chuvas* sob os argumentos de teóricos do romance histórico, entre eles György Lukács (2011) e Linda Hutcheon (1991), e do romance angolano, tais como Rita Chaves (1999) e Tânia Macêdo (2008). Os argumentos de Mirian Goldemberg (1997) e Dya Kasembe e Paulina Chiziane (2008) explicarão o envolvimento das personagens centrais dos livros com movimentos revolucionários. A título de conclusão, exporemos de forma sintética as principais descobertas feitas ao longo da dissertação, reforçando, entretanto, as semelhanças entre os dois textos e, especialmente, entre as suas personagens principais.

## 1. Biografia e história: uma relação interdependente

A história da biografia confunde-se com a própria historiografia; o modo por meio do qual o ser humano é compreendido e retratado confunde-se, de forma semelhante, com o modo como a história é interpretada ao longo dos séculos. De acordo com Arnaldo Momigliano (1993), a biografia surgiu no século V a. C., mas somente nove mil anos depois, no século IV d. C., é que ela teria se disseminado pelo Ocidente. Ainda segundo Momigliano, nessa época, uma das principais funções das biografias era estruturar modelos de comportamento para serem seguidos pela posteridade. Com efeito, algumas divergências entre História e biografia ocorreram, divergências essas que se estenderiam no curso dos séculos e chegariam até os nossos dias. A primeira e, decerto, mais proeminente delas é o direcionamento de cada uma das áreas: enquanto a História procurava abarcar toda uma coletividade em determinados períodos temporais, a biografia selecionava um indivíduo para, metaforicamente, nele depositar todo o fardo de uma época.

No seu artigo *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, a historiadora Mary Del Priore (2009) esboça a trajetória do gênero caracterizando-o desde as suas primeiras manifestações. Segundo Del Priore, a narração da vida de uma ou mais pessoas – o que, de acordo com Dosse (2015), em princípio não se chamava “biografia”, termo dicionarizado apenas em 1721 – surgiu com Heródoto. Contemporâneo e compatriota seu, Tucídides também o seguiu, de maneira que tanto este como aquele consubstanciou em suas obras o discurso histórico a certa dose de retórica, acréscimo resultado da preocupação de ambos mais com o estilo de seus textos do que com a exatidão dos fatos narrados. Outro proeminente historiador grego foi Plutarco, cuja produção compreende dezenas de biografias, boa parte das quais, segundo Silva (2003), relatam a vida de chefes militares, legisladores e governantes políticos. Alguns historiadores romanos como Suetônio, Tito Lívio e Cornélio Tácito, deram continuidade a essa tradição biográfica da antiguidade, pontilhando seus textos com argumentos extras no intuito de realçar a psicologia dos personagens<sup>4</sup>.

Entretanto, essa perspectiva da biografia mudou com o tempo. Mais especificamente na era da Renascença, o homem apossou-se da pena a fim de escrever sobre si próprio, de modo a tornar a individualidade a meta e a norma de todas as coisas (DEL PRIORE, 2009; BAKHTIN, 2011). Antes disso, já na Idade Média, a hagiografia tinha sido o principal modelo dos relatos biográficos, sendo sucedida pela representação de heróis nas narrativas literárias. Assim, Deus, o Estado e a família

---

<sup>4</sup> Como assinalado no parágrafo anterior, as biografias da Antiguidade eram produzidas com a finalidade elementar de enaltecer determinados personagens históricos e suas proezas, o que muitas vezes levava o historiador a afastar-se do domínio da historiografia para inserir, no discurso biográfico, detalhes que valorizavam seu estilo.

cederam lugar ao sujeito em sua vida privada. Autores como Marguerite de Valois, Commynes, Monluc, Saint-Simon, entre outros, destacaram-se por escrever obras memorialistas em cujo centro se concentravam suas próprias pessoas. A seguir, já no século XVIII, surgiu a figura do grande homem, aquele que, segundo Voltaire, invariavelmente haveria de exercer uma função proveitosa à sociedade. Foi nessa época, também, que o termo biografia foi dicionarizado, caracterizando-se como subgênero literário que se direcionava de modo exclusivo ao relato da vida de um ou mais indivíduos.

No século XIX, por sua vez,

as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc. [...] A biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. Foi a época de ouro de historiadores renomados como Taine, Fustel de Coulanges e Michelet, autor de excepcionais retratos de Danton a Napoleão (DEL PRIORE, 2009, p. 8).

O que Del Priore quer dizer é que a biografia, como representação de uma ou mais vidas, ajuda a preservar a memória de uma nação. Em outras palavras, ela tem a finalidade de perpetuar a imagem e os feitos de heróis nacionais tanto quanto os monumentos o fazem. Aliás, às biografias cabe o mister de complementar a simbologia dos monumentos, pois documentam suas ações, inserem-nos na história e dão movimento à imagem estática plasmada da pedra ou do gesso. E os seus autores, como esculpidores desses símbolos (a tinta e a pena são seu martelo e seu cinzel), também acabam por deixar sua marca na história da nação.

Del Priore ainda sustenta que foi a partir dessa época que ocorreu uma cisão entre biografia e história. Ao mesmo tempo que a história pouco a pouco ia se confinando ao monopólio acadêmico, sucedeu o definimento da narrativa juntamente com o da história factual. A chamada Nova História, criada na França entre as décadas de 1960 e 1970 pela terceira geração da *Escola dos Annales*, primava pelo fato social total sem dar margens a outras perspectivas. Dessa forma, a Nova História adotou o marxismo como doutrina primária, o que a levou a refazer os métodos de análise do historiador, tornando este “um especialista escrevendo para outros especialistas” (DEL PRIORE, 2009, p. 11). Essas novas postulações acerca da história tornaram-na uma ciência em que não havia espaço para a biografia nem para qualquer outra manifestação artística. Coincide com isso o fato de escritores franceses, como André Gide e André Maurois, e ingleses, como Lytton Strachey e Antonia Fraser, dedicarem-se à produção de biografias. Nesse tempo, as principais características do gênero eram sua ligação com o passado e seu ceticismo quanto às paixões coletivas, ambas atreladas, por seu

turno, à avidez dos leitores por acontecimentos sensacionais e enigmas insolúveis.

Mesmo contrário à biografia individual, Lucien Febvre, um dos fundadores da *Escola dos Annales*, escreveu biografias de figuras ilustres, como Matinho Lutero e François Rebelais. A produção desse biógrafo centrou-se no esclarecimento de trajetórias individuais, rompendo com a concepção que tratava os biografados como homens superiores e fixando sua análise num período específico de um mesmo grupo de homens – o que veio, pois, a preparar terreno para o estudo das mentalidades (MALATIAN, 2008). Já Marc Bloch, outro historiador francês pertencente à *Escola dos Annales*, escreveu sobre Filipe II e o franco-condado. Ao oposto de seu compatriota, Bloch expandiu o horizonte da biografia, defendendo em alguns de seus tratados a representação do indivíduo como essencial para o fundamento da História. Não obstante, suas reflexões expandiram-se a ponto de o autor ser um dos primeiros a salientar o valor do testemunho e do abandono das personalidades consideradas mais caras, no intuito de focalizar os holofotes da História no palco dos personagens secundários, boa parte deles desconhecidos do público.

Em suma, não houve entre os *Annalistas* da primeira geração ruptura com o gênero biográfico, mas, sim, um ajuste da abordagem ao novo campo teórico e metodológico que se abria para a temporalidade ampla, o econômico e o social. A biografia que daí resultou caracterizou-se pela recusa dos exageros laudatórios do século XIX e pela busca de adequação a paradigma historiográficos voltados para uma História objetiva, as mentalidades, os atores coletivos que, no entanto, reservavam um espaço e um protagonismo aos sujeitos individuais (MALATIAN, 2008, p. 19).

A primeira geração da *Escola dos Annales*, segundo o que foi dito acima, procurava conciliar a vida individual de personalidades com a situação da sociedade do seu entorno, vez por outra associando um objeto ao outro na tentativa de estabelecer uma história mais abrangente e menos exclusiva. O propósito dessa interpretação democrática era conferir a ocorrência de determinados fatos históricos a uma sucessão de eventualidades que se geravam no seio da sociedade, tanto do ponto de vista individual como coletivo.

Em paralelo a todas essas reviravoltas com relação à biografia, a historiografia em si também mudou. E a grande pergunta que girava em torno desta, então entre as décadas de 1980 e 1990, era a seguinte: seria relevante ou não o sujeito individual na construção e nos rumos tomados pela História? Algumas opiniões versavam sobre essa questão. Uma delas, pertencente a Roger Chartier, defendia que classe e sociedade eram considerados pela historiografia como sujeitos independentes, sob a ação de quimeras pelas quais podiam vislumbrar a reconstituição da linearidade temporal (CHARTIER, 1990). Chartier ainda indica uma nova virada epistemológica na direção do sujeito, ao referir que o

objeto da história não era mais as estruturas e os mecanismos que regulavam as relações sociais, mas sim as racionalidades e as estratégias das comunidades, das famílias e dos indivíduos. Essa que veio a se chamar “história de baixo” acompanhou a história oral, cultuada desde os tempos de Homero, mas que então se encontrava excluída. Não obstante, os fundadores da *Annales* continuaram a escrever biografias, de modo que com eles o gênero voltou a ganhar prestígio na historiografia universitária, a qual, por sua vez, voltou a validar o gênero com algumas ressalvas. Em vez de primar pela linearidade de fatos, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações dessa linearidade com o contexto econômico e social no qual se insere uma vida. E essa vida, no que lhe compete, se esclarece em trajetórias, num campo de possibilidades e de exploração em que é exercida a ação individual.

Dessa nova guinada surgiu a micro-história, de modo mais corrente entre os primeiros e últimos anos da década de 1980. Seus principais autores foram os italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Segundo Levi (2006), essa vertente da historiografia moderna sinaliza para a uma análise minuciosa das fontes, fundamentada primeiramente na individualidade para depois deslocar-se na direção da coletividade.

Entre outras modalidades biográficas surgidas nas últimas três décadas, convém mencionar a escrita de si, muito disseminada nos últimos anos por dar voz ao personagem biografado mediante fragmentos de diários, depoimentos, entrevistas etc., que muitas vezes são expressos em autobiografias. Malatian (2008) aponta para a presença da escrita de si em diferentes esferas. A primeira delas é, obviamente, a literatura, em que a escrita de si se expressa mediante textos de caráter autobiográfico, como diários íntimos, relatos de viagem, correspondências e memórias. Do mesmo modo, a escrita de si está presente nas ciências humanas e na formação propriamente dita do sujeito, de sorte que “a redescoberta do indivíduo e dos traços de sua trajetória individual têm sido cada vez mais valorizadas, como nos relatos sobre o Gulag e outras experiências extremas revisitadas” (MALATIAN, 2008, p. 23). Um fato à parte, mas que não deixa de se relacionar com a produção biográfica da contemporaneidade, é que a história das camadas menos favorecidas da população também está sendo contada pela escrita de si, notadamente através de cartas e diários, dando margem à recuperação do protagonismo individual e de releituras da História sob diversos ângulos.

Ainda de acordo com Malatian (2008, p. 22):

A força do retorno do gênero biográfico veio dos questionamentos sobre como distinguir o indivíduo na sociedade, na qual as análises até então mais validadas o diluíram. A tentativa de redução da concepção “hipersocializada do homem”, tal como praticada pelo marxismo e

pelo estruturalismo, enveredou também pela análise psicológica que foi centrada na subjetividade da pessoa [...] e pela afirmação de sua autonomia na sociedade. Até mesmo as descobertas da genética têm sido chamadas para explicar os jogos entre indivíduo e sociedade, entre o hereditário e o adquirido, entre patrimônio genético e a vida socialmente construída.

A explicação de Malatian vai ao encontro, outra vez, do pensamento de Chartier, que, como já observado, reafirma a necessidade de estudos biográficos centrados na *persona* individual. Isso porque tudo, dos estudos sociológicos aos psicológicos, indica que não há como haver uma análise completa de qualquer quadro histórico-social existente que não se embase, de início, na individualidade do sujeito. Ou seja, os estudos históricos contemporâneos (inclusive de doutrina marxista) acabaram por concordar com a premissa de que a sociedade, antes de coletiva, é uma sociedade individual e que, por sinal, sem essa individualidade sua existência se tornaria impossível.

## 1.2. O discurso biográfico segundo François Dosse

Na França, à exceção dos pertencentes à *Escola dos Annales*, houve outros pesquisadores que se dedicaram ao estudo da biografia. Um deles, especialista em autobiografias e conhecido no ramo acadêmico por ter criado o termo “pacto autobiográfico”, é Philippe Lejeune. Sua obra mais conhecida é *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet* (2008), em que aborda questões relevantes do texto autobiográfico, como o referido pacto do título do livro, que trata da identificação do autor ao mesmo tempo como escritor e personagem do texto.

Outro pesquisador de renome no campo da biografia é François Dosse, autor do livro *O desafio biográfico: escrever uma vida* (2015). Esse seu livro firma-se como aporte teórico indispensável para esta pesquisa, uma vez que, além de abordar a biografia como gênero cuja origem se cristaliza na História, discorre sobre as especificidades do discurso biográfico e suas variações que ora se firmaram, ora se invalidaram com o tempo. Logo, em vez de abordarmos todos os capítulos do livro, nos limitaremos a trabalhar, por enquanto, com a sua introdução e o seu primeiro capítulo, intitulado *A biografia, gênero impuro*, o qual resume todo o conteúdo que a biografia tanto pode trazer como obrigatoriamente traz, de forma indissociável, em seu discurso.

Aliás, já na introdução, Dosse discorre sobre o discurso biográfico. Argumenta que, desde a sua origem até a atualidade, a biografia se condensou num discurso de aparente autenticidade, que fez subentender à imagem do biógrafo como dono de um senso e de uma expressão inquestionáveis. “Entretanto”, esclarece Dosse (2015, p. 12), “permaneceu a tensão entre essa ânsia de verdade e uma

narração que deve passar pela ficção e que situa a biografia num ponto médio entre ficção e realidade histórica”. Porém, é devido ao hibridismo da biografia, atrelado à dificuldade de classificá-la numa disciplina organizada, que esse subgênero se tornou sujeito ao que Dosse chama de déficit de reflexão. Seguem-se, então, as seguintes ponderações:

Sem dúvida, a biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada. Ademais, a impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com o outro: “Poderíamos imaginar o que seria [...] uma *biografia* verdadeira, que satisfizesse ao desejo de Baudelaire: ‘A biografia busca explicar e *verificar*, por assim dizer, as aventuras misteriosas do cérebro; bio-grafia, *escrita viva* e múltipla, ficção lógica” (DOSSE, 2015, p. 13).

O que Dosse aponta acima é o estado de deleite a que é espontaneamente submetido o leitor de uma biografia, tendo em vista que a ideia de finitude do biografado o faz conceber-se, em tese, dentro do mesmo plano de concretização ou não de objetivos, ou dentro de um esquema de exibição da história individual que lhe traz plena satisfação – como no caso de Baudelaire, para quem a biografia ideal seria aquela que rastrearía as impressões cerebrais de cada estágio da vida de um sujeito, esboçando-lhe, assim, um perfil psicológico.

Dosse ainda realça o caráter infinito da biografia, ao afirmar que o biógrafo sabe que jamais concluirá uma obra, independentemente do número e de quais fontes ele venha a se servir. Dada essa certeza, o mesmo biógrafo deixa-se possuir pela representação do biografado, de sorte que tal domínio dispõe ao escritor todo um novo horizonte de visão. Por exigência de um esforço mental imperioso, o biógrafo acaba sendo transformado durante o processo de criação, ao mesmo tempo que passa a viver, nas palavras do próprio Dosse (2015), no mesmo ambiente do biografado, de tal maneira que se torna incapaz de libertar-se disso e de, conseqüentemente, diferenciar o seu universo do universo do seu personagem.

Quanto à questão da hibridez biográfica, Dosse a atribui ao fato de a biografia ficar no limiar entre a criatividade do autor e a vontade deste de reproduzir o passado de forma fidedignamente detalhada. Como consequência desse conflito de polos opostos, o gênero biográfico acaba por depender simultaneamente da dimensão histórica e da dimensão ficcional. Entretanto, “o recurso à ficção no trabalho biográfico é [...] inevitável na medida em que não se pode restituir [sem ele] a riqueza e a complexidade da vida real” (DOSSE, 2015, p. 55); até porque, em razão das lacunas dos documentos que o biógrafo se serve, a imaginação tornar-se o recurso restante para a plena efetivação do seu trabalho.

Não são poucas as vezes em que, ao longo d’*O desafio biográfico*, François Dosse recorre ao testemunho de outros biógrafos para fazer conclusões a respeito do biografismo. Obviamente, essas sentenças são expressas de forma unânime por meio da opinião quase consensual de muitos biógrafos, com vistas a não representar meros achismos mas, ao contrário, certezas. Uma dessas conclusões é extraída de outra questão vital do fazer biográfico: a verossimilhança. Segundo Michel Schneider, biógrafo francês de cujo testemunho Dosse se utiliza, diz que toda a biografia é também um romance. O próprio Dosse, todavia, discorre o seguinte sobre essas questões:

O biógrafo tem uma deficiência com relação ao romancista na medida em que não pode evocar a vida interior de sua personagem. Faltam-lhe as fontes que lhe permitiriam penetrá-la, ao passo que o romancista sempre dá largas à fantasia. Por sua ambição de ficar o mais perto possível da vida verdadeira, a biografia é um gênero difícil: “exigimos dela os escrúpulos da ciência e os recursos da arte, a verdade sensível do romance e as mentiras eruditas da história”. [...] O gênero biográfico é uma mescla de erudição, criatividade literária e intuição psicológica. Implica um mínimo de empatia, mesmo que essa transposição afetiva se torne fonte de cegueira e rompantes hagiográficos [...]. O envolvimento do biógrafo com seu sujeito de estudo chega a um ponto tal que não pode se efetivar sem ir transformando o biógrafo ao ritmo de sua composição biográfica (DOSSE, 2015, p. 59-60).

Essa impossibilidade de reproduzir a imaginação das personagens numa biografia torna-se óbvia pelo simples fato de que, com a ressalva de alguns casos, o biógrafo geralmente não dispõe do testemunho do biografado para, no seu texto, registrar tais impressões. E mesmo nos casos em que a personagem está viva e se dispõe a testemunhar, as impressões de um passado muito distante, por questões evidentes, não conseguem ser apreendidas e reproduzidas com o mesmo grau de precisão de outrora.

Numa nova referência aos aspectos ficcionais de uma biografia, Dosse menciona Virgínia Woolf, quando esta diz que “o êxito ou o fracasso do empreendimento biográfico depende então [...] da capacidade do biógrafo de ‘dosar’ bem a parte ficcional e a parte factual” (DOSSE, 2015, p. 62). Sobre o mesmo assunto opina Lytton Strachey, evocado por Dosse, ao reivindicar abertamente a liberdade que o biógrafo tem de expressar sua opinião e de dar vazão à imaginação. Entretanto, o próprio Dosse advoga que o biógrafo tem que buscar equilibrar o seu discurso, policiando-se na intenção de evitar decisões que o levem a ir longe demais quer no emprego da sua própria imaginação, quer no cuidado de ser excessivamente fiel aos fatos cujas fontes, aliás, podem apresentar lacunas. Para Dosse, ceder a qualquer desses impulsos só faz com que o biógrafo se perca no hiato existente entre os dois planos, comprometendo, assim, o seu trabalho. Não obstante, a tensão entre os universos factual e ficcional remete exatamente à natureza discursiva do gênero biográfico, de maneira que o

biógrafo pode estar num grau de proximidade maior ou menor em relação à personagem biografada, num limiar entre a onisciência pouco conveniente ao gênero e a exterioridade total, igualmente imprópria a ele. Assim sendo, Dosse adverte que “o biógrafo deve preencher as lacunas documentais e valer-se da intuição para ligar traços descontínuos” (DOSSE, 2015, p. 66).

Um fato à parte, que chama a atenção de Dosse a ponto de ele o mencionar mais de uma vez, é a escrita de novas biografias acerca de personagens já biografados. Ele imputa esse acontecimento à descoberta de novas fontes, produzidas em maior número por historiadores, que voltam a lançar luz sobre esses personagens, e também a coincidências provocadas pelo acaso – como, por exemplo, o fato de um biógrafo querer escrever uma biografia mais completa que outra anterior relacionada ao mesmo personagem.

Ainda a tratar do discurso biográfico, Dosse descreve-o, desta feita, como uma mescla de discurso científico e concepção fantasiosa. Essa mesma combinação transmite a impressão de racionalidade, mas de uma racionalidade que nem por isso encontra-se impossibilitada de ser falsificada.

Tanto no domínio literário quanto no da biografia histórica, os trabalhos mais inovadores questionam a sapiência onipresente do biógrafo, que já não é postulada. Ao contrário, o autor fornece hipóteses, comentários rigorosamente situados, acompanhando o leitor numa mesma senda de investigação sem jamais desvendar seu enigma. A imaginação é explicitamente requerida para compensar as insuficiências documentais e o resgate impossível do passado. [...] O desejo de definir com a máxima clareza os contornos do indivíduo fez a glória de uma escrita do minúsculo, do ínfimo, do aparentemente insignificante. Isso acontece na mesma medida a historiadores e romancistas (DOSSE, 2015, p. 68-69).

Nessa explicação, Dosse mais uma vez deixa claro que o autor de biografias se serve de hipóteses para preencher as lacunas de suas fontes, sem esquecer-se, entretanto, de que não se trata de meras suposições sem respaldo. Na realidade, em face do advento de lacunas e podendo recorrer aos documentos já consultados ou os que ainda vai consultar, o biógrafo exerce um esforço considerável para não se deixar induzir ao erro quanto ao que escreve. Numa metáfora válida, isso faz seu esforço mental se assemelhar a uma investigação factual que é feita por detetives, os quais da mesma maneira tentam remontar fatos a partir de provas, que, apesar de às vezes também apresentarem lacunas, são irrefutáveis. A busca dos pormenores, inclusive, é alimentada pelo instinto ficcional inerente ao escritor, e pelos detalhes que lhes chegam mediante o acesso às fontes. Diante disso, o biógrafo desenvolve um senso de verdade que se origina em sua própria imaginação.

Daí o fato de essa ambiguidade ou “biografia” designar ao mesmo tempo um conteúdo e uma forma, uma *matéria* enunciada e uma *maneira* que enuncia. O sentido da palavra reside, sem dúvida, no cruzamento dessas duas acepções, a ponto de o “biógrafo” designar menos um gênero literário, de resto disparatado e complexo, que a aliança paradoxal de um referente particular (factual, pessoal e suscetível de comprovação) oferecido à trama do relato à modalidade enunciativa do narrativo para *efeito biográfico* (VIART *apud* DOSSE, 2015, p. 70).

Ademais, Dosse alega que a escrita biográfica eleva ao máximo os três polos que, por natureza, pertencem ao autor, ao narrador e à personagem. Adiante, esclarece que o biógrafo “ficcionaliza seu objeto e torna-o, por isso mesmo, inalcançável [...]. O hibridismo do gênero biográfico alimentou vocações de biógrafo entre os maiores romancistas e daí resultaram obras de peso” (DOSSE, 2015, p. 71). Como efeito da simpatia nutrida por personagens que recusam alianças em nome da liberdade, vemos de novo o biógrafo agir sob os traços do biografado, de maneira que fazer justiça a essas figuras, a que a história oficial esqueceu ou menosprezou, torna-se uma das razões vitais para a execução de seu trabalho.

Num subtítulo do primeiro capítulo, intitulado *A vidobra*, Dosse (2015) orienta o seu discurso a princípio na história literária clássica, que, tendo sido fortemente abalada pelo ímpeto estruturalista, havia legado ao patrimônio literário o liame existente entre a vida e a obra do escritor. Em consequência desse evento, o historiador francês Gustave Lanson pretendeu historicizar os estudos literários não apenas justapondo cronologicamente as grandes figuras literárias numa linha temporal, mas também lançando as bases de uma sociologia da literatura, que, em pleno florescer do século XX, pudesse responder aos questionamentos a respeito da relação do leitor com o texto e as causas do sucesso desta ou daquela obra. A conclusão de tal proposta de abordagem é externada, por Dosse, nos seguintes termos:

A sociedade suscita um processo de degeneração, de degenerescência, ao qual apenas alguns casos excepcionais não sucumbem. É o que sucede aos gênios, cujas qualidades são tais que não podem servir de modelo, pois fogem à sorte comum. [...] A partir de meados do século [XX], os retratos são substituídos por biografias concebidas como uma etapa preliminar a todo o empreendimento científico em seu acesso à literatura (DOSSE, 2015, p. 82).

Antes à margem de seu próprio projeto, para Dosse, o escritor agora estacionou no centro, dando à luz uma obra fixada no contexto de sua vida e na distinção das suas atitudes. Nessa conjuntura, o autor se torna o ponto inicial de uma elucubração estética. Agora sedimentados – continua Dosse –, esses bustos de cera têm, no entanto, de se mover para assegurar sua existência.

Por conseguinte, o busto se converte numa imagem-movimento ante o romance biográfico, o qual se detém junto a certo número de episódios significativos. Dessa maneira, a biografia passa a se apresentar como vereda cujo fim do percurso é a plena realização, segundo uma teologia que faz do escritor um indivíduo dotado, desde o nascimento, de atributos suficientes para se tornar um criador por excelência.

No tópico seguinte do mesmo capítulo, de título *A implicação dos biógrafos*, Dosse (2015) nega a possibilidade de a biografia ser escrita sob o pano de fundo de uma exterioridade total, dada a circunstância de ela ser definida como relato do qual o narrador não faz parte. Numa referência a Philippe Lejeune, Dosse destaca duas contradições da biografia ligadas ao fato de a voz narrativa ser heterodiegética:

A primeira [destas contradições] se situa entre ambição a da objetividade e a postura real do biógrafo. Seu discurso, sua competência e sua erudição tendem a “mascarar a inevitável parcialidade e os fundamentos ideológicos de seu projeto”. [...] Nunca, sem dúvida, alguém escreveu a vida de outro homem só com vistas ao conhecimento. A segunda grande contradição da qual a maior parte dos biógrafos sequer parece consciente, diz respeito ao fato de que querer registrar a vida de uma pessoa pressupõe o domínio e a visão totalizante daquilo que ela foi durante sua carreira. “Ora, os textos dos biógrafos, embora ‘compactos’ no nível do discurso, são em geral muitíssimo lacunares no que toca à informação”. Daí a técnica do bechamel, que se serve da psicologia para tapar buracos e impingir o molho biográfico dando a ilusão de resgatar a plenitude da pessoa. [...] A semelhança buscada não pode nunca ser atingida e só constitui, para o biógrafo, uma meta de trabalho, uma intencionalidade que o impele para a representância (DOSSE, 2015, p. 96).

Ao se referir a biografias escritas por políticos – assunto sobre o qual o autor dedica outro tópico à parte no primeiro capítulo –, Dosse afirma que o biógrafo se insere de forma tal na vida de seu biografado que acaba quase por unir os conceitos de biografia e autobiografia, eventualidade que assegura ao texto um ganho de proporções históricas. Além disso, Dosse observa que o fato de uma biografia ser escrita sob questões pessoais, como causas políticas, não é de uso corrente apenas entre escritores engajados, como também é exercício de historiadores profissionais, “ainda que a relação estabelecida seja mais exterior, menos passional” (DOSSE, 2015, p. 102).

Já ao explicar reviravoltas ocorridas com a biografia entre as décadas de 1980 e 1990, Dosse faz as seguintes conjeturas:

o distanciamento dos historiadores eruditos com respeito ao gênero biográfico era explícito e, ainda em 1989, Marc Ferro escreve um artigo em *La Magazine Littéraire* sobre “A biografia, essa Desfavorecida da História”. [...] Nos anos 1990, os historiadores eruditos, autores de biografias, já não precisam se justificar junto a seus pares por ter escolhido esse

gênero, que não constitui mais objeto de depreciação. Ao contrário, tendem a aumentar-lhe o valor (DOSSE, 2015, p. 104-105).

Na opinião de Dosse, entretanto, o ofício do biógrafo deve relacionar-se ao seu compromisso com a verdade na intenção de combater injustiças e, ao mesmo tempo, abandonar definitivamente a ambição de criar imagens santificadas. Para ele, o biógrafo deve seguir na busca de impor uma visão imparcial por meio de suas obras. Essas regras que regem – ou pelo menos deveriam reger – o fazer biográfico ele diz enxergar como as principais motivações para o trabalho dos biógrafos; de sorte que, ainda para Dosse, a biografia pode se situar num hipotético ponto de cruzamento entre o trabalho do jornalista e o do historiador. Dando como exemplo o historiador francês Jean Lacouture, ele escreve o seguinte:

Jornalista no começo, Jean Lacouture foi, depois, agalado como historiador por seus pares e hoje se afirma como um profissional da biografia. [...] sua dupla adesão às regras específicas do mundo jornalístico e às exigências de respeito à verdade do mundo historiográfico faz de sua obra um exemplo da riqueza potencial do gênero biográfico, que ele, sem dúvida, elevou às culminâncias (DOSSE, 2015, p. 119).

Fazendo várias alusões a autores do passado e do presente, é notável, no primeiro capítulo d’*O desafio biográfico*, a primazia que o seu autor dá ao trabalho engajado do biógrafo. No entanto, também são muitas as ocasiões em que Dosse se refere ao biógrafo como ficcionista, um agente que, embora tenha “assinado um contrato” com a verdade – conforme se faz entender pela menção ao pacto autobiográfico de Lejeune –, não deve abrir mão de ficcionalizar alguns trechos de suas obras, de modo que isso não ocorre em decorrência de falhas suas, mas de falhas concernentes às fontes que consulta.

Do mesmo modo, não são raras as ocasiões em que autores como François Mauriac e Virgínia Woolf reiteram o caráter romanesco da biografia, fato esse diretamente relacionado, pois, ao hibridismo próprio do gênero. Derivam daí, portanto, as suas múltiplas interpretações, os diferentes efeitos que a leitura de uma biografia mesmo assumidamente política pode provocar nos leitores. A grande frequência com que esses eventos ocorrem nos leva a crer que se torna cada vez mais urgente a produção de novos estudos sobre este subgênero, o qual, em contrapartida a seu aparente desinteresse acadêmico, se mostra positivamente carregado de valores históricos e mesmo estéticos.

### 1. 3. O discurso biográfico e suas ramificações na contemporaneidade

Como já esboçado anteriormente, para além das relações com a História, à medida do avançar dos anos a biografia infiltrou-se em outras mídias. Como esclarece Schmidt (1998)<sup>5</sup>, essa expansão chegou a território nacional em 1997, por intermédio da Revista Brasileira de História da ANPUH e da Revista Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas, as quais dedicaram, nesse mesmo ano, edições especiais voltadas para o subgênero. Schmidt ainda explica que esses avanços na escala de observação da biografia já haviam sido anunciados pela *Escola dos Annales* num editorial de 1988, no qual se assinala uma guinada da micro-história, guinada essa que discutia as formas de adequação dos objetos de estudo da História e as diferentes configurações que elas poderiam assumir.

Nesse sentido, Roger Chartier (1994, p. 102), pesquisador da atual geração da *Annales*, observa que na época os objetos da história não eram mais “as estruturas e os mecanismos que regulam [...] e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”. Além disso, Schmidt (1998) aponta para o retorno da biografia após uma série de transformações – inclusive de bases teóricas e metodológicas – como as já indicadas neste trabalho, a saber, a relação do indivíduo com a sociedade no âmbito dos estudos históricos e as formas narrativas que essa mesma relação foi assumindo.

Também como consequência desses desdobramentos, Schmidt sinaliza para novas formas que o texto biográfico assumiu, destacando, de início, alterações que dizem respeito à escolha de personagens enfocados. No passado, como já descrito neste estudo, as biografias tradicionais relatavam a vida de indivíduos historicamente importantes, conhecidos por grandes feitos, e aos quais eram imputados o fazer da História. Já na historiografia contemporânea, entretanto, verifica-se um interesse voltado para figuras periféricas pertencentes a classes inferiores<sup>6</sup>. Essa reviravolta encontra-se expressa em trabalhos de pensadores da micro-história, como o já mencionado Carlo Ginzburg, que, em *O queijo e os vermes* (1976), provavelmente o seu trabalho mais notável, trata da vida do moleiro Menocchio, simples trabalhador de uma vila italiana do início do século XVI. Outro exemplo mencionado por Schmidt é o livro de Eduardo Silva sobre Dom Obá II D'África (*Dom Obá II*

---

<sup>5</sup> Segundo Benito Bisso Schmidt, este estudo seria apresentado, em forma de comunicação oral, na sessão “A abordagem biográfica: meios e fins em diferentes campos de expressão e saber” do GT “Biografia e memória social” no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro de 1998.

<sup>6</sup> De acordo com Mário Augusto Medeiros da Silva em seu livro *A descoberta do insólito: literatura negra e periférica no Brasil (1960-2000)*, a figuras periféricas da sociedade brasileira já eram retratadas na literatura desde a década de 1960.

*d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, de 1997), o qual viveu no Rio de Janeiro nas últimas décadas do período imperial.

Na continuação de seus argumentos, Schmidt discute a produção biográfica no jornalismo, na literatura e no cinema. Para ele, nesses campos as atenções voltam-se outra vez para as figuras destacadas da História. Cita, pois, as biografias de Assis Chateaubriand, escrita, aliás, por Fernando Moraes, a do empresário do Império Mauá, escrita por Jorge Caldeira, e a do imperador romano Adriano, escrita pela romancista francesa Marguerite Yourcenar. Schmidt argumenta que esse suposto retorno de personagens de renome como protagonistas de biografias se deve, pura e simplesmente, ao interesse comercial, “já que o grande público busca conhecer sobretudo a vida dos mitos que, mostrados em sua humanidade, com seus tormentos e fraquezas, tornam-se ‘*gente como a gente*’” (SCHMIDT, 1998, p. 5). Na intenção de esclarecer-se quanto a sua aparente preferência por biografias de personalidades pouco conhecidas, Schmidt diz o seguinte:

Não estou querendo dizer que indivíduos da elite não possam ser objetos de excelentes biografias, e os próprios historiadores oferecem exemplos disso, como os trabalhos de Georges Duby sobre o cavaleiro medieval Guilherme Marechal e de Jacques Le Goff sobre São Luís. Da mesma forma, não penso que interesse comercial seja necessariamente oposto à qualidade, como bem demonstram as obras mencionadas. Busco apenas salientar a importância de se incorporar os subalternos no panteão dos biografados, não por um ranço populista, mas porque estes indivíduos comuns podem permitir outros olhares sobre a história (SCHMIDT, 1998, p. 5).

A seguir, Schmidt estabelece outras diferenciações entre as biografias tradicionais e as mais recentes. As primeiras ele descreve como buscas de exaltação ou depreciação dos personagens a partir de conceitos coletivos prévios. Como exemplo, ele cita a obra do historiador brasileiro Aquiles Porto Alegre – *Homens ilustres do Rio Grande do Sul* (1917) –, em que se apresentam em sequência várias histórias de personalidades rio-grandenses da época. Particularmente no aspecto regional, essa obra tinha por alvo a educação dos jovens do seu estado segundo modelos de comportamento e conduta. Já os trabalhos mais recentes, esclarece Schmidt (1998, p. 5), “procuram fugir deste viés apologético, encarando seus personagens como vias de acesso para a compreensão de questões e/ou contextos mais amplos”.

O próximo destaque de Schmidt com relação à biografia nos leva a analisá-la sob a representação de romances biográficos – ou biografias romanceadas – e cinebiografias. Em ambas as representações, “as referências históricas servem mais como uma ambientação para as ações e sensações dos personagens, conferindo verossimilhança à narrativa” (SCHMIDT, 1998, p. 6-7). Ele

refere o exemplo de Ana Miranda, no seu romance *Boca do inferno* (1989), o qual tem como personagem principal Gregório de Matos, que é perseguido por Antonio de Souza Menezes, este conhecido como Braço de prata. Nesse mesmo texto, a autora descreve a cidade de Salvador em fins do século XVIII. Na época,

Ainda se viam resquícios dos danos causados pelas guerras contra os holandeses, desde quase sessenta anos antes. Ruínas de casas incendiadas, roqueiras abandonadas, o esqueleto de uma nau na praia. Em lugares mais ermos, podia-se encontrar, cobertos pelo mato, estepes de ferro de quatro pontas. Perto da porta do Carmo havia, ainda, covas profundas e altos baluartes que tinham servido de trincheira (MIRANDA, 1989, p. 11).

Voltando-se, pois, para a representação da biografia no cinema, Schmidt menciona dois filmes. O primeiro é *Spartacus* (1960), de Stanley Kubrick, e o segundo é *Gandhi* (1982), de Richard Attenborough. Neles, “percebe-se uma tendência para a idealização dos protagonistas, sendo os eventos históricos explicados sobretudo por seus desejos e qualidades pessoais” (SCHMIDT, 1998, p. 7). Ademais, nota-se o foco voltado para a bravura e o altruísmo dos personagens centrais, os quais batalham contra fortes oponentes. O contexto histórico aparece como cenário e, em vista disso, as atenções se voltam para a ambientação das cenas em termos de vestimentas, entre outros detalhes.

Continuando a falar de biografia, consideremo-la, agora, exclusivamente sob a perspectiva da sua relação com o jornalismo. Felipe Pena (2004), um dos mais importantes pesquisadores do subgênero no Brasil, comunga com o pensamento de Bourdieu, acrescentando-lhe algumas inferências que dizem respeito à condição da vida pós-moderna. Ele relaciona o pensamento de Bourdieu com estudos das ciências naturais – mais especificamente as teorias do caos e dos fractais – a fim de “propor uma possibilidade de ordem [...] sem deixar de confirmar a fragmentação dos processos identitários e suas articulações em redes flexíveis e inesgotáveis” (PENA, 2004, p. 81). Referindo-se de início à teoria dos fractais, o autor comenta o seguinte:

os fractais são auto-similares e independentes em escala, ou seja, cada pequena seção de um fractal pode ser vista como uma “réplica” em tamanho menor de todo o fractal. Isso significa que podemos recorrer a um padrão dentro de outro padrão e assim por diante, partindo da complexidade maior do todo. É a chamada simetria de escala. [...] Um clássico exemplo da geometria fractal é o copo de neve de Koch. Ele é obtido ao se inscrever repetidos triângulos dentro de um triângulo equilátero. As novas inscrições devem ser feitas dividindo os lados em três partes iguais e colocando um novo triângulo no terço central. Assim cada nova figura é mais complexa, mas todos os triângulos que a compõem são exatamente iguais ao original (PENA, 2004, p. 85).

No intuito de reforçar as suas múltiplas funções, Pena ainda alude a outros exemplos de aplicação da teoria dos fractais – exemplos esses relacionados, o mais das vezes, à agricultura e ao mercado financeiro. Seguindo de encontro ao discurso biográfico, Pena relaciona, a seguir, a mesma teoria ao pensamento de Stuart Hall, no seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2001). Nesse livro, Hall expõe ao leitor três conceitos de identidade expressos ao longo dos séculos. O primeiro deles corresponde à identidade do indivíduo à época do Iluminismo, que se caracterizava pela centralidade de ideias, pela adoção da razão e da consciência anterior à execução de ações. O sujeito sociológico, o segundo e penúltimo na escala de análise de Hall, distancia-se do primeiro não pela fragmentação do núcleo (o qual, segundo o autor, continua incólume), mas pela interação entre esse mesmo sujeito – ou seja, o seu “eu” – e a sociedade. O terceiro e último sujeito é o pós-moderno, que, agora sim, tem a sua identidade marcada por constantes processos de mutação (HALL, 2001).

Hall avança em sua abordagem do indivíduo pós-moderno esclarecendo que este, “previamente vivido como tendo uma identidade estável e unificada, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2001, p. 12). Diante disso – reforça Felipe Pena (2004, p. 86) –, o sujeito pode assumir identidades distintas em diferentes momentos, de modo que essas mesmas identidades não estarão unificadas em torno de um eu coerente. Ainda assim, segurança e coerência de uma identidade plena são só uma ilusão. Paralelamente,

Hall utiliza o conceito de deslocamento segundo Laclau, que considera uma estrutura deslocada aquela cujo centro é deslocado sem, no entanto, ser substituído por um outro, mas sim por uma pluralidade de centros de poder. É nesse sentido que a identidade está sendo deslocada ou “descentrada”. E sem um centro estável, além da desarticulação da coerência do passado, há a possibilidade de novas articulações no presente. Ou seja, a criação de novas identidades. [...] Hall quer mostrar que as identidades se cruzam ou se deslocam mutuamente, mas também quer dizer que não existe uma identidade mestra, que possa alinhar todas as outras, independente da circunstância ou do momento (PENA, 2004, 86).

A rigor, Stuart Hall e Felipe Pena querem dizer a mesma coisa: que a vida, inclusive no tocante à biografia e às suas mais diversas formas de representação, não apresenta limites de interpretação ou de aquisição de personalidades. É sobre a biografia, a propósito, que Felipe Pena volta a argumentar, numa direta relação que ele mesmo concebe entre o subgênero e a teoria dos fractais. Segundo Felipe Pena (2004, p. 87):

Nos fractais biográficos, há a utilização de modelos de identificação. E eles se sobrepõem de acordo com o contexto. Se, por exemplo, a escolha desses modelos recair sobre conceitos tradicionais, como profissão, etnia ou religião, poderá prevalecer o empresário, o negro ou

judeu, também a título de exemplo. Tudo vai depender dos deslocamentos do personagem pelo espaço social.

Agora trazendo à discussão o pensamento de Bourdieu, Pena esclarece que, no campo social, a nomeação ocupa a função de garantir a constância, de modo que é por meio dela que nos apresentamos conforme a nossa profissão. Entretanto, ressalta Pena (2004), essas nomeações se revezam à medida que assumimos outros papéis na sociedade. Por exemplo, um cidadão comum pode muito bem ser vendedor em sua loja, marido na companhia de sua esposa e filho em presença da mãe. Quer dizer, as identidades são fragmentadas na medida em que um único sujeito pode apresentar várias personalidades de acordo com determinadas circunstâncias relacionadas ao tempo e, sobretudo, ao espaço. É por meio dessa concepção que o romancista francês Marcel Proust apresenta seus personagens como sujeitos fraccionados e múltiplos, que manifestam várias personalidades ao longo do seu *Em busca do tempo perdido* (PENA, 2004). Essa constatação é feita também, de modo direto, por Bourdieu, quando ele “evoca o uso inabitual que Proust faz do nome próprio precedido do artigo definido – ‘o Swann de Buckingham Palace’, [...] a ‘Albertina encapotada nos dias de chuva’” (BOURDIEU, 1998, p. 187).

Ainda segundo Pena (2004, p. 87), “os epítetos estão contidos uns nos outros. [...] Mesmo que um deles [...] tente inscrever-se como dominante, ainda assim não conseguirá evitar que os outros se manifestem”. A isso – continua Pena, na mesma página – “correspondem os princípios de independência e autossimilaridade que, juntos, constituem o conceito de fractal”. Ademais, Pena afirma acreditar que uma biografia concebida sob essas circunstâncias não encontra limites de interpretação e significâncias justamente porque os fractais multiplicam-se em suas próprias teias conectivas. Em face dessa mesma convicção, ele admite que as múltiplas identidades na biografia podem repetir-se de acordo com certas casualidades, como a própria “leitura” do leitor:

Ao dividir a narrativa em capítulos nominais, e inserindo nesses capítulos histórias que se refiram a eles, o biógrafo assume o seu papel de interpretador. Mas também reconhece que essas histórias encaixam-se apenas primariamente nos capítulos nominais, podendo estar também em outros capítulos, já que os fractais, apesar de independentes, são autossimilantes. [...] A multiplicidade não é contida nem mesmo pela inscrição nas páginas, já que *a multiplicação continua na interpretação do leitor*. A escolha dos epítetos também se revela um fator complexo. Ao nominar as múltiplas identidades, mesmo que de forma primária e consciente, das possibilidades de multiplicação das interpretações no interior dos capítulos, o biógrafo também define valores de identificação. Ao escolher nomes como o judeu e o empresário [...] é evidente a opção pela etnia e pela profissão como referências, embora a organização fractal da narrativa distancie essa opção de uma visão totalizadora da identidade (PENA, 2004, p. 87-88).

Mediante reprodução do pensamento de autores como Nestor Canclini e Jacques Derrida, Pena segue pela mesma via, reforçando os conceitos de mutabilidade, atomização e fragmentação do indivíduo contemporâneo, e direcionando questionamentos a respeito da legitimidade de sua etnia, religião ou sexo. Não obstante, ao citar Canclini e sua concepção fragmentada de cidade, Pena (2004, p. 87) conclui que “a periferia, o gosto musical, a revolta e outros tantos modelos de identificação existentes nas grandes cidades contemplam novas formas de organização em grupos”. Ou seja, mesmo pertencente a um grupo específico cujas compatibilidades constituem a motivação principal da sua adesão, o indivíduo apresenta variados gostos e predisposições, os quais por seu turno variam de acordo com outros fatores, tais como a idade. Vejamos um exemplo ao mesmo tempo prático e breve dessa variedade: um jovem pode pertencer à classe média, a qual contempla determinadas preferências de posse (automóveis, motocicletas etc.) e ideologias (ser católico, liberal etc.), mas pode divergir totalmente da maioria dos outros jovens da mesma idade e classe social. Ocorre falta de coerência semelhante na questão das nomenclaturas em geral. Essa constatação é reforçada por Jacques Derrida (2016), que atribui às palavras certa mutabilidade observável tal qual no passado e no presente. O mesmo pensamento é compartilhado por Stuart Hall (2001), que reforça o juízo de que, malgrado as certezas que se assentam sobre o significado de uma palavra, esse mesmo significado pode ser alterado, ou alterar-se repentinamente, por contingências naturais que existem exatamente para desconstruir a visão imutável de mundo. Pena reafirma as teses dos pensadores aos quais se valeu, respaldando-as desta vez por meio de argumentos de terceiros, como o professor Nilson Lage, para quem

a possibilidade de linguagem existe a partir de signos de referência genérica, e eles são limitados [...]. Ele conclui, entre outras coisas, que só o descontínuo torna realidade notável, já que a mente dos homens registra como curvas notáveis as discontinuidades do mundo ao redor. Também diz que as palavras só têm significado no interior de seu próprio sistema de referências e na adequação ao universo de fenômenos aos quais se reporta. [...] O que parece emergir da lição do professor Lage é, mais uma vez, a responsabilidade do produtor do discurso pela escolha de seus sistemas de referência, mesmo que ele tenha consciência da complexidade do palco contemporâneo. Ou melhor, sendo a complexidade o seu próprio sistema de referências (PENA, 2004, p. 88).

Felipe Pena quer dizer que aceitar a biografia escrita a partir de pressupostos da teoria dos fractais consiste, na mesma medida, em admitir a impossibilidade de reconstrução da identidade como uma ocorrência modelada em unidades estáveis e coesas. Ele ainda reconhece que “as identidades flanam por redes infinitas [...] e até espaços vazios [...]. Sem falar nas identidades moldadas pelas imagens midiáticas, que fornecem modelos e ideais de consumo” (PENA, 2004, p. 88). Por fim, ele

declara não haver mais espaço – tanto no campo acadêmico como social – para discursos totalizantes, que simplesmente excluem conceitos de indeterminação, complementaridade e tolerância a ambiguidades. Todas essas considerações, que giram em torno da vida prática e da biografia, vêm, entretanto, a culminar na tese de Felipe Pena sobre a biografia sem fim. Essa mesma tese ratifica as conjecturas registradas há pouco – de que o sujeito vive incessantes processos de construção e reconstrução, processos esses cujas mutações caracterizam-se exatamente por não se prolongarem em longo prazo. O resultado disso, no fim das contas, é aquilo que empresta hibridez ilimitada ao discurso biográfico, culminando, ademais, no fim da ilusão biográfica.

Além dos já citados Benedito Bisso Schmidt e Felipe Pena, nos estudos biográficos nacionais existem outros pesquisadores de renome. Um deles é a professora da USP Walnice Nogueira Galvão. Num de seus artigos sobre o tema, intitulado *A voga do biografismo nativo* (2005), ela tece algumas considerações a respeito do biografismo nacional contemporâneo. Logo nos primeiros parágrafos do texto, a autora esclarece que o biografismo impulsionou-se no Brasil no início dos anos 1970, época em que alguns autores propuseram a si próprios dar vida a personagens emblemáticos esquecidos pelos anais da história nacional. Entraram nessa lista, entre outras personalidades, políticos, artistas em geral e jogadores de futebol.

Acrescenta-se a isso o fato de obras de outras vertentes, como o memorialismo, começarem a ser produzidas em escala maior em relação às décadas anteriores. Desse mesmo *boom* surgem textos cujas qualidades estéticas são notáveis, como é o caso do ciclo memorialístico de Pedro Nava e outras obras de autores mais jovens que, também comprometidos com a memória coletiva, envolviam-se da mesma maneira com as guerrilhas urbanas. Pertencem a essa linha da prosa nomes como Fernando Gabeira – que, em seu livro *O que é isso, companheiro?* (1979), relata um episódio vivido por ele mesmo no início da Ditadura Militar –, Jacob Gorender, com o seu *Combate nas trevas* (1987), e Flávio Tavares, em *Memórias do esquecimento* (1999). Para Galvão (2005, p. 352), “encontra-se nesse memorialismo uma discussão político-ideológica em primeiro plano, mas também uma meditação sobre o quanto a militância e a clandestinidade interferiram numa mocidade que talvez fosse corriqueira”.

Segue-se a esse memorialismo engajado outros trabalhos de caráter similar, boa parte dos quais acabaram por tornar-se filmes ou documentários. Galvão cita ainda trabalhos de autores como Percival de Souza (*A prisão*, de 1977, e *Violência e repressão*, de 1978), Silvian Paezzo (*Madame Satã*, de 1972) e Aguinaldo Silva (*O crime antes da festa*, de 1977), os quais, seguindo o modelo do romance-reportagem americano da mesma época, “ficcionaliza[m] eventos de impacto midiático, em

geral na área da delinquência e da contravenção” (GALVÃO, 2005, p. 353). Ademais, nas palavras de Galvão:

Alguns traços do memorialismo e do romance-reportagem permeariam o biografismo, que assim ficou contaminado por ambos. Do memorialismo, a experiência pessoal: os autores não estão registrando suas próprias vidas, mas vidas com as quais se identificam, que fazem parte de sua experiência vicariante e que aprovam, de uma maneira ou de outra. Do romance-reportagem: ao fazer uma biografia, cercam uma área e tratam de investigá-la minuciosamente, inventariando sua cartografia social e humana (GALVÃO, 2005, p. 354).

Desses mesmos trabalhos que, ainda segundo Galvão, são produtos da união de memorialismo e romances-reportagem, surgem livros como *A ilha* (1973), de autoria de Fernando Morais. Esse autor que, como já informado, terá o seu livro *Olga* como objeto de estudo desta dissertação, é considerado um dos pioneiros do biografismo moderno brasileiro. E esse seu livro, que trata da ilha de Cuba após a revolução do país, tornou-se enorme sucesso editorial no Brasil e no exterior.

Grande revolução literária também viveu Angola. Esse evento, ocorrido na década em que se deu a independência do país (1975), veio a promover e a constituir, de modo simultâneo, uma revolução cultural. Na realidade, segundo Silva (2015, p. 214),

O próprio desenvolvimento da literatura africana lusófona sugere essa perspectiva, na medida em que *história e identidade* tornam-se, a partir do século XX, conceitos fundamentais para a constituição de uma literatura independente. Desse modo, a literatura lusófona produzida no continente africano chega ao presente século, por um lado, consolidando essas duas matrizes ideológicas responsáveis por sua constituição e desenvolvimento e, por outro lado, buscando ressignificar a relação que ambos os conceitos estabelecem entre si.

Embora, como esclarecido, a literatura angolana do período pós-independência não produzisse biografias em grande número, existe uma semelhança entre Brasil e Angola no que diz respeito à produção das obras em geral: tanto o biografismo brasileiro recente como a literatura angolana preocupam-se com a retratação da realidade de seus países sob a tensão de refregas político-ideológicas. De tal modo isso se manifesta nas obras angolanas, que tornar-se possível dizer, mesmo sem respaldo de estatísticas, que grande parte da literatura angolana é composta de romances históricos, construídos, apesar de seu caráter ficcional, sob um pano de fundo fiel à história. Exemplos disso são, pois, dois dos romancistas mais conhecidos do país na atualidade: Pepetela e Agualusa. O primeiro, que se destaca por obras como *Mayombe* (1980) e *Geração da Utopia* (1992), exprime em sua obra inicial – *As aventuras de Ngunga* (1972) – um engajamento que é fruto de sua participação num dos principais partidos de independência de Angola, o MPLA; de sorte que Lima (2013)

apresenta *As aventuras de Ngunga* como um documento de caráter essencialmente testemunhal, notadamente no que diz respeito às lutas de libertação angolanas. Tal caráter é enfatizado no transcorrer da narrativa, à medida que vão sendo apresentados ao leitor os percalços enfrentados pelos movimentos de libertação – percalços esses retratados nos diálogos e nas reflexões dos guerrilheiros, o que, de forma natural, nos leva a compreender as causas do surgimento desses movimentos.

Isso não é tudo: o mesmo que foi dito acima poderia, de igual modo, ser direcionado às demais obras do autor, que compõem, como *A comédia humana* de Balzac, um panorama sócio-histórico da nação. Esse engajamento, cumpre esclarecer, é fruto de um projeto cultural instaurado desde a década de 1940, quando toda uma geração de jovens intelectuais angolanos que então emergia criticava as imposições autoritárias do sistema colonizador (MACHADO, 2015). Por meio da produção literária desses intelectuais,

Utilizada como arma de combate, buscava-se a verdadeira face do homem angolano, que aos poucos era construída em diferenciação ao outro. Da mesma forma, no período pós-colonial, a preocupação com a formação da identidade nacional continuou, e o otimismo de outrora, com a aproximação da independência, passou a dar espaço novamente para as críticas, e, consequentemente, para a desilusão com o novo estado político e social que se formava no país. [...] O comprometimento que a literatura tem com a História do país faz com que ela se torne um importante objeto de pesquisa, principalmente para o historiador que se debruça em compreender a sociedade e política angolana (MACHADO, 2015, p. 2-3).

A realidade e a identidade cultural angolana também repercutem na obra de José Eduardo Agualusa. Em termos estéticos, o estilo desse autor singulariza-se por atrelar o discurso romanesco ao discurso histórico, numa escrita ao mesmo tempo concisa e poética, realista e fantástica. São essas as características presentes, por exemplo, no que é um dos seus livros mais conhecidos, *O vendedor de passados* (2004), no qual Agualusa narra o cotidiano de um albino sob a ótica de uma osga. Agualusa destaca-se exatamente por reescrever a história através da ficção, numa prosa que “desconstrói mitos e heróis portugueses e salienta [...] alguns episódios da história de Angola que são menosprezados [...] pela historiografia oficial” (LOPES, 2002, p. 194).

Considerando, pois, que a obra de Agualusa pode ser dividida duas fases distintas, Lima (2015, p. 216) afirma o seguinte:

Talvez não seja o caso, por isso, de estabelecer marcas divisórias que separem sua produção ficcional em fases distintas, a partir da adoção – em maior ou menor grau – do substrato histórico como elemento propulsor de sua narrativa, mas parece evidente que enquanto em suas primeiras obras Agualusa apresenta uma linearidade estrutural e um tratamento temático que o aproxima, sutilmente, da tradição angolana da *novela de costumes* que vai, pelo menos, de Alfredo Troni a Pepetela, mas sem o *engajamento* deste, nem o *documentarismo* daquele;

nas obras seguintes essa tendência parece ceder espaço a outros aspectos da realidade africana, os quais passam a concorrer, no plano da narrativa, com a representação dos fenômenos históricos.

Depois dessa exposição em torno do biografismo nativo brasileiro e da produção de romances históricos em Angola, podemos identificar pelo menos três semelhanças entre esses dois movimentos. A primeira delas, com efeito, é que ambas as produções visavam à renovação literária em termos conteudísticos. A segunda semelhança diz respeito aos personagens que essas obras se dedicaram – e ainda hoje se dedicam – a retratar: personagens outrora relegados ao esquecimento em decorrência do silêncio forçado e provocado por sistemas totalitários, que à época abafaram quaisquer produções artísticas que não comungassem com seus ideais. A terceira e última semelhança é, pois, o caráter de suplementação histórica dessas obras, as quais, além de representarem, agora, patrimônio cultural de seus respectivos sistemas literários, ficcionalizam histórias que de outro modo permaneceriam alijadas do conhecimento difundido a respeito dos sistemas totalitários brasileiro e angolano.

## 2. Os movimentos totalitários do século XX

No decorrer do século XX, depois de seguidos acontecimentos históricos de grave relevo nos dois séculos anteriores – como as revoluções francesa e industrial –, duas grandes guerras assolaram o mundo. Dessas mesmas guerras no Ocidente eclodiram nomes como Mussolini, Lênin e Hitler, que por sua vez deram ensejo a movimentos como fascismo, bolchevismo e nazismo, movimentos totalitários que, salvo o fato de terem atraído grandes contingentes em prol de suas causas, provocaram genocídios sem precedentes na história da humanidade. Tais assassinatos em massa revelavam a legítima personalidade de seus líderes, homens que, apesar da exposição de suas imagens no curso de suas estadias no poder, jaziam escondidos em máscaras idealísticas no uso das quais externavam ideais nacionais de transcendência (de raça) e evolução (de sociedade). Sob esses mesmos ideais, no entanto, repousavam ímpetos de tirania, os quais, de acordo com alguns estudos, camuflavam aspirações que ultrapassavam os limites de suas respectivas nações.

Hannah Arendt (2012), no seu livro *Origens do totalitarismo*, classifica esses regimes como propositadamente ausentes de um programa partidário particular, deficiência que veio a prejudicar, quando não deturpar por completo, as legítimas ambições dos movimentos. E cita, pois, o exemplo de Mussolini, que, segundo ela, foi o primeiro a considerar desnecessários programas e plataformas para implementação do fascismo na Itália, os quais não representariam mais que folhas de papel sem utilidade. Ademais, a autora acrescenta que:

Todo líder da ralé é caracterizado pela mera sede de poder e pelo desprezo à “tagarelice” quando se lhe pergunta o que pretende fazer com ele. [...] O verdadeiro objetivo do fascismo era apenas a tomada do poder e a instalação da “elite” fascista no governo. O totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado ou de uma máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel dessa ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente (ARENDR, 2012, p. 455).

Em complemento ao que foi referenciado acima, Arendt esquematiza o perfil dos líderes totalitários, que, para ela, em sua maioria começam como funcionários públicos – nos casos de Mussolini e de Lênin, como jornalistas – e vão galgando degraus de importância até chegarem ao ponto ambicionado desde o começo. No entanto, ressalta Arendt (2012), para alcançarem seus objetivos, esses mesmos líderes dependem da aprovação e, sobretudo, do apoio das massas. Convém observar, ainda, que os movimentos totalitários tiveram em sua maioria (tanto na Itália como na então União Soviética e na Alemanha) líderes que vieram de classes consideradas inferiores da sociedade.

O próprio Mussolini, inclusive, antes de tornar-se líder do movimento fascista italiano foi um jornalista cuja juventude se resumira a seguidos fracassos. O envolvimento com a política acabou consistindo para ele, além de escape a seus sentimentos de frustração, uma espécie de tela em branco na qual pôde, pela primeira vez na vida, esboçar os contornos de seus primeiros quadros. Assim tornou-se grande orador e principal nome de um movimento que causaria extremas mudanças na Itália após a primeira guerra. Graças a ele, milhares de soldados vieram a morrer em batalhas que buscavam a expansão dos territórios nacionais, bem como, ademais, um número enorme de pessoas inocentes perderam a vida a fim de que fosse cumprida a vontade de alguns homens, os quais acabaram por se tornar, naquela época, detentores do poder.

O caso do bolchevismo, todavia, em termos de origem, não diverge muito do fascismo italiano. Desde a instauração do regime comunista russo, perpassando a queda do czar e o regime de Alexander Kerensky em fins da década de 1910, o domínio dos bolcheviques trouxe ao poder respectivamente Lênin, Trotski e Stálin. Cada um desses, embora divergentes entre si especialmente em suas formas de governar, teve a sua origem independente e, portanto, desenvolveu peculiares modos de pensar, porém todos adotaram o socialismo como premissa elementar de seus projetos e ações. Lênin, considerado um dos idealistas da revolução bolchevista, desde a época em que fora aluno da universidade de Kazan mostrara-se (tal qual Mussolini) um sujeito de gênio subversivo, ou, em outros termos, um legítimo visionário. Em 1891 formou-se em direito e, daí em diante, dedicou-se exclusivamente à revolução socialista. Outra semelhança dele com Mussolini é a sua ligação com o jornalismo: na Alemanha e na Inglaterra trabalhou num jornal bolchevista cujos artigos assinava com a letra “V” concernente ao seu primeiro nome (BURNS, 2005). Quando a revolução russa espocou, Lênin residia na Suíça, de modo que tão logo chegou à Rússia assumiu definitivamente a liderança do movimento bolchevista. Entre as peculiaridades que, conforme Burns (2005), se manifestavam na presença dos que o contemplavam, destacava-se a sua fisionomia circunspecta, com certa tendência à animosidade, e a sua imponente oratória.

As mesmas características dos líderes do fascismo italiano e do bolchevismo russo são apresentadas, à sua maneira, por Hitler. De acordo com Arendt (2012), Hitler, tal como Mussolini e Stálin, contou com considerável apoio das massas, de jeito que essa influência foi preponderante para a sua permanência no poder em meio a tantos contratemplos. Outra bandeira, observada por Arendt, que os movimentos totalitários brandiam relaciona-se às suas convicções e decisões tomadas pelos partidos: mesmo que estas viessem a prejudicá-los ou a causar morte e sofrimento aos seus próximos, eles não abdicavam delas. Em outras palavras, com relação aos movimentos totalitários tudo podia

ser aceito, contanto não prejudicasse o status do partido ou de seus membros internos. Acrescenta-se a isso a necessidade desses partidos de obter o máximo de força bruta possível, de modo a essas forças representarem uma organização política uniforme e inabalável. Vale acrescentar que, para Arendt, existem muitas semelhanças entre o poder de influência da ralé no século XIX e das massas no século XX, uma vez que “os modernos líderes totalitários não diferem muito em psicologia e mentalidade dos antigos líderes da escória, cujos padrões morais [...] tanto se assemelhavam aos da burguesia” (ARENDR, 2012, p. 442).

Sem embargo, Arendt menciona o colapso do sistema de classes como o principal motivo do surgimento do que ela chama de homem de massa. Foi esse mesmo homem – embora a distinção do sexo não assinala a exclusão de mulheres ao grupo – que propiciou o surgimento dos movimentos totalitários e patrocinou a ascensão de seus líderes. Como já mencionado, os indivíduos pertencentes às massas revelavam apatia com relação a questões políticas, sendo que foi exatamente essa apatia que os persuadiu a adotar tais regimes. Acrescenta-se, porém, outro fato importante. A esse mesmo estado de indiferença das massas atrelava-se certa fragilidade mental, algo como uma ignorância inata, a qual os induzia a acreditar que, por pertencerem a movimentos totalitários, as suas figuras, antes sem importância em quaisquer cenários, passavam a fazer parte de algo realmente relevante e inovador em termos históricos, isto a despeito das consequências que semelhante adesão poderia acarretar.

Arendt, à medida que expõe mais características das massas, procura esclarecer um pouco mais sobre a origem de seus sentimentos. Afirma que esse grupo de indivíduos é produto da fragmentação – ou, como a própria autora nomeia, atomização – da sociedade, e que essa fragmentação deriva exatamente do isolamento de seus componentes, que, de forma geral, são avessos a relações sociais ou, no mínimo, procuram evitá-las num grau muito elevado de intimidade (ARENDR, 2012). Inclui-se nisso o fato de que os líderes totalitários, antes de assumirem o poder, também fizeram parte da ralé. Eram proscritos, sujeitos que, após o advento da primeira guerra, proclamavam instaurar medidas governamentais que mudariam a realidade então arruinada de seus países. No caso de Lênin, aliás, essas propostas se efetivaram. Ele, tão logo assumiu a liderança do movimento bolchevista,

legalizou a anárquica expropriação dos donos de terra pelos camponeses, e assim estabeleceu na Rússia, pela primeira vez e provavelmente a última, aquela classe camponesa emancipada que, desde a Revolução Francesa, havia sido o mais firme esteio dos Estados-nações ocidentais. Tentou fortalecer a classe trabalhadora encorajando os sindicatos independentes. Tolerou a tímida aparição de uma nova classe média proveniente da NEP [Nova Política Econômica], após o fim da guerra civil. Introduziu outras formas de distinção, organizando

e, às vezes, até inventando o maior número possível de nacionalidades, fomentando a consciência nacional e a percepção de diferenças históricas e culturais mesmo entre as tribos mais primitivas da União Soviética (ARENDDT, 2012, p. 448).

Já no caso do nazismo, entretanto, nas primeiras semanas após a tomada do poder, vários decretos foram instaurados, decisão que veio a contrastar radicalmente com a não alteração dos serviços públicos. Embora essa atitude houvesse provocado estranheza nos observadores tanto da Alemanha quanto de países próximos, não demorou muito para que, depois da promulgação das Leis de Nurembergue, voltasse a sobressair o caráter instável do governo nazista. Além dessa, outra alteração se fez notar. Foi a duplicação das funções administrativas do Estado, “de sorte que cada localidade [sob o domínio nazista] pertencia, mesmo geograficamente, a duas unidades administrativas completamente diferentes” (ARENDDT, 2012, p. 534). Logo, concluímos que a mencionada duplicação era um princípio fundamental para a continuidade do governo totalitário na Alemanha.

Tornando a mencionar um distintivo em comum entre os governos totalitários, Arendt volta-se para as suas propagandas. E esclarece que essas mesmas propagandas são direcionadas quase exclusivamente às massas, tendo em conta que a ralé e a elite não necessitam delas para serem persuadidas. Com efeito, isto corresponde a mais uma etapa implementadora da ditadura, pois, “quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar [...], mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas” (ARENDDT, 2012, p. 474).

No que toca ao stalinismo, sua propaganda intentou reescrever a história desde o início da instauração do regime, retirando a parte em que são registradas mortes de intelectuais contrários ao seu implemento. Já os nazistas, por sua vez, serviram-se abundantemente da propaganda antisemita, aplicando-a sob a motivação por todos conhecida pela sua trivialidade – que os judeus representavam um anátema, um óbice para a plena realização das ambições totalitárias e, mesmo, para o progresso da nação. Foi assim que, ainda de acordo com Arendt (2012) e Hobsbawn (1995), muitos judeus poloneses foram mortos, inclusive os intelectuais, que também representavam uma força opositora ao regime, e que foram assassinados sob a justificativa de que nenhum judeu possuía intelecto.

Ademais, consoante Arendt, a propaganda totalitária dirige-se sempre a um público exterior – seja de países que, como no caso da Alemanha, fazem-lhe fronteira, seja a parte da população do próprio país que ainda não aderiu ao regime. Seguindo no caso alemão, o próprio Hitler, na época já ocupando o cargo de *führer*, revestia seus discursos com um teor persuasivo no uso do qual entretinha

os simpatizantes da causa nazista, na mesma medida em que os convenciam de que aquilo era uma causa digna. O caso é que, independentemente de qual regime, “quanto maior for a pressão exercida pelo mundo exterior sobre os regimes totalitários [...] mais ativa será a propaganda totalitária” (ARENDDT, 2012, p. 476). Vem a complementar isto o fato de que o terror era constituinte de tais processos, ao passo que,

Mesmo depois de atingido o seu objetivo psicológico, o regime totalitário continua a empregar o terror [...]. Onde o reino do terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente [...]. Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência de sua forma de governo. [...] Contudo, o que caracteriza a propaganda totalitária melhor do que as ameaças diretas e os crimes contra os indivíduos é o uso de insinuações indiretas veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos [...] (ARENDDT, 2012, p. 476-477).

Atrelado ao caráter e às atitudes intimidadoras, soma-se um dado que buscou alicerçar as causas dos regimes totalitários europeus: o apoio de teorias sociológicas e biológicas. Logicamente, esse apoio se firmava na distorção de premissas dessas mesmas teorias, que em bom número apenas explicavam determinados processos e não apregoavam o morticínio como solução, ou mesmo como etapa fundamental, para se alcançar determinado grau de evolução (ARENDDT, 2012). Essas distorções ganhavam expressão mediante os discursos utópicos proferidos pelos líderes totalitários, sob o efeito dos quais as massas se deixavam embair<sup>7</sup>. Isto é, proferidos pelos líderes totalitários, os discursos de natureza socialista e racista assemelhavam-se a nobríssimas prédicas de progresso e paz, cujo caráter irrefutável jamais conseguia ser abalado exatamente porque, antes disso, o totalitarismo silenciou a maior parte das vozes opositoras.

Posteriormente, Arendt refere especificamente o totalitarismo quando da sua chegada ao poder. Essa fase, portanto, vem a suceder o auge da propaganda totalitária, de modo que, ao se chegar a ela, seus líderes se deparam com um paradoxo, o qual Hannah Arendt (2012, p. 528) resume na seguinte frase: “[...] a evolução na direção do absolutismo poria fim ao ímpeto interno do movimento, enquanto a evolução na direção do nacionalismo frustraria a expansão externa sem a qual o movimento não pode sobreviver”. Ao se deparar com tal situação, tanto o stalinismo como o nazismo preferiram dar continuidade a seus regimes, tomando certos cuidados quanto aos próximos passos. De maneira que,

---

<sup>7</sup> No nazismo, um desses discursos apregoava uma teoria conspiratória e eugênica sobre o povo judeu, teoria essa que fora concebida, na época, a partir da importância do povo judeu nos negócios do país (ARENDDT, 2012).

No nazismo, em lugar do conceito bolchevista de revolução permanente, encontramos a noção de uma “seleção [racial] que não pode parar”, e que exige a constante radicalização dos critérios pelos quais é feita a seleção, isto é, o extermínio dos ineptos. O fato é que tanto Hitler como Stálin estenderam promessas de estabilidade para esconder a intenção de criar um estado de instabilidade permanente. [...] Porque o líder totalitário enfrenta duas tarefas que a princípio parecem absurdamente contraditórias: tem de estabelecer o mundo fictício do movimento como realidade operante da vida de cada dia, e tem, por outro lado, de evitar que esse novo mundo adquira nova estabilidade; pois a estabilização de suas leis e instituições certamente liquidaria o próprio movimento e, com ele, a esperança da futura conquista do mundo (ARENDDT, 2012, p. 529-530).

Por fim, cabe fazer um adendo a essas considerações, na tentativa de diferenciar totalitarismo de regimes ditatoriais nacionais – variante que trataremos de abordar, em ocorrências específicas, no próximo tópico deste capítulo. Visto que as semelhanças sejam em número maior, as diferenças entre os dois regimes são muito sutis, mas são detectáveis devido às dimensões que cada um assume. Ambos os casos se referem a domínios nacionais que são antecipados e continuados por campanhas propagandísticas, as quais proclamam dar novos rumos aos países a partir da união de Estado e Nação. Em princípio, essa fusão é representada por um líder cuja imagem é modelada paulatina e estrategicamente, sob o estandarte de herói da pátria. Porém, o que de fato vem a ser o principal diferencial do totalitarismo é a alta repressão, que, após abafar manifestações contrárias, trata de eliminar seus rivais e instaurar um clima de absoluta opressão, de maneira que até os ambientes coletivo e familiar da sociedade acabam sendo afetados (ARENDDT, 2012). Já no caso dos regimes ditatoriais nacionais, a repressão ocorre em dimensões um tanto menores, haja vista a possibilidade da manifestação de opiniões antagônicas, geralmente de forma velada<sup>8</sup>. A morte é uma constante nesses dois regimes, mas nas ditaduras nacionais ela é bem menos presente que no totalitarismo, provavelmente em razão das ambições internacionais deste em contraponto às dimensões nacionais daquele. Em todo caso, ambas as ditaduras são intolerantes e impiedosas, a tal ponto que deixaram marcas indelévels por onde passaram, tornando-se tema central de incontáveis livros, filmes e discussões ao longo dos anos.

---

<sup>8</sup> No caso, por exemplo, do nazismo, se porventura se soubesse que um indivíduo tivesse qualquer grau de parentesco com judeus, sua morte era dada como certa, mais cedo ou mais tarde, devido à implacabilidade da perseguição do partido a esse povo em específico. Já no caso do Estado Novo brasileiro, se porventura se soubesse que um indivíduo apresentava tendências comunistas (como, na época, o romancista Graciliano Ramos), ele era preso sob a acusação de ser reacionário.

## 2.1. O Estado Novo brasileiro: a primeira ditadura nacional pós-monarquia

Transportando-nos, agora, para América do Sul no início do século XX, deparamos com o Brasil passando por longas e conturbadas transições políticas. Desde a partida definitiva da família real, do primeiro e do segundo reinados e ao longo da República Velha, alguns presidentes comandaram o país, sendo que nenhum deles logrou agradar à maciça maioria da população. Como resultado disso, várias revoltas eclodiram. Mas o auge dessas rebeliões só foi alcançado na época da política do Café com Leite, quando o paulista Washington Luiz, contrariando a norma capital desse esquema eletivo, resolveu indicar um conterrâneo seu, Júlio Prestes, para sucessão presidencial. Essa atitude infundiu indignação nos representantes dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de maneira que a primeira atitude dos mineiros foi lançar uma candidatura de oposição – nesse caso, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. No tocante aos rio-grandenses, o nome de Getúlio Vargas despontou como concorrente direto ao Catete.

Dessa mesma dissidência entre São Paulo e os estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, surgiu a Aliança Liberal. Essa oligarquia partidária, representada por Getúlio Vargas e pelo então presidente da Paraíba João Pessoa, buscava exatamente fazer frente à candidatura de Júlio Prestes. Por esse mesmo motivo, todo um programa político foi criado, programa esse que tinha como prioridades o estímulo à produção de grãos em geral – não se restringindo, como o partido contrário, ao café –, a proteção e o acréscimo de direitos ao trabalhador, e uma preocupação mais incisiva com as questões sociais. De forma mais específica, Schwarcz e Starling (2015, p. 354) descrevem a Aliança Liberal nos seguintes termos:

A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona a incorporação de novos setores na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil.

Conforme ainda observam Schwarcz e Starling (2015), as caravanas da Aliança obtiveram sucesso por onde passaram – especialmente no Nordeste, onde o discurso em favor dos pobres imperou, e no Sul, onde a influência de Getúlio foi predominante –, atraindo milhares de entusiastas. No entanto, para desgosto da Aliança, após a apuração do pleito Júlio Prestes foi eleito presidente com uma diferença de votos consideravelmente alta. Nesse tempo, já eram conhecidas as fraudes

eleitorais brasileiras, de tal maneira que houve muitas queixas, por parte da Aliança, de que a eleição daquele ano tinha sido fraudada. De nada esses protestos adiantaram, pois, para todos os efeitos, Júlio Prestes venceu a votação. Entretanto, o ódio por parte do lado derrotado não cessou com a vitória confirmada de seu adversário; ao contrário, prolongou-se a ponto de a Aliança, agindo sob o sentimento de inconformidade, reunir generais para arquitetar uma rebelião. E depois de muitos revezes – um dos quais o assassinato de João Pessoa –, eis que a rebelião ocorre em 3 de outubro de 1930. É válido acrescentar que essa data também é conhecida por assinalar o primeiro golpe nacional de estado, que veio logo a seguir.

A rebelião teve como primeiros protagonistas coronéis e militares, ocorrendo quase ao mesmo tempo em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. A princípio, houve resistência da parte dos oficiais do governo; mas a estratégia de homens como o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro foi tão bem montada que conseguiu o apoio de outros oficiais, bem como de contingentes de soldados formados pelos estados opositores ao novo governo e mesmo de civis, representantes da Aliança Liberal, devidamente municidados. Tratando de forma mais particular dos ataques da Aliança em Belo Horizonte entre os dias 3 e 8 de outubro, “o 12º Regimento de Infantaria [...] transformou-se no principal baluarte da legalidade no estado e foi bombardeado, dia e noite, por cerca de 4 mil homens da Força Pública” (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 359). No caso da Paraíba, cuja rebelião foi liderada por Juarez Távora, tropas se acantonaram lá, para depois espalharem-se nos demais estados do Nordeste. Resultado disso: em vinte dias os insurgentes da Aliança Liberal já tinham invadido e tomado posse dos estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte, sendo que a Bahia, prestes a ser invadida, havia sido cercada. O Rio Grande do Sul, por sua vez, foi tomado em uma semana.

E, ao rumar para o norte, a iminência da vitória finalmente se insinuou para a Aliança, de modo que Getúlio prontamente voltou à ação, assumindo o comando do contingente que avançava, de diferentes pontos do Brasil, para Itararé, na fronteira dos estados do Paraná e São Paulo. Nesse lugar era previsto o maior confronto desde o início da insurreição. O que, no entanto, veio a malograr esse evento de repercussão continental foi o clima: uma chuva intensa impediu que o confronto entre aliados da Aliança e legalistas ultrapassasse os limites de alguns disparos isolados. Esse impasse, que perdurou sob grande tensão, continuou impronunciado até o dia 10 de outubro, quando o presidente Washington Luiz assumiu publicamente o estado crítico por que passava o país. Porém, não parece ter passado pela sua cabeça que a atitude mais prudente a ser tomada era a renúncia, uma vez que mesmo tendo sido sitiado o Palácio de Guanabara, sob ameaças de bombardeio, e tiros fossem

direcionados aos céus, ele declarou que de modo algum renunciaria. Tal atitude, não obstante, não passou de pose, tanto assim que “a menos de trinta dias do fim de seu mandato, Washington Luiz estava deposto; detido e encaminhado para o Forte de Copacabana, seguia, um mês depois, para o exílio na Europa” (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 361). Seguiu-se à deposição de Washington Luiz, no dia 3 de novembro daquele mesmo ano, a posse de Getúlio Vargas. Generais entregaram-lhe a faixa, gesto simbólico que, a propósito, delimitou o fim da Primeira República e o início do Governo Provisório.

Assim que lhe foi conferido o poder, Getúlio promoveu mudanças radicais nas instituições governamentais do Brasil. Algumas dessas mudanças são as seguintes:

O Executivo assumia plenos poderes e passava a ter condições de promover uma radical intervenção no sistema político. O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Assembleias Municipais foram dissolvidas, os políticos eleitos durante a Primeira República perderam seus cargos, os presidentes dos estados foram substituídos por interventores, a imprensa de oposição foi censurada – pela primeira vez, desde a instituição de 1824, todos os postos de poder no país estavam sendo ocupados por civis e militares não eleitos (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 361).

Ainda assim, Getúlio pretendia ir mais longe, no intuito exatamente de firmar seus pés no solo presidencial que tanto se empenhara em conquistar. Em primeiro lugar, pretendia efetivar todas, se não a maioria das mudanças que prometera ainda quando a Aliança Liberal estava sendo formada. Entre essas mudanças, destacam-se a criação de alguns dos principais ministérios e reformas que abarcavam desde o Exército à educação pública em geral. Outro foco do governo Getúlio foram as questões trabalhistas, para as quais ele criou a jornada diária de oito horas, a regulação do trabalho da mulher e do adolescente, a lei de férias, a instituição da carteira de trabalho e o direito a pensões e à aposentadoria (SCHWARCZ & STARLING, 2015). Em contrapartida a tais novidades, Getúlio inibiu a independência dos trabalhadores, os quais, então, passavam a agir estritamente sob a tutela do Estado. Inibiu-se, também, a organização de grupos comunistas, ao mesmo tempo que os sindicatos foram reduzidos à qualidade de órgãos do Estado. Os agricultores, por seu turno, foram privados dos benefícios criados em proveito das classes trabalhadoras.

Dois anos após a instauração do Governo Provisório, houve pressão para Vargas deixar o poder. Tal exigência vinha de diferentes correntes políticas, tanto opositoras quanto anuentes à chegada de Vargas à presidência: todos exigiam eleições diretas o mais breve possível. Todavia, como explicam Schwarcz e Starling (2015), os maiores adversários de Vargas encontravam-se em São Paulo. Eram, sobretudo, produtores paulistas de café, que, em razão do deslocamento do Instituto do

Café do Estado de São Paulo para o Conselho Nacional do Café – o que deslocou a renda do estado para o país –, acabou por inflamar ainda mais os ânimos; sem fazer menção, aliás, ao fato de que o autor dessa alteração era um nordestino de nome João Alberto Lins de Barros. Tudo isso constituiu estopim para uma revolta muito maior ainda em 1932.

Inclusive, foi nesse mesmo ano que ocorreu a conhecida Revolução Constitucionalista de 1932, a qual foi sucedida por uma rebelião de vinte mil soldados. Esses mesmos soldados, tanto da Força Pública como de entidades específicas do Governo Federal, unidos a populares de origens diversas (entre eles mulheres, jovens e reservistas das Forças Nacionais), investiram contra as forças do Governo. No entanto, apesar do combate ter-se iniciado tanto em solo como no ar, devido ao fato de grupos como os operários e, especialmente, as lideranças do Rio Grande do Sul e Minas Gerais não terem aderido à causa dos rebeldes, a Revolução fracassou. E exatamente no dia primeiro de outubro de 1932, São Paulo formalmente sucumbiu. Após a rendição, Vargas tratou de tomar providências, reduzindo o débito dos agricultores afetados pela crise econômica iniciada ainda no fim década de 1920 e fixando o calendário eleitoral para o dia três de maio do ano seguinte (FAUSTO, 2015; SCHWARCZ & STARLING, 2015).

Desse ponto para a instauração do Estado Novo é o que chamamos de um salto no tempo. Neste, alguns fatos relevantes ocorreram, tais como, em 1933, a criação da nova Assembleia Constituinte, que aboliu a anterior e democratizou as instituições políticas, fazendo com que as decisões presidenciais tivessem que passar, primeiro, pelo aval do Poder Legislativo antes de serem efetivadas. Outra novidade ainda em 1932 foi a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), a primeira aliança declaradamente fascista e antisemita do Brasil, composta, em maior número, de funcionários públicos e literatos. Em compensação, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era formada por membros de movimentos militares da década de 1920, um dos quais Luís Carlos Prestes, um dos principais personagens do livro *Olga* (1985), de Fernando Morais.

Olga Benario, nessa época, foi nome de relevo no cenário brasileiro, juntamente com seu esposo Luís Carlos Prestes. Vindo da Rússia em plena efervescência do comunismo, ela, que era alemã de ascendência judia, pousou no Brasil com ganas de fazer uma revolução socialista de dimensões continentais; tanto assim que seu esposo, no início de 1935, de forma quase unânime foi escolhido presidente da ANL. Nesse ano, também junto de Prestes, Olga organizou o primeiro levante armado, que ocorreu no dia 23 de novembro. Do primeiro, sucedido no 12º Batalhão de Caçadores de Natal, no Rio Grande do Norte, seguiu-se o segundo, já no dia seguinte, na Vila Militar de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Porém, “tanto no Recife [...] quanto em Natal, os insurgentes [...]

eram pouco numerosos para enfrentar a ofensiva das tropas do Exército [...] que se deslocaram da Bahia, do Ceará e da Paraíba” (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 371). O terceiro levante deu-se no Rio de Janeiro, em 27 de novembro, respectivamente no 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar. Do mesmo modo que os levantes anteriores, esse também fracassou, mais pela pouca quantidade de rebeldes que propriamente pela vontade destes de vencerem a repressão praticada por Vargas. Como resultado dessas derrotas, entretanto, Vargas fez com que o estado de sítio fosse decretado pelo Congresso, dando início a uma série de atitudes que objetivavam encarcerar e torturar membros de partidos de viés comunista.

Ao passo que no Brasil já havia sido decretada a derrota das primeiras investidas comunistas, em 1936 agentes europeus especializados deram com o esconderijo de Olga Benário Prestes e de seu marido. E exatamente no dia cinco de março daquele mesmo ano, junto de Luís Carlos Prestes, Olga foi presa no Rio de Janeiro (MORAIS, 2008). Enquanto ela, então grávida de poucas semanas, foi conduzida à Casa de Detenção – de onde seria, semanas depois, deportada para a Alemanha nazista e, seis anos depois, morta numa câmara de gás no campo de extermínio de Bernburg –, Prestes continuou cativo por nove anos. Nesse meio-tempo, Vargas deu continuidade a seu ardid. Em 1937, através de manobras astuciosas, conseguiu coibir o comunismo de uma vez por todas. Uma dessas ações foi o Plano Cohen, que consistiu na elaboração de uma cartilha, imputada aos judeus, com o fito de “ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela” (FAUSTO, 2015, p. 310). Tratava-se, em suma, de uma farsa, que em 10 de novembro resultou na tomada do congresso e na publicação de uma nova constituição, na posse das ruas por oficiais militares, no impedimento de novas eleições e, conseqüentemente, na instauração do Estado Novo.

O Estado Novo, vale destacar, perdurou de 1937 a 1946<sup>9</sup>. Ao primeiro ano, como já descrito, seguiu-se o segundo, 1938, em que, no mês de maio, um episódio avultou: uma tentativa de assalto ao Palácio de Guanabara. Nessa ocorrência, um grupo de integralistas tentou depor Getúlio – sem sucesso, pois “os assaltantes acabaram sendo cercados e no choque com a guarda vários deles morreram, aparentemente fuzilados nos jardins do palácio” (FAUSTO, 2015, p. 311). Já no ano seguinte, Getúlio continuou a gerir o país mediante censura, algumas doses de tortura e um programa de governo que cada vez mais se assemelhava ao fascismo italiano. E como não bastasse a censura, era necessário propagandar. Para isso, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP:

---

<sup>9</sup> SENADO FEDERAL. *Portal senadores: legislaturas anteriores*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisant.shtm>>. Acesso em: 02 set. 2017.

Diretamente subordinado à Presidência, com órgãos filiados nos estados e dirigido por um jornalista, [...] o DIP era uma máquina bem planejada: tinha seis seções — propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares — e a tarefa de projetar as bases de legitimidade do Estado Novo. A agência interferiu em todas as áreas da cultura brasileira; censurou formas de manifestação artística e cultural; instrumentalizou compositores, jornalistas, escritores e artistas, e desenvolveu múltiplas linhas de ação. Numa delas, funcionários do DIP exploraram o potencial da imprensa escrita criando publicações concebidas exclusivamente para esse fim — as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Em outra, a agência buscou assumir o controle sobre tudo que se relacionava com a canção popular, talvez a mais eficiente linguagem produtora de conhecimento sobre o Brasil e acessível a toda a população (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 376).

O projeto do Estado Novo, como se torna fácil notar, não se limitava a impor ao povo brasileiro um governo cuja autoridade se infiltrava, mesmo, na esfera privada, mas também na cultural. Tanto assim que, nesse período de doze anos, a cultura brasileira foi difundida tanto em terras nacionais como internacionais, sob a insistente intervenção da ditadura. Em ambos os casos, escritores e pensadores do gabarito de Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos trabalharam para agências culturais do Governo. O objetivo desse projeto era alicerçar a cultura brasileira com foco nos valores regionais. Da culinária à música, da prática de esportes ao cinema, o Brasil nem por isso deixou de disseminar sua marca ao redor do mundo – de modo excepcional nos Estados Unidos, onde nomes como Carmen Miranda e Zé Carioca estampavam as cores e o sorriso originários do Brasil. Em contraste à harmônica imagem de nação patriótica, que era observada apenas do ponto de vista estrangeiro, o Brasil, no curso dos anos do Estado Novo, não deixou de sofrer mazelas que ultrapassavam os limites da ditadura em si. O país padecia de uma crescente miséria no campo, de falta de dinheiro na cidade e de desleixo das autoridades com relação aos bens públicos. Além disso, “estava em curso no país um pensamento que negava o argumento racial [...] e insistia em oferecer a mestiçagem como a melhor resposta do Brasil ao resto do mundo” (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 382).

Schwarcz & Starling (2015) e Fausto (2015) consensualmente delimitam o começo do fim do Estado Novo a partir da Segunda Guerra Mundial. Antes disso, porém, a neutralidade estratégica fez com que Vargas, sempre em troca de algo, apoiasse entre outros a Alemanha nazista e a Itália fascista. Foi nessa época, também, que a relação entre Brasil e Estados Unidos estreitou-se um pouco mais. Da parte dos americanos, além das riquezas naturais como a borracha e o minério de ferro, interessava-lhes a região Nordeste, onde, mais especificamente em Natal/RN, entre 1941 e 1942 tropas americanas se acuartelaram. Ainda em 1942, foi a vez de o Brasil devolver o favor, ao romper com os países que compunham o Eixo após o ataque japonês à base de Pearl Harbor. A reação a essa

rescisão foi imediata: semanas depois, navios brasileiros foram bombardeados por submarinos alemães. Esse incidente gerou um clima de alvoroço na população daqui, de tal maneira que, durante os protestos populares subsequentes, a maior parte dos manifestantes demandava a participação de tropas brasileiras na guerra. Como resultado de tais pedidos, sob a tutela dos Aliados cerca de vinte mil homens partiram para a Itália; sendo que, principalmente por efeito das intempéries do tempo, pouco mais de 400 morreram.

Esse episódio sucedido na Itália acirrou ainda mais os ânimos da população brasileira, levando, logo em seguida, ao fim do Estado Novo. Primeiro, em outubro de 1943, assinou-se o Manifesto dos Mineiros, solicitando o regresso da democracia. A seguir, ainda em 1943, uma passeata a favor do mesmo desígnio ocorreu em São Paulo, chegando a reunir milhares de acadêmicos vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar disso, o governo manteve-se firme, sob o argumento de que a democracia regressaria assim que a guerra tivesse cabo (FAUSTO, 2015). Paralelamente, aos poucos a imprensa se desgarrava da censura imposta, bem como novos partidos, inclusive de viés proletário, começavam a surgir. Sem fazer menção ao quererismo, movimento trabalhista que contou com o arrimo recuperado dos comunistas – inclusive de Luís Carlos Prestes, então solto (sua esposa Olga, nessa época, já tinha sido morta havia anos) –, o que Vargas realmente queria era reaver o apoio popular há anos perdido. Entre esses novos partidos, tanto opositores quanto a favor da sua permanência, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto esses partidos surgiam, no ano de 1945 Getúlio começou a declinar como nunca antes, pois tinha traído alguns de seus principais aliados ao se coligar ao PCB e se aproximar diplomaticamente da União Soviética.

Porém, ainda de acordo com Fausto (2015), não foi propriamente essa sequência de acontecimentos que propiciou a saída de Vargas da presidência, mas sim uma ocorrência especial, sucedida em 25 de outubro daquele mesmo ano. Foi nessa data que o chefe do governo afastou João Alberto do cargo de comandante de polícia do Distrito Federal, e colocou no seu lugar Benjamin Vargas, irmão de Getúlio. Daí adiante, o então ministro da Guerra, Góis Monteiro, “mobilizou as tropas do Distrito Federal. Dutra tentou inutilmente um compromisso, pedindo a Getúlio que revogasse a nomeação de seu irmão. [Mas] O pedido foi recusado” (FAUSTO, 2015, p. 331). Dessa recusa resultou a deposição de Vargas, exatamente no dia 29 de outubro de 1945, ironicamente por meio de dois dos principais militares que o auxiliaram a alcançar pela primeira vez a presidência da república. Chegava então ao fim o Estado Novo. Vargas, no entanto, ainda regressaria à presidência

nos primeiros anos da década de 1950, sofrendo, antes do fim de seu mandato, outra manobra que não o faria apenas desistir de governar o país, como a abdicar da própria vida.

## **2. 2 História de Angola: colonização, descolonização e pós-colonialismo**

Outro regime autoritário de envergadura viveu Angola – regime esse que, quando analisado sob o prisma dos primórdios do colonialismo até quase vinte anos após a independência, não parece ter durado anos, mas toda a eternidade. Essa impressão se acentua à medida que são analisados depoimentos daqueles que sentiram na pele os revérberos dos vários conflitos, pois suas reações, impressas tanto mental quanto documentalmente, exprimem o pavor de tempos de ódio, ganância e tirania.

Antes de nos reportarmos às batalhas pela independência, é necessário partimos do princípio da história do país. Como assinala Visentini (2012), Angola, antes Reino do Congo, era um território onde pessoas se organizavam em tribos e reinos, entre os quais os bantus, os bakongos e os kicongos. O primeiro contato entre portugueses e congolese ocorreu em 1482, quando o navegante Diogo Cão aportou por lá. Cerca de vinte anos depois, já na primeira década do século XVI e sob o domínio português, o Reino do Congo passou a mandar escravos para o Brasil, que há pouco havia pouco sido apossado pelos portugueses.

O começo do período colonial, apesar de conturbado, deu-se de forma simples, quando o Reino do Congo, na pessoa do Rei Álvaro II, solicitou auxílio dos portugueses por ocasião da invasão dos jagas<sup>10</sup>. Francisco de Gouveia Sottomaior, então governador de São Tomé, estando no comando de soldados armados, conseguiu rechaçar a invasão. As batalhas seguiram até o ano de 1573, quando o mesmo governador que expulsou os jagas deu início à ocupação e à exploração do Reino do Congo. Depois, já em 1576, a colonização expandiu-se: açambarcou terras do Sul, território dos Mbundu, onde acabou por ser estabelecida a colônia de Angola.

Luanda fundou-se em 1575, ano em que também ganharam impulso a captura e o tráfico de escravos. Por outro lado, “alguns reinos da região opuseram-se à ocupação portuguesa até o século XVIII, que ficou restrita ao litoral. Conflitos e escravização reduziram consideravelmente a

---

<sup>10</sup> Há contradições históricas quanto a esta questão. Alguns autores afirmam que os jagas nunca existiram. Todavia, de acordo com Unesco (2010a, p. 81-82), “a tese mais radical é que os portugueses inventaram esta migração a fim de intervir nos negócios do reino do Congo [...]. Outros autores sustentam que imigrantes penetraram no Congo em 1568, mas eles pensam que a maior parte dos jaga eram camponeses do Congo que se revoltaram”.

população angolana” (VISENTINI, 2010, p. 45). Só no fim do referido século é que houve um investimento maior na agricultura, notadamente no cultivo de algodão e café. Toda essa cultura não poderia ser comparada, entretanto, com o tráfico de escravos, que com certeza foi a maior fonte de renda dos colonizadores até o despontar do século XIX. Foi nessa época, aliás, que os ingleses começaram a pressionar os portugueses para que eles abrissem mão desse regime em definitivo. Resulta ainda da influência britânica, em 1878, a proibição oficial do escravismo colonial português em Angola. Antes disso, porém, no ano de 1884, foi realizada a Conferência de Berlim, na qual delimitaram-se artificialmente<sup>11</sup> as fronteiras da Angola portuguesa, bem como as fronteiras de outras colônias europeias na África.

É significativo acrescentar algumas considerações que explicam esse poder de influência dos ingleses sobre os portugueses. Um esclarecimento viável, a que já fizemos menção na introdução desta pesquisa, diz respeito a Boaventura de Sousa Santos (2003), que, num ensaio sobre o (pós)colonialismo português em África, remete à metáfora de Próspero e Caliban, personagens da peça shakespeariana *A tempestade*. Antes de detalharmos novamente essa metáfora, convém evocarmos seu autor no preciso ponto em que ele nos esclarece uma hierarquia colonial existente entre países da Europa – hierarquia na qual Portugal se classifica como subalterno quando seus métodos de colonização são comparados aos métodos do colonialismo britânico.

Tal subalternidade é dupla, porque se manifesta tanto no domínio das práticas como no dos discursos coloniais. No domínio das práticas, a subalternidade está no fato de que Portugal, como país semiperiférico, foi ele próprio, durante longo período, um país dependente — em certos momentos quase uma “colônia informal” — da Inglaterra. Tal como ocorreu com o colonialismo espanhol, a conjunção do colonialismo português com o capitalismo foi muito menos direta do que a que caracterizou o colonialismo britânico. Em muitos casos essa conjunção se deu por delegação, ou seja, sob o impacto da pressão inglesa por meio de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais. Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo (SANTOS, 2003, p. 98).

Logo na sequência, Santos acrescenta que esse processo de declínio do colonialismo português rebaixa a nação a uma categoria de importância próxima à de qualquer país cujo

---

<sup>11</sup> A Conferência de Berlim oficializou a exploração colonial de terras africanas pelos europeus. Dela participaram Itália, França, Grã-Bretanha, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Império Otomano (atual Turquia), Portugal, Bélgica, Holanda, Suécia, Rússia e Império Austro-Húngaro (atuais Áustria e Hungria). A divisão de fronteiras, feita artificialmente – “a régua e compasso”, como se costuma dizer –, ignorou a realidade africana, ora dividindo etnias e famílias extensas em países diferentes, ora reunindo num mesmo território povos inimigos entre si. Dessa divisão arbitrária resultaram imensos conflitos étnicos, dos quais temos vestígios até hoje. In: BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra: 1880-1914*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

colonizador é britânico. A explicação para tal caso encontra-se, aliás, na intromissão de Portugal na cultura dos países por ele colonizados. Esse mesmo processo resultou no surgimento de sociedades subalternas cujas identidades, como as de seu colonizador, não são homogêneas, mas dispersas e fraturadas. Além disso, nos casos de Angola e Moçambique, por exemplo, obrigou-se esses países a assimilarem a cultura portuguesa, na mesma medida em que eles próprios sentiam-se – e de fato eram – excluídos de seus próprios territórios, passando ao papel de meros coadjuvantes na construção da nação. Esse processo de assimilação de que Angola fora alvo envolvia questões que iam desde a religião (enquanto os colonizadores portugueses eram cristãos, os angolanos, tais com os demais povos africanos, tinham suas próprias religiões e deuses) ao comportamento propriamente dito (aos olhos portugueses, a conduta dos povos africanos aproximava-se à de povos aborígenes, de modo que Portugal aproveitou-se dessa fragilidade para, entre outras coisas, escravizar os angolanos, mandando-os inclusive para outras colônias). Essas imposições fizeram com que Portugal, no decurso do período de colonização, desencadeasse uma sucessão de conflitos contra os povos de Angola, conflitos esses que se concentravam no combate de questões ideológicas. Restou dessa situação um dilema a ser resolvido pelo povo angolano: como conceber a independência sob o jugo de um colonialismo tão exacerbado? Isto tudo precisou de anos para ser arquitetado, ao cabo dos quais o processo de assimilação<sup>12</sup> tivera continuidade e onde o colonizado, já absorvido da cultura de seu colonizador, concebeu-se enfim capaz de livrar-se de suas algemas. Armas, então, aos poucos começavam a ser conseguidas, sendo que uma delas (a literatura) ocupava função preponderante, sem a qual talvez as primeiras investidas em favor da independência jamais fossem empreendidas.

Além do fato de terem sofrido influência direta da oralidade, as primeiras manifestações literárias de Angola – ocorridas, a propósito, ainda no século XIX – exprimiam já um viés social. Tal caráter denunciador acentuou-se quando, a partir da década de 1880, expandiu-se a produção do jornalismo literário. Sobressaem, dessa época adiante, autores como Assis Júnior e Castro

---

<sup>12</sup> É nesse ponto da história que o termo *calibanização*, concebido por Boaventura de Sousa Santos, sobressai-se. Pois, de acordo com a peça shakespeariana *A tempestade*, houve momentos em que Caliban, ciente da exploração de Próspero, percebe-se ademais dentro de um processo onde os papéis de colonizado e colonizador vez por outra se invertiam. No que se refere ao colonialismo português, cujo caráter subalterno e periférico era maior que o das demais nações colonizadoras europeias, este se destaca por outras distinções. Uma delas é a incapacidade de Portugal de assimilar a colonização tal como ela realmente deveria ser. Resulta disso, pois, um nivelamento entre o papel do colonizador e do colonizado, e um entrelaçamento cultural cuja principal decorrência é a hibridez racial indiscriminada. Dessa maneira, Portugal optou pela miscigenação forçada, inoculando seu sangue na genética angolana e fazendo confundir-se, de novo, os papéis de cada nação. Todavia, como postula Santos (2003, p. 100), “a miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão luso colonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente”. Isso significa que, diante da população de suas colônias, Portugal nada mais via que seres selvagens, criaturas cujas utilidades se assemelhavam às de animais (calibans) ou de objetos de múltiplas serventias.

Soromenho. Aquele, em especial, produziu o que é considerado o primeiro grande livro da literatura Angolana: *O segredo da morta*, de 1935. Já as obras de Soromenho, por seu lado, representam legítimos panoramas da sociedade angolana daquele tempo, onde inclusive são retratados aspectos da sociedade angolana sob o domínio de Portugal. Entretanto, no ano de 1948, um marco acontece: o surgimento do brado *Vamos descobrir Angola*, cuja finalidade era “romper com o tradicionalismo cultural imposto pelo colonialismo; debruçar-se sobre Angola e sua cultura [...]; atentar para as aspirações populares [...]; conhecer profundamente o mundo angolano de que eles faziam parte” (FONSECA & MOREIRA, 2017, p. 16). Um tópico de destaque diz respeito à influência moderna brasileira nesse brado, o que veio a reforçar a busca pela identidade nacional angolana. Do fim de *Vamos descobrir Angola* ao início da produção poética em grande escala, foi um salto temporal de quase trinta anos, de modo que essa nova geração envolvia nomes de envergadura nacional, tais como Agostinho Neto, Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade. A produção desses autores abordava as problemáticas angolanas, compreendendo sobretudo aspectos sociológicos do povo – como, por exemplo, a cor da pele – e reafirmando o caráter de protesto colonial sob um matiz manifestamente emocional<sup>13</sup>.

Tornando ao debate histórico, verificamos que, após a abolição do tráfico de escravos para além-mar e do trabalho escravo no próprio país, Portugal investiu em campanhas de pacificação “cujo objetivo era subjugar os povos de Angola, eliminando toda a resistência” (VISENTINI, 2012, p. 46). Quase que simultaneamente, devido, em parte, à transição para o governo civil em Lisboa e, em parte, ao comando do governador português Norton de Matos, a administração colonial de Angola ampliou-se consideravelmente. Ainda conforme Visentini (2012), serviu de trampolim a esse aumento o fato de todas as autoridades tradicionais de Angola terem sido destruídas, seguindo-se a isto o crescimento do número de portugueses que vieram residir em território angolano. Em contrapeso, surgem os primeiros movimentos políticos de Angola, entre os quais se destaca a Liga Angolana, “pequena associação de funcionários angolanos [...] reconhecida oficialmente pelo governador-geral Norton de Matos em 1913” (UNESCO, 2010a, p. 819). Há um consenso entre os pesquisadores de que esses

---

<sup>13</sup> Como ressalta Inocência Mata em seu livro *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta* (2001), a representação identitária angolana sobressai-se através da poesia produzida no período pré-independência, que legitimamente fez ecoar a voz do povo nativo num grito uníssono de denúncia às mazelas sofridas, sem esquecer-se, evidentemente, de fazer menção às chagas herdadas pelo regime colonial. Os versos dessa época cantavam, ainda, “a construção de uma África livre e exibiu ao mundo as mazelas da opressão colonialista” (FONSECA & MOREIRA, 2017, p. 25). Como mais uma vez assinala Mata (2001), entre os nomes da prosa angolana que ajudaram a formar o sistema literário do país e, portanto, a identidade do mesmo, destacam-se Pepetela, autor já mencionado neste estudo, além dos prosadores Boaventura Cardoso (*O fogo da fala*, de 1980) e Manuel Rui (*Quem me dera ser onda*, de 1991).

movimentos não se efetivaram no combate ao colonialismo desbragado em razão de suas dimensões reduzidas e dos poucos aderentes da causa. No entanto, e apesar da sua pequena expressividade, essas coalizões tiveram a função de esboçar o sentimento anticolonialista há décadas reprimido por ação das mordças portuguesas.

Mediando, pois, as palavras de Amílcar Cabral a esse respeito, Visentini (2012) diz que existe uma clara ligação entre o surgimento dos movimentos de libertação de Angola, na década de 1950, e a expressão de movimentos culturais de mesma nacionalidade, de tal modo que foi assim que surgiu, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, do qual fazia parte, entre outros, Agostinho Neto. A perseguição do governo português da época à expressão de pensamentos e movimentos contrários ao fascismo colonial então praticado por António Salazar levou ao fechamento de algumas instituições, mas não impediu que se efetivasse em Angola a formação dos movimentos de libertação propriamente ditos.

O primeiro movimento contra o colonialismo português em Angola foi o MPLA, sigla para Movimento Popular de Libertação de Angola. Este surgiu no final de 1956, em Luanda, da junção de do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) com outros grupos nacionalistas, tais como o MIA (Movimento para Independência de Angola). Liderado por Agostinho Neto, poeta de orientação marxista-leninista transformado, por Agualusa (2012), em personagem do seu romance *Estação das chuvas*, foi o primeiro partido estruturado de libertação a surgir. Além disso, o MPLA foi também aquele que conseguiu reunir maior número de adeptos, de modo que esses mesmos adeptos pertenciam às mais variadas etnias, desde europeus, mestiços, e até os próprios habitantes de Luanda. Soma-se a isto o fato de que a estrutura do MPLA era diferenciada, tanto assim que contava “com uma escola de formação para seus membros, com contatos internacionais importantes – especialmente com a União Soviética” (VISENTINI, 2012, p. 48).

O segundo grande partido de libertação de Angola foi o FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola –, surgido em 1962. A princípio, isto em 1954, chamou-se UPNA, que corresponde a União das Populações do Norte de Angola. Em seguida, no ano de 1958, intitulou-se UPA (União das Populações de Angola), para por fim assumir sua nomeação definitiva. O FNLA, fundado por Holden Roberto, igualmente ao MPLA era um partido de ideologia comunista um tanto mais radical que os demais, pois, conforme Visentini (2012), este alimentava um ódio crescente aos brancos, portugueses e anticomunistas. Em sua maioria, os componentes desse partido pertenciam à região rural de Bakongo, no Norte de Angola, e veneravam muito o seu líder. Ao oposto dos componentes do MPLA – explica Visentini –, sobretudo no que diz respeito a treinamento militar e

a questões financeiras de forma geral, o FNLA era um partido de recursos muitíssimo reduzidos.

O terceiro partido criado sob a necessidade da independência foi a UNITA, que significa União Nacional para Independência Total de Angola. Tendo por fundador Jonas Savimbi, seu estabelecimento data de 1966, produto da união de dissidentes da FNLA e do GRAE (Governo de Resistência de Angola em Auxílio). Esse partido era composto por etnias do Sul de Angola, tais como os Nganela, os Chokwe e os Ovimbundu. Semelhantemente ao FNLA, os membros da UNITA não tinham poder financeiro o bastante para custear treinamento militar aos seus soldados. Outra peculiaridade da UNITA, distinguida por Visentini, dirige-se à sua ideologia, que variava ao sabor daqueles que lhe bancavam auxílio.

Os primeiros conflitos de resistência contra o colonialismo indiscriminado de Portugal ocorreram no final da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no ano de 1959, quando manifestantes do MPLA sofreram repressão na capital do próprio país. O episódio, a despeito de não ter alcançado grande repercussão, levou alguns desses manifestantes a serem presos em Cabo Verde. Todavia, “essas ações do governo português [...] representaram a primeira vitória política do movimento, já que lhe deram oportunidade de reconhecimento e publicidade” (VISENTINI, 2012, p. 50). Demais, outro fato de destaque antes dos conflitos de grande proporção foi a prisão de Agostinho Neto, em junho de 1960, fazendo com que houvesse maior preparação da parte dos partidários pró-independência. De maneira que finalmente, no ano de 1961,

A rebelião explodiu [...] em muitas localidades: em Luanda, no dia 9 de fevereiro; no norte, junto à fronteira do Congo (Zaire), em 5 de março, bem como na Baixa de Cassange (Kasanga), na mesma época. Os portugueses responderam com extrema violência e o resultado da repressão foi muito sangrento: de 30.000 a 50.000 mortos e de 150.000 a 200.000 angolanos, em sua maioria originários do noroeste (Kongo), foram obrigados a se exilar no Congo (Zaire), em alguns meses (UNESCO, 2010b, p. 259).

Após as primeiras guerras para libertação de Angola durante a década de 1960, a década de 1970, notadamente por ocasião da Revolução dos Cravos, deu continuidade a esse cenário. A revolução, ocorrida em Portugal exatamente no dia 25 de abril de 1974, fez com que as grandes potências comunistas da época (China e União Soviética), que há pouco haviam reduzido seus apoios aos movimentos angolanos de libertação, voltassem a enviar reforços respectivamente ao FNLA e ao MPLA. Na época, o FNLA era o movimento mais bem munido, ao passo que a UNITA e o MPLA viviam degradantes crises estruturais. O Acordo de Alvor, assinado em janeiro de 1975 pelos três movimentos libertários, de nada adiantou – muito pelo contrário; como destaca Visentini (2012), os

ânimos entre os partidos de independência de Angola tinham-se acirrado após esse pacto, situação de alvoroço que se originara, entretanto, já na década anterior. Em decorrência disso,

De fevereiro a julho de 1975, a “batalha de Luanda”, vencida pelo MPLA, permitiu-lhe banir os seus rivais da capital. A independência foi proclamada na data prevista em meio a maior confusão: em Luanda ela coube ao MPLA, ao passo que em Huambo ela se realizou sob a direção da FNLA e da UNITA. A guerra civil sucedeu a guerra de libertação. A OUA estava dividida (foram 22 votos favoráveis ao MPLA e 22 votos em contrário, as duas abstenções ficaram a cargo da Etiópia e de Ouganda) e assistiu sem reagir a luta fratricida. Após uma série de sucessos militares (janeiro-março de 1976), o MPLA promoveu a entrada da República Popular de Angola no seio da OUA (11 de fevereiro de 1976), bem como a sua adesão a ONU (novembro de 1976). Entretanto, várias regiões ainda escapavam ao controle do poder central (UNESCO, 2010b, p. 260).

A despeito da conquista da independência, Angola continuou a sofrer com conflitos entre seus próprios partidos. Contando com o reforço militar de alguns países – tais como Estados Unidos (que, antes da Guerra Civil, apoiou o FNLA, e durante esta apoiou a UNITA), África do Sul (que sempre apoiou a UNITA), Cuba e União Soviética (as quais dedicaram apoio ao MPLA, tanto antes como durante a Guerra Civil) –, os movimentos de libertação de Angola deflagraram combates sem precedentes, que, entre altos e baixos, se prolongaram do restante da década de 1970 até os primeiros anos do século XXI, exatamente em 2002<sup>14</sup>. Nesse espaço de tempo, porém, em vez de seguir como movimento de libertação, o MPLA converteu-se num partido político cuja doutrina marxista fora abdicada para adoção de um sistema democrático. Ao mesmo tempo que teve de resistir aos constantes ataques de seus opositores e das nações que os apoiavam, o MPLA encontrou-se na necessidade de alterar um quadro calamitoso de declínio nacional, fruto ainda do colonialismo português e dos conflitos armados posteriores. Então, o MPLA empreendeu atitudes que objetivavam, inicialmente, estabilizar a economia e os demais setores do país, para depois seguir em busca da expansão de Angola como nação independente. Concomitantemente, os investimentos e as intervenções foram efetivados em áreas específicas da sociedade, tais como educação, agricultura e saúde, de modo que mudanças positivas foram observadas logo nos primeiros anos.

Nessa época, o FNLA, conhecido estruturalmente como o mais frágil dos movimentos pela independência, já tinha se convertido em partido político, isto desde 1991. Como se não bastasse o seu extremismo e o apoio internacional praticamente inexistente na altura, a quantidade de partidários seus encolheu consideravelmente, a ponto de sua participação reduzir-se a quase nada nas guerras

---

<sup>14</sup> Apesar de os conflitos armados terem sido encerrados esse ano, as divergências entre os partidos prevalecem até os dias de hoje, agora estando elas estritamente relacionadas a debates de ordem política.

civis. Tanto assim que Holden Roberto, no decurso de um período relativamente longo, viveu exilado em Paris, vindo regressar a Angola somente por ocasião das eleições presidenciais, quando o próprio concorreu ao pleito. Além de não obter ao menos três por cento da margem total de votos, o FNLA já vinha se fragmentando há anos – mais incisivamente a partir do momento em que alguns de seus representantes passaram a apoiar o MLPA –, o que não veio a mudar nos anos seguintes.

Por sua vez, mediante realização de congressos e acordos de armistício, o MPLA buscou encerrar os ataques da UNITA, a qual, na realidade, não se conformava com o fato de um único partido governar o país. Já no ano de 1991 foi assinado outro cessar-fogo, adicionado a um acordo que legalizava eleições para o ano seguinte, e, além disso, “a criação de uma comissão para formar um exército nacional com as tropas de ambos os lados” (VISENTINI, 2012, p. 86). Não obstante a eleição de José Eduardo dos Santos, partidário do MPLA que já governava Angola desde 1979, Jonas Savimbi, então líder da UNITA, deu ordem a seus soldados para reiniciarem a guerra. Pego desprevenido, por pouco o governo vigente não acabou vencido, tendo outra vez de apelar a novos acordos. Desses, até 1995 nenhum conseguiu ser estabelecido. Somente no ano seguinte, entretanto, é que uma anistia foi assinada. Assim sendo,

após duras negociações, a Unita acordou em 1997 sua participação no governo (executivo, legislativo e Forças Armadas) e, apesar de fracas na capital, as forças de Savimbi ainda controlavam 40% do território. A queda de Mobutu Sese Seko no Zaire, no mesmo ano, foi prejudicial para a Unita, que perdeu o apoio que recebia através da fronteira do norte e do leste. Com a ascensão de Nelson Mandela, em 1994, e a queda de Mobutu, em 1997, o grupo de Jonas Savimbi começou a perder força. Em 1999, foi formado novo governo e, no ano seguinte, os combates recomeçaram quando a ONU retirou sua missão de paz. Savimbi foi morto em combate em fevereiro de 2002 na província de Moxico, propiciando um acordo formal de cessar-fogo, assinado em abril seguinte. Quatro meses depois, a Unita pôs fim ao seu braço armado e o ministro da defesa declarou que a guerra civil, de 27 anos, tinha findado. A Unita transformou-se em partido político, com um novo líder – Isaias Samakuva (VISENTINI, 2012, p. 86-87).

Dessa maneira, finalmente chegaram ao fim os conflitos civis em Angola. Porém, os resultados de tantos anos de insurgências ainda precisavam ser reparados: refugiados de minas, militares mutilados, infraestrutura debilitada, tudo isso necessitava de subsídios urgentes. Segundo Visentini (2012) e UNESCO (2010b), somente com o auxílio financeiro chinês das últimas duas décadas é que a economia angolana conseguiu, ainda que parcialmente, se reerguer, inclusive com alguma “contribuição brasileira” – a qual, hoje sabemos, resultou de escandalosos acordos de corrupção entre os dois governos. De tal modo o MPLA apossou-se do poder sob a ingerência de imposições autoritárias, que José Eduardo dos Santos continuaria a ser presidente da nação até

setembro de 2017, cedendo a vez para João Lourenço, político do mesmo partido.

No tocante ao que aproxima o Estado Novo brasileiro dos conflitos pela independência de Angola, temos, em primeiro plano, duas das mais conturbadas ditaduras respectivamente da América do Sul e da África, onde conflitos armados, tortura e repressão aconteceram à farta – sendo que, em ambos os casos, ainda continuam a acontecer; e, em segundo plano, o clamor do povo por mudanças, ocorrendo logo a seguir o surgimento de partidos (como a ANL no Brasil e o MLPA em Angola) que, no intuito de arranjar o maior número possível de adeptos, prometiam revolucionar esses países caso chegassem a governá-los. Tais revoluções, na verdade, coincidem ainda na questão da transição de governo: enquanto o Brasil despedia-se da política do Café com Leite, Angola libertava-se das mãos coloniais portuguesas. Isto é, no fim das contas, Portugal representou, tanto para Brasil como para Angola, um divisor de águas no que se refere às suas histórias. Ademais, coincidências incidem também sob o reflexo da imagem de líderes específicos, tais como Getúlio Vargas do lado brasileiro e Agostinho Neto do lado angolano, cada qual a defender suas ideologias. Da mesma forma, a morte desses líderes culminou em novos rumos para ambas as nações – rumos esses que, apesar da necessidade de reparos, continuaram sendo truculentos para ambos os povos, que até o presente não viram a democracia lhes pertencer em definitivo.

### 3. Aspectos do biografismo contemporâneo em *Olga*

Nos capítulos anteriores desta pesquisa, abordamos, respectivamente, as configurações do biografismo desde as suas origens até o presente, além de esboçarmos a trajetória da formação e consolidação das literaturas africanas de língua portuguesa centrando-nos no caso angolano. Ademais, exploramos os totalitarismos, desde uma perspectiva europeia até brasileira e angolana, nas conhecidas ditaduras pelas quais ambos os países passaram. Nessa mesma etapa, procuramos relacionar as épocas com as literaturas produzidas em cada nação, numa investigação que nos levou a concluir que, no caso do Brasil, foram as biografias que se consolidaram na retratação de tais realidades, bem como em Angola foram os romances históricos que se especializaram em reproduzir as lacunas historiográficas legadas desde a época do colonialismo. Na etapa que agora se inicia, porém, efetivamente teremos como objeto de análise a biografia *Olga* (1985), de Fernando Morais, e o romance histórico *Estação das chuvas* (1996), de José Eduardo Agualusa.

Fernando Morais, certamente um dos biógrafos mais conhecidos e premiados do Brasil, de acordo com Licia Oliveira Souza (2008) começou sua carreira jornalística em 1961, trabalhando em redações de importantes jornais de São Paulo. Além de ter trabalhado na TV Cultura, Morais também foi deputado estadual em São Paulo, pelos partidos MDB e PMDB, e secretário estadual de cultura pelo mesmo estado. O sucesso como escritor veio logo na primeira publicação: o livro-reportagem *A ilha*, lançado em 1976 e que trata de Cuba no período pós-revolucionário. Seguiu-se a esse livro, quase uma década depois, a publicação de *Olga*, o seu trabalho mais conhecido, e outros livros-reportagem e biografias de pessoas públicas como Assis Chateaubriand (*Chatô, o rei do Brasil*, de 1994) e Paulo Coelho (*O mago*, de 2008).

O que, porém, destaca o nome de Fernando Morais entre os mais proeminentes biógrafos brasileiros da contemporaneidade é fato de ele ser um autor engajado em causas políticas, mais precisamente de viés esquerdista. Sendo assim, a maioria de seus trabalhos cumpre o dever de trazer à tona figuras e fatos históricos cuja importância, pelo menos no que diz respeito à História, ainda não tinha sido destacada, de acordo com alguns exatamente pelo fato de essas figuras e fatos relacionarem-se à ideologia do autor. Não que as obras de Morais se restrinjam a meras reproduções políticas; pelo contrário: suas obras são de uma riqueza diferenciada, justificando a fama que ele desfruta desde a primeira publicação. O que pretendemos aqui é distingui-lo como um dos precursores daquilo que alguns pesquisadores chamam de “livro-reportagem”, que nada mais é do que uma

modalidade biográfica bastante disseminada da década de 1980 até os dias atuais.

Segundo Lindjane dos Santos Pereira (2007), os livros-reportagem têm essa nomenclatura composta exatamente porque,

como todo trabalho jornalístico, na realidade, é o resultado de um trabalho de pauta, apuração, seleção e construção jornalístico. Contudo, tal trabalho busca um aprofundamento maior da informação do que o que se encontra na imprensa periódica e, por isso, o livro-reportagem integra o chamado Jornalismo de profundidade ou ainda Jornalismo Literário (PERREIRA, 2007, p. 40).

Ora, nos livros-reportagem ocorrem os mesmos procedimentos de composição de uma reportagem normal, com a ressalva de que há uma preocupação muito maior com os detalhes, uma vez que eles sejam vitais para o acabamento da obra. Trata-se, portanto, de recompor uma vida, o que exige mais e vai muito além da recomposição de um fato em especial, como no caso da reportagem. Ademais, ainda de acordo com Pereira (2007), relaciona-se diretamente o conceito de livro-reportagem com o termo “contemporaneidade”, haja vista que este sempre ressuscite episódios que, a despeito de se situarem distantes temporalmente, atualizam-se na medida em que são trazidos reavidos. E é isto que Fernando Moraes nos oferece por meio de seus livros: uma reescrita do passado, ou melhor, uma “ressuscitação” dele, renovando eventos e personagens sepultados pelos escombros do esquecimento histórico.

Como, na primeira parte deste estudo, limitamo-nos a expor as teorias de François Dosse e do seu *Desafio biográfico* nos restringindo à análise do primeiro capítulo da obra, desta vez expandiremos nossa esfera de apreciação do mesmo texto fazendo uma interpretação resumida de alguns capítulos que se seguem – a saber, os capítulos quatro e cinco – tendo a biografia *Olga* como ponto de partida das reflexões. Nos referidos capítulos d’*O desafio*, Dosse trata daquilo que ele chama de idade hermenêutica da biografia. Pautando-se, de princípio, nas inferências de Philippe Lejeune, segundo Dosse (2015, p. 241), no início da idade hermenêutica – ou seja, a partir dos anos 1970 – a biografia abriu “amplo espaço à publicação de memórias, testemunhos que lançavam frequentemente um olhar nostálgico a este ‘mundo perdido’”. Conforme ratifica o próprio François Dosse, foi nessa época, também, que se deu maior destaque aos relatos de vida de personagens anônimos, relatos esses que, convertidos em livros, acabaram se tornando enormes sucessos de venda. Diante disso, surge a seguinte questão: seria Olga uma dessas personagens anônimas se, no seu caso, ela foi esposa de um dos revolucionários brasileiros mais conhecidos de seu tempo? Segundo Fernando Moraes, a resposta

a essa questão é sim. A justificativa dessa afirmativa encontra-se, aliás, na apresentação da primeira edição de *Olga*, em que Fernando Morais escreve o seguinte:

Logo que iniciei a investigação para escrever este livro, em 1982, percebi que as dificuldades para recompor o retrato de Olga seriam muito maiores do que supunha. No Brasil não havia praticamente nada sobre ela - e surpreendi-me a descobrir que até mesmo a historiografia oficial do movimento operário brasileiro, produzida por partidos ou pesquisadores marxistas, relegara invariavelmente a ela o papel subalterno de "mulher de Prestes" - e nada mais do que isso. Em tudo o que pude ler não encontrei mais do que alguns parágrafos vagos e superficiais. A essa circunstância se somava outro obstáculo: se estivesse viva, Olga teria hoje 77 anos - e como sua militância política se deu muito precocemente, a maioria dos personagens que conviveram com ela estava morta. Os poucos sobreviventes que testemunharam sua saga - na Alemanha ou no Brasil - eram, no mínimo, octogenários, nem todos com memória ou condições de saúde para desenterrar detalhes de episódios acontecidos meio século antes (MORAIS, 2008, p. 9).

O que Morais esclarece acima não deixa margem de dúvida quanto à anonimidade de Olga, pelo menos no tocante ao Brasil. Já no país onde ela nasceu - na época, a República Democrática Alemã (RDA) -, o cenário é o inverso, pois,

Heroína nacional cujo nome batiza dezenas de escolas e fábricas, Olga teve sua memória carinhosamente preservada pelos comunistas de sua terra. Nos arquivos do Instituto de Marxismo-Leninismo, no Comitê de Resistentes Antifascistas ou nos pequenos museus montados no campo de concentração de Ravensbrück e no campo de extermínio de Bernburg (ambos preservados tais como foram encontrados pelas tropas aliadas), obtive cópias de todos os documentos e fotografias referentes a Olga Benario. Com a preciosa ajuda de Alexandre Fischer e Katharina Schneider, intérpretes destacados pelo governo da RDA para auxiliar-me na pesquisa, não só selecionei e reproduzi todo o material disponível, como entrevistei creio que todos os velhos militantes que tinham convivido com Olga na Juventude Comunista, nos anos 20 e, uma década depois, nas prisões e campos de concentração nazistas (MORAIS, 2008, p. 10).

No entanto, como o próprio Fernando Morais sublinha, o fato de Olga ser conhecida no país em que nasceu não a faz descolar-se do campo das personagens anônimas para o das historicamente conhecidas. Isto não ocorre porque, até a publicação da sua biografia pelo próprio Fernando Morais, o único livro que tratava integral e exclusivamente da vida de Olga era outra biografia, escrita pela ativista alemã Ursula Kuczynski, mais conhecida como Ruth Werner. O título dessa biografia, vertido ao português, é *Olga Benario: a história de uma mulher corajosa*<sup>15</sup>. Fernando Morais, que menciona

---

<sup>15</sup> Do original alemão *Olga Benario: die Geschichte eines tapferen Lebens*. Berlin: Verlag Neues Leben, 1961. A primeira edição de *Olga Benario: a história de uma mulher corajosa* foi publicada pela editora Alfa Ômega no ano de 1979.

o texto de Werner na sua lista de obras consultadas para redação de *Olga*, ainda em sua apresentação ao livro relata a visita que ele fez ao apartamento de Ruth; destaca, então, a obtenção de cópias de depoimentos exclusivos, que estavam sob posse de Werner e dos quais ela não se servira totalmente para compor sua versão de *Olga*.

Mas, além do fato de ter sido escrita em 1985, quais outros fatores fazem de *Olga* efetivamente uma biografia contemporânea? Segundo François Dosse em entrevista ao programa *Entrelinhas* (2009), o que determina uma biografia ser contemporânea, salvo o fato de ela ter sido escrita num passado não muito distante, é a coincidência de a mesma conter, em sua tessitura, as características do subgênero do passado e do presente. Ou seja, a biografia contemporânea apresenta, de uma só vez, os seguintes modelos: “o modelo ‘heroico’ [que se ocupa em exaltar determinadas figuras pelos seus feitos], o modelo ‘modal’, que reflete as categorias sociais do contexto, e a escrita biográfica de hoje, que chamei de ‘hermenêutica’ e que traz esta pluralidade de pontos de vista” (DOSSE, 2009) <sup>16</sup>. Identifiquemos agora, de forma sucinta, essas singularidades em *Olga*.

Desde logo é válido pontuar que essas particularidades da biografia hermenêutica podem se apresentar de forma tanto sutil como flagrante, visto que uma biografia bem escrita, como é o caso de *Olga*, consegue camuflar de modo excepcional determinadas opiniões e manifestações de criatividade autoral num discurso de aparente uniformidade. Entretanto, a figura de Olga Benario Prestes é exaltada em descrições resumidas, como a que segue, na qual Fernando Morais diz que

A cada dia Olga tornava-se mais atraente. Até o jeito meio desengonçado de andar dava-lhe um encanto especial. Além disso, uma característica aguçava ainda mais o desejo dos rapazes: sua independência. Olga era dona de seu nariz e fazia apenas o que acreditava ser importante. Na política e na vida pessoal (MORAIS, 2008, p. 37).

É nítida, na exposição acima, a exaltação do autor quanto à sua personagem. Esse desvio, vale frisar, incide pelo uso de termos abstratos como “atraente” e “encanto especial”, que expõem determinada opção que o autor biográfico tem para compensar indefinições factuais. Todavia, esse lance não desfaz aquilo que autores como Cristovão Tezza (2008) e André Luiz Mitidieri Pereira (2008) denominam de “pacto biográfico”, que nada mais é que a firmação de um acordo do autor biográfico com relação à fidedignidade da história das suas personagens e do contexto em que estas se inserem<sup>17</sup>. Levando isto em consideração – além de outras passagens em que Fernando Morais

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xZJYMxrNgTs>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>17</sup> Segundo Tezza (2008), esse pacto restringe o biógrafo à exposição de detalhes de uma ficção plausível, ou seja, de suposições que não ultrapassem os limites do possível/provável. Tal definição de pacto biográfico é praticamente a

exalta, por exemplo, as ações de Olga enquanto agente comunista e a sua resistência frente à repressão praticada contra si, empregando-se do mesmo padrão de exaltação de sua figura – dá-se o fenômeno da “heroização” a que Dosse se refere como elemento composicional da biografia contemporânea.

Observemos, em especial, duas passagens em que Fernando Morais exalta a personalidade de Olga não a ponto de dignificá-la, mas de louvar-lhe a presteza e a coragem. A primeira delas, pois, descreve a forma extraordinária com que Olga,

Já na primeira tarefa que lhe deram, [...], aos quinze anos, revelou-se a mais eficiente da turma, aí incluídos os mais velhos e mais fortes. Eficiente e ousada: pela primeira vez também o centro, e não só a periferia de Munique, amanheceu pichado. Ela chegara a locais movimentados, onde a presença de policiais assustava até os militantes mais experientes. "Medo e prudência são palavras que ela não conhece", disseram os novos amigos no dia seguinte (MORAIS, 2008, p. 31).

Já na segunda passagem, em vez de agente, Olga converte-se numa espécie de mártir, pois,

Por uma ou outra razão [...], ela passou a ser açoitada regularmente durante o período de confinamento. A qualquer momento, os SS entravam na cela trazendo o Prügelbock – um cavalete de madeira com o tampo côncavo e correias de couro com fivelas nos quatro pés. Ela era deitada de bruços sobre o cavalete, com o ventre sobre a parte abaulada e tinha os pulsos e os tornozelos amarrados às correias presas nos pés. Imobilizada, era submetida a infundáveis sessões de chicotadas nas costas, nádegas, pernas, até ficar semi-inconsciente. Por vezes, depois das surras, era deixada ali, amarrada naquela banquetta, o dia inteiro. Quando os soldados voltavam para retirá-la, aproveitavam para aplicar novas chibatadas (MORAIS, 2008, p. 275).

Nessas duas descrições de etapas diferentes da vida de Olga – em que, embora não sejam exaltadas as suas proezas nem os seus sofrimentos desviando-se dos fatos reconhecidamente reais – notamos que Fernando Morais a eleva a um novo patamar de importância. Esse patamar, independentemente de visar ou não à exaltação de sua figura, faz a sua biografia pertencer, em parte, ao modelo heroico concebido por Dosse.

A seguir, notamos em *Olga* a manifestação da categoria modal da biografia, categoria essa que “visa, por meio de uma figura específica, ao tipo idealizado que ela encarna. O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo. O singular se torna uma entrada revelando ao leitor

---

mesma de André Luiz Mitidieri Pereira, que, por sua vez, relaciona seu conceito ao de pacto autobiográfico, de Philippe Lejeune. Segundo Pereira (2008, p. 169), esse pacto “ocorre ao nível de uma conexão entre narrador, autor, personagem e modelo extratextual, similarmente ao desenvolvimento do pacto autobiográfico: a) o emprego de títulos e/ou subtítulos (*Biografia; O caso, História de; Vida de* etc.); b) a seção inicial do texto, na qual o narrador se compromete a escrever sobre um sujeito que já não mais é o empírico, mas também não é ficcional; c) o nome dado à personagem na narração, devendo coincidir com o nome do modelo, o que leva, necessariamente, ou ao nome, ou aos indicadores pelos quais era conhecido o ser real, em sua existência pública ou privada”.

o comportamento médio das categorias sociais do momento” (DOSSE, 2015, p. 195). Essa exposição evoca novamente Olga em diferentes fases de sua vida, bem como em lugares e postos diversos. Na mesma medida, em cada uma dessas fases, lugares e postos ela representava um grupo específico, dentro do qual se sobressaía. O primeiro desses grupos é, pois, o das jovens militantes comunistas na época da ascensão do nazismo na Alemanha – grupo no qual Olga, apesar de representar um caso à parte em matéria de engajamento (a maioria das missões que ela cumpria, segundo Morais (2008), eram trabalhos executados por rapazes), representava uma parcela razoável de jovens alemães de ascendência judia. Entretanto, importa destacar o seguinte: por esse tempo – o início da década de 1920 – a maioria das jovens alemães judias ainda não tinha ideia do perigo que a chegada de Hitler ao poder lhes fazia correr e, por isso mesmo, negavam-se a fazer parte das chamadas “sociedades secretas”<sup>18</sup>. No tópico seguinte, procuraremos explicar um fator em especial que fez Olga discrepar da maioria das moças de sua ascendência.

A segunda representação coletiva de Olga relaciona-se à época em que ela se mudou da Alemanha para a União Soviética e, logo em seguida, seguiu com Prestes em direção ao Brasil. Foi nesses dois países (sobretudo na Alemanha) que, ao longo da primeira parte da década de 1930 e aperfeiçoando suas capacidades – tais como a pilotagem de aviões e paraquedismo, além de outras missões que a levaram, inclusive, a separar-se de Otto Braun –, Olga tornou-se uma representante ímpar daquilo que podemos chamar de militância feminina engajada. Tal engajamento, algumas vezes posto em prática, acabou por encorpar ainda mais o seu vulto, distinguindo-a face à coletividade de mulheres que militaram tanto na Alemanha como no Brasil.

Na sua primeira passagem pela Alemanha, aliás, temos uma Olga mais impetuosa, cuja personalidade ia-se moldando conforme suas experiências à frente da militância foram se tornando mais frequentes. O trecho abaixo reafirma esse caráter da nossa personagem:

A integração [à Juventude Comunista] deu-se em pouco tempo. Além de decidida e corajosa, ela trazia do lar burguês algo que faltava aos filhos de operários - uma excelente formação escolar. Muitos dos clássicos de que a maioria ali só tinha ouvido falar em palestras, ela já os havia lido. E em pouco tempo notaram outra forte característica, que os mais resistentes a sua presença no Schwabing atribuíam ao "radicalismo próprio dos filhos da burguesia": a intolerância contra qualquer pessoa que não fosse militante comunista (MORAIS, 2008, p. 31).

---

<sup>18</sup> Como explica Fernando Morais (2008, p. 29) ao descrever a ocasião em que Olga ingressou na Liga Juvenil Comunista da Alemanha, “para os jovens comunistas do Schwabing, filhos de operários, aquela era uma presença inusitada: nunca, até então, uma jovem da burguesia bávara tinha batido às suas portas para pedir filiação”.

Já na União Soviética, topamos com uma mulher mais independente, mais dona de si e consciente da sua missão de lutar pela causa proletária. O reconhecimento dessa têmpera coletiva encontra-se nas suas conquistas pessoais (como, por exemplo, sua eleição para o Comitê Central da Juventude Comunista Internacional tão logo chegou à União Soviética) e na forma com que, presa, grávida e na posição de mulher de Prestes, Olga conviveu com as outras ativistas da Intentiona Comunista.

Vejamos um fragmento em que seus feitos são distinguidos:

Durante o período que passou em Borisoglebsk - localidade a 500 quilômetros ao sul de Moscou, em direção ao mar Cáspio -, ela aprendeu a atirar com armas pesadas e leves e a cavalgar incorporada a uma unidade regular do Exército Vermelho. [...] De volta a Moscou, é recebida com a notícia de que o V Congresso da Juventude Comunista Internacional acabara de aclamá-la como membro do seu Presidium, o mais alto degrau da hierarquia de uma organização comunista. A escolha unânime de seu nome se dera na assembleia final do congresso, composta por jovens comunistas demais de cinquenta países. O prêmio pela promoção viria logo em seguida: Olga fora escolhida pelo Comintern, entre centenas de candidatas, para fazer o curso de paraquedismo e pilotagem de aviões na Academia Zhukovski da Força Aérea, sediada em Moscou (MORAIS, 2008, p. 53-57).

É nessa experiência ao mesmo tempo individual e coletiva – cuja gravidade tornava-se maior na medida em que se encontrasse grávida – que Olga, seguindo as ordens do governo brasileiro, regressou à força para a Alemanha. É, todavia, nesse retorno definitivo ao seu país de origem que a sua figura ganha a maior proporção possível em termos de significância coletiva, pois desta maneira tornou-se ela mais uma das tantas mulheres judias em campos de concentração. Em contrapartida, ao contrário dessas várias outras mulheres que, por desconhecimento ou mesmo falta de vontade, deixaram de engajar-se à causa proletária, ou mesmo entre aquelas que o fizeram, Olga representou uma exceção, em parte pela sua origem, em parte pelo restante da sua história.

Diante desses apontamentos, além de confirmarmos o pertencimento de *Olga* à idade hermenêutica da biografia, verificamos outra diferenciação do mesmo texto com relação ao biografar contemporâneo: o personagem central modifica-se ao sabor dos movimentos da história. Tal coincidência, inclusive, segundo Dosse (2015, p. 297) realça “o fato de se considerar o homem como fundamentalmente plural, mantenedor de veículos diversos, modifica[ndo] a abordagem do gênero biográfico”. Ou seja, descrever o destino da personagem biografada de acordo com os revezes históricos resulta numa legitimação do texto e, conseqüentemente, das suas personagens. Olga, aplicada que foi às transformações político-sócio-econômicas dos lugares onde viveu, por isso mesmo sofreu mutações identitárias que a tornaram uma legítima personagem histórica.

Voltando a discutir *O desafio biográfico* nas suas considerações sobre a idade hermenêutica

da biografia, concentremos nossas atenções no tópico *A biografia posta à prova do imaginário*. Neste, apoiando-se sobretudo nas inferências de seu compatriota Jacques Le Goff, François Dosse (2015) discorre a respeito do conceito de biografia total ou definitiva. Ele se refere a empreendimentos na direção de uma desconstrução do gênero, empreendimentos esses que seriam seguidos de uma tentativa de reforma de sentido. A questão central, que ensejou essa nova forma de investigação do gênero biográfico, diz respeito à ação de “interrogar as etapas de elaboração do ícone nos vários locais de produção de um discurso historicamente edificante [...] esmiuçar o vínculo desses heróis com o mundo, seu imaginário, as forças vivas que motivam seus atos [...] e seu comportamento cotidiano” (DOSSE, 2015, p. 276).

Continuando a se referir a Le Goff como aquele que deu origem a tal conceito, Dosse nos expõe mais peculiaridades daquilo que seu compatriota nomeia de biografia total. Servindo-se de uma entrevista que Le Goff concedeu e na qual ele se referiu à sua biografia de São Luís, Dosse expõe que, para o autor de *As raízes medievais da Europa*, a biografia total seria aquela em que a personagem principal é alguém imerso em sua cultura e época. Isto é, para Le Goff, na biografia total o biografado seria mais um agente interventor do que uma figura passiva frente aos revezes da história. Nesse contexto, ganha importância a palavra “desconstrução”. Especificamente no tocante à biografia total, ela se relaciona à tentativa do autor de desconstruir uma imagem anterior de seu biografado para encontrar e, em seguida, descortinar sua legítima face. No caso de Le Goff, suas pretensões eram resgatar o verdadeiro São Luís por intermédio de um método que, a um só tempo, pretendia reaver a representação de rei e de santo da personagem. Concluída essa etapa, seguia-se a definitiva, ao cabo da qual finalmente se daria início à escrita da biografia: “interrogar a natureza dessas duas funções [a representação de rei e de santo] da imagem real no século XIII” (DOSSE, 2015, p. 276).

Dosse não deixa de vacilar quanto a acreditar ou não na existência de biografias definitivas. No entanto, tomando novamente posse das palavras de Le Goff, ele esboça as restrições do próprio autor a respeito do texto biográfico e quais as regras para uma biografia ser considerada total. Para Le Goff, uma biografia total é aquela que, além de narrar a vida de uma personagem em particular, esclarece toda a sociedade num determinado período de tempo através dessa mesma narração. Importa salientar que essa espécie de obsessão por uma totalidade, à qual Le Goff se deixou persuadir, derivou da terceira geração da *Escola dos Annales* a que ele pertencia e que já foi mencionada, neste estudo, pela historiadora brasileira Mary Del Priore. Segundo Del Priore (2009), essa fase mais recente da *Annales* buscava retratar fatos históricos em sua totalidade, sem dar margens a lacunas. Portanto, tendo regressado o interesse pelo texto biográfico, nada mais apropriado do que concebê-lo

de maneira autossuficiente, a fim de torná-lo documento histórico de inestimável significância.

No seguimento de seus argumentos, Dosse continua a citar a biografia de são Luís. Mencionando um trecho desse trabalho – em que Le Goff diz que fatos históricos só são inseridos na narrativa à medida que esclareçam a trajetória da personagem central –, ele releva as dificuldades por que passou seu compatriota ao começar tal empreendimento, dificuldades essas que o fizeram reconhecer a biografia como um dos mais complexos métodos de narração historiográfica. Considerando o fato de que, por longos anos, a biografia se manteve afastada dos estudos de história, Le Goff revela suas impressões com relação à reinserção da mesma ao seu lugar; diz que pesquisas ligadas a esse subgênero literário tornaram-se enriquecedoras na medida em que se voltou a lançar luz àquilo que ele chama de problema histórico *sui generis*: a forma como a infância e a juventude são determinantes na formação de um indivíduo. Tomando esse questionamento como pressuposto para a continuação de suas reflexões, Le Goff procura esclarecer o que foi a existência de são Luís. Para isso, o autor insere a sua personagem no contexto sociopolítico da época deste, com vistas a “só evoca[r] seu herói quando a presença dele é atestada, quando um relato contemporâneo do acontecimento citado permite reconstruir o que lhe sucedeu” (DOSSE, 2015, p. 279).

Além desses, existem outros recursos aos quais Le Goff recorreu para efetivação de sua biografia definitiva. Um deles foi, pois, a sinceridade, expressa na seguinte circunstância:

Havendo lacuna documental, o autor a menciona, como a propósito da sagração de são Luís, sobre a qual só dispomos de documentos posteriores: “Não há relatos de sua sagração e não sabemos bem qual tenha sido a liturgia (*ordo*) que a ela presidiu”. Em compensação, Le Goff narra o casamento de são Luís, a guerra contra os ingleses e o juramento de cruzada proferido por ele em 1244, em seguida a uma doença que o fez temer o pior (DOSSE, 2015, p. 279).

Nesse trecho, vemos um dos métodos pelos quais se delineia o plano básico da biografia definitiva: a confissão, por parte de seu autor, de que há lacunas que os documentos não conseguiram suprimir. Além desse, há outro fragmento em que a sinceridade do autor volta a se manifestar: quando ele se furta à opção de fazer um paralelo entre a imagem da sua personagem do decurso da sua existência até os dias atuais, relativos à concepção da obra. De acordo com Dosse, Le Goff não explora essa linha temporal porque sua intenção não é acompanhar o destino de sua personagem para além da época em que ela viveu, mas de, simples e basicamente, retratá-la enquanto esteve viva, de reproduzir os seus feitos em proveito do destino dos outros e do seu próprio. É óbvio que essa relação entre autor e personagem biografado, como mais de uma vez já foi observado neste estudo, acaba por criar uma espécie de vínculo afetivo. No caso de Le Goff, a partir de suas apreciações e associações

– ao longo das quais se descobriu, na imagem de São Luís, uma fusão de monarca ético e figura santificada –, constatou-se que “a força do historiador provoca [...] empatia com a personagem” (DOSSE, 2015, p. 281), a ponto de o próprio Le Goff o confessar. A seguir, ocorre um processo de mutação, relacionado ao mesmo autor, que o induz a um deslocamento de impressões. De sorte que, ao termo desses desdobramentos e da escrita de uma biografia pretensamente total, não raro o autor incorre na lapidação de uma imagem santificada não pela história, mas pelas suas próprias mãos.

Em face desse risco, Dosse menciona o historiador Denis Crouzet. Autor de obras *abiográficas*, como o próprio Crouzet rotula, Dosse destaca-lhe três trabalhos: as biografias de Miguel de l’Hospital, João Calvino e Carlos Bourbon. E descreve as minudências de sua produção biográfica, caracterizada, de maneira especial, por não seguir a linearidade temporal no intuito de traçar uma linha coerente, que é desenhada de acordo com a subjetividade do biografado. Por essas vias, Crouzet pretende afastar-se afetivamente do biografado, uma vez que reconhece os perigos e a necessidade de manter certa distância deste para não se deixar persuadir pelas fantasias do gênero. Ademais, o autor é ciente de outra coisa: que se quiser ser o mais fidedigno possível à vida a que se propõe narrar, o biógrafo deve desvencilhar-se daquilo que Dosse chama de “ciladas da teologia e da atualização, a fim de subtrair-se ao anacronismo [de conceber uma imagem santificada]” (DOSSE, 2015, p. 291-292). Na sequência, Dosse se refere à biografia de João Calvino, na qual Crouzet se deparou com o problema de narrar a vida de um homem cuja existência se resumiu a um percurso de sacerdotismo. Considerando que a vida de Calvino seja mais cercada de convicções que de dúvidas, e apesar das lacunas muito particulares que ainda hoje turvam a sua figura, a escrita de uma biografia a seu respeito não conteria outra motivação que o esclarecimento de rumores e, segundo Dosse (2015, p. 293), “a disseminação da doutrina calvinista”. Porém Crouzet, mediante seu método de afastamento do biografado, situa-se numa posição favorável para apreender a existência de Calvino sob uma perspectiva antes nunca explorada. Essa perspectiva é, portanto, a das inquietações da personagem, das suas frustrações e desgostos pessoais – ou seja, o ângulo do Calvino pecador. Desse prisma, contemplamos um novo Calvino, cuja formação identitária diverge das que se encontram descritas nos demais relatos até então registrados sobre a sua vida.

A título de conclusão, Crouzet, ainda traduzido por Dosse (2015, p. 294), acrescenta o seguinte:

O historiador se projeta no passado graças a seu imaginário e evolui num mundo onírico ao qual procura dar sentido por meio do conhecimento dos arquivos, num zelo pela verdade que lhe permita recuperar a vida de outrora. Entretanto, malgrado todo esse esforço, ele

permanece entre o ficcional e o autêntico. Com razão, Crouzet aconselha o historiador, tal qual já o fizera Certeau, a ser modesto, a livrar-se da ilusão de estar em posição privilegiada. E essa deve ser uma regra ainda mais intocável em se tratando da ambição biográfica, que não pode jamais pretender “conseguir retrair, naquilo que talvez seja uma integridade, a linha rompida dos segmentos do passado de um indivíduo. Essa seria uma pretensão exorbitante a que muitos, porém, já sucumbiram”. Qualquer história biográfica é apenas uma hipótese confrontada com o acervo documental, expressão de dúvidas, irresolução e simulações imaginárias. [...] [De modo que] a prática do distanciamento remete, pois, à própria maneira de construir essas identidades pessoais em perpétua mutação.

As considerações acima são muito próximas às que Dosse expõe no início de seu livro, ao alertar que o biógrafo não deve se deixar iludir pela sua paixão ao biografado. Deve, isto sim, zelar pela objetividade testemunhal e documental, posto jamais haver, segundo ele, uma biografia completa, porque o próprio existir por si só já é algo inacabado, empiricamente incontornável. Ora, como haver completude num mundo fragmentado – ainda mais em se tratando do mundo pós-moderno, em que a solidez deu lugar a tudo o que não é sólido?

Mas, sendo este um estudo da biografia *Olga*, em quais desses padrões apresentados se adéqua a obra de Fernando Morais? Em um, alguns ou todos? Analisemos o caso detidamente, atentando para os detalhes, a fim de chegarmos a conclusões concretas. Em primeiro lugar, e tendo como base o que de início foi dito a respeito da biografia definitiva, interessa considerar uma primeira assertiva: de que o discurso da biografia definitiva tem o escopo de explorar as relações do herói (ou seja, a personagem biografada) com o mundo e os impulsos que guiam suas atitudes.

No caso da personagem Olga, de acordo com o que Fernando Morais nos expõe a seu respeito, a impressão que ela tem do mundo, desde muito jovem, se resume a um lugar tenebroso, muito em razão da situação pela qual seu país passava. No decorrer da década de 1920, as tensões causadas na Alemanha pela Primeira Guerra Mundial e seu esfacelamento socioeconômico encontravam eco em discursos e ações extremistas, os quais, em vez de promoverem o reestabelecimento da nação, conduziam-na de fato para um abismo ainda maior, cuja profundidade aos poucos começava a ser enxergada. Como já explorado nesta dissertação pela filósofa Hannah Arendt (2012), tal qual ocorreu em outros países com outros líderes totalitários, foi por meio de propagandas e de discursos proferidos em praça pública que a imagem de Hitler começou a ser moldada como herói do povo. Tendo pertencido ao Partido dos Trabalhadores Alemães e, em seguida, ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, a princípio populista, seus discursos e sua imagem foram se radicalizando, até assumirem um caráter mais excludente do que inclusivo, notadamente quanto à questão judia (STACKELBERG, 2002). E ao tornar-se *führer*, já no tempo em que Olga se encontrava com Luís Carlos Prestes no Brasil, deu início a um dos governos mais genocidas de todos os tempos.

De acordo com o exposto até aqui, por François Dosse, e conforme os postulados de Jacques Le Goff relativos à biografia total e Denis Crouzet a respeito de biografias abiográficas, cabe a nós, agora, fazer as relações oportunas a fim de constatar a que variante biográfica contemporânea pertence a biografia *Olga* (1985), de Fernando Morais.

Antes de tudo, como já apontado há pouco, as impressões que Olga conservava do mundo sintetizavam-se num conceito de lugar repressivo, mas que, não obstante essa repressão praticada maiormente pela burguesia e pelo nazismo em ascendência, era necessário intervir para torná-lo um lugar melhor. Para tanto, o socialismo mostrava-se o caminho mais viável. É isso que observamos, por exemplo, nas cenas em que, ainda jovem, Olga assistia a seu pai receber pessoas de todas as classes em seu escritório; ou quando, nas reuniões da Juventude Comunista da Alemanha e da ANL no Brasil, ela conseguia materializar um mundo onde não haveria perseguição dos ricos sobre os pobres, dos arianos sobre os judeus, da burguesia sobre o proletariado. Além do mais, foi com esse mesmo ideal que Olga foi executada e que, de forma implícita, vemos expresso em suas últimas cartas. Constatamos, assim, que o que motivava seus atos era exatamente essa esperança de algum dia viver num mundo ausente de medos.

Vem à tona, ainda, o fato de Olga ter sido uma mulher imersa em sua cultura e época, e que, além disso, foi uma ativista comunista como poucas, se levarmos em consideração que ela se destacou em todas as organizações em que ingressou. Adiciona-se a essas observações que (num trajeto que se inicia na Alemanha da segunda década do século XX, passa pela União Soviética no ápice do comunismo e pelo Brasil na época do Estado Novo, até desaguar, novamente, na Alemanha em plena ascensão de Hitler) a imagem de Olga, apresentada a nós por Fernando Morais, esclarece por si só um apanhado de ocorrências do mais alto grau de relevância nos anais da história do século XX. Nesses conformes, a trajetória dela converte-se num compêndio de revoluções ou, do mesmo modo, um objeto histórico de enorme valor documental.

Ademais, e dentro do que postula Le Goff sob mediação de Dosse (2015), no caso de Fernando Morais (2008, p. 15) há a seguinte declaração: “as raras passagens deste livro em que foi necessária a recriação referem-se sempre a cenários de determinados fatos – nunca a fatos em si. E, ainda assim, a recriação se deu a partir de depoimentos de testemunhas”, a qual vem a constituir uma confissão do autor de que houve reconstituições em razão de espaços em branco que os documentos não puderam preencher – o que nos leva a concluir, portanto, que a biografia *Olga* é, dentro das análises feitas anteriormente, uma *biografia total*, cuja imagem da sua personagem principal é santificada tanto pelas mãos do autor quando da história.

Já no que enquadra as teorias de Denis Crouzet quanto ao texto *abiográfico*, não observamos aquele distanciamento típico dessa variação do subgênero em *Olga*, uma vez que Fernando Morais, ao contrário dessa teoria, segue uma linha temporal coerente, apesar de algumas ressalvas no início e no fim da biografia<sup>19</sup>. Ainda sobre o pensamento de Crouzet, existe outra divergência diretamente relacionada à anterior: o autor não se deixa guiar pela subjetividade do biografado, mas pela objetividade da história. Por fim, conquanto explore as inquietações de sua personagem, Fernando Morais não deixa de se aproximar de Olga (no sentido mais subjetivo do termo) e criar-lhe um vínculo afetivo<sup>20</sup> que extingue as chances de a sua biografia constituir um texto abiográfico.

### 3.1. Eugénie e Leo Benario: a formação identitária de Olga a partir das figuras paternas

Vem realçar esse perfil histórico de Olga um aspecto em particular: a relação dela com seu pai, Leo, e sua mãe, Eugénie. Fato é que essa relação é pouco retratada na biografia de Fernando Morais<sup>21</sup>, mas o pouco de destaque que o autor lhe dá já é o suficiente para tirarmos algumas conclusões acerca dos interesses e da formação pessoal de sua personagem.

Em primeiro plano, divisamos a aversão daqueles que compunham a juventude comunista alemã com respeito aos sociais-democratas. Isto porque, “para a maioria dos comunistas alemães, não apenas a direita era considerada inimiga. Eles colocavam no mesmo saco e tratavam com o mesmo desprezo os social-democratas – e o doutor Benario era um social-democrata” (MORAIS, 2008, p. 29).

A explicação para tal conduta encontra-se na história, como nos explica Roderick Stackelberg:

Depois da Revolução Russa em 1917, o evento cataclísmico que produziu o primeiro estado socialista na história, os socialistas de linha dura, sob o comando de Lenin, adotaram o rótulo de “comunistas”, para se diferenciarem dos sociais-democratas, que queriam combinar a economia socialista com uma forma democrática de governo. Os leninistas achavam que

<sup>19</sup> Nesse caso (quando Fernando Morais, por exemplo, narrou primeiro o resgate de Otto Braun executado por Olga para depois narrar como eles se conheceram, ou quando fez um salto temporal de três anos da morte de Olga à libertação de Luís Carlos Prestes da prisão), o autor deixou de seguir uma linha coerente de tempo simplesmente porque achou que os fatos, que dizem respeito à vida de Olga, seriam assim melhor explicados em sua totalidade, não tornando, portanto, esses saltos temporais uma distinção de toda a biografia.

<sup>20</sup> Esse vínculo é patente à medida que, como já descrito, atentamos para certas descrições de Olga que Fernando Morais faz, nas quais ele visivelmente exalta seus feitos e sua personalidade.

<sup>21</sup> De acordo com a dissertação de Giovana Oliveira Mendes, cujo título é *Olga Benario em duas narrativas biográficas: da história para a ficção* (2014), tanto as figuras da mãe quanto do pai de Olga são mais destacadas e abordadas – inclusive com maior riqueza de detalhes – na biografia de Ruth Werner.

apenas uma estrutura política autoritária e o regime de partido único podiam impor e defender uma economia socialista, nas condições da Europa no início do século XX. O marxismo europeu estava então dividido entre o modelo social-democrático e o comunista soviético (STACKELBERG, 2002, p. 28).

Apesar disso, e do interrogatório pelo qual Olga teve de passar para ser aceita na organização comunista, sua admiração pelo pai era – e continuou a ser – enorme, como percebemos nas seguintes passagens:

A própria Olga chegava a dizer que havia se transformado numa comunista não pela leitura da teoria marxista, mas folheando os processos em que o pai defendia os trabalhadores de Munique. "Ali vi de perto a miséria e a injustiça que só conhecia, superficialmente, nos livros", repetia sempre. [...] Ao falar do pai, Olga nunca escondia o carinho que sentia por ele. Era, sim, um burguês social-democrata; mas diferenciado. Ao doutor Benario recorriam invariavelmente os trabalhadores que pretendiam fazer demandas judiciais contra os patrões e que não tinham dinheiro para pagar advogados. Com Leo Benario, pagava quem pudesse. Para os que nada podiam pagar, trabalhava de graça. "E com mais afinco", costumava lembrar Olga. A observação da clientela que frequentava a elegante residência da Karlplatz, no centro da cidade, levava a jovem a interessar-se cada vez mais pela sorte daquela gente. Pelo escritório do pai passavam diariamente - e discutiam à frente da adolescente – os mais abastados e os mais miseráveis habitantes de Munique. "A luta de classes ia visitar-me todos os dias em casa", ela brincava (MORAIS, 2008, p. 30).

O que mais poderia atrair as atenções de uma moça de inclinações socialistas que o tratamento igualitário? Isto é o que vemos acima, quando parecem se insinuar, diante de nossos olhos, as pessoas que recorriam ao pai de Olga: funcionários públicos, domésticas, comerciantes, empresários etc. Vem de novo ao encontro desse cenário de solicitudes a contrastante situação estável por que passava a Alemanha – situação que, como já registrado, declinava vertiginosamente. Desta feita sob o respaldo de estatísticas, o próprio Fernando Morais torna a salientar que, na Alemanha, “a brutal espiral inflacionária chegou a tal ponto que um dólar, que em meados de 1922 valia mil marcos, passou a custar 350 milhões de marcos já no ano seguinte” (MORAIS, 2008, p. 31). Não bastasse a esfera econômica, a esfera social também era atingida, tanto ou mais que aquela: enquanto a classe média migrava a toda velocidade para o status de proletariado, os sindicatos enfraqueciam sua união com os operários e estes sufocavam-se, à beira da miséria.

Vejamos o que Richard J. Evans (2017, p. 231-232), no seu minucioso estudo sobre a chegada de Hitler ao poder, nos acrescenta a respeito dessa época:

Ao longo de todas as voltas e reviravoltas de sua política durante a década de 1920, o Partido Comunista da Alemanha jamais se desviou da crença de que a república era um Estado burguês cujos objetivos primários eram a proteção da ordem econômica capitalista e a exploração da classe operária. Tinha a esperança de que o capitalismo entrasse em colapso e a república “burguesa” fosse substituída por um Estado soviético na linha russa. Era dever

do Partido Comunista fazer com que isso acontecesse o mais rápido possível. [...] Dirigido cada vez mais a partir de Moscou, onde o regime soviético, sob a crescente influência de Stálin, apertava sua garra financeira e ideológica nos partidos comunistas de todas as partes na segunda metade da década de 1920, o Partido Comunista alemão não teve opção a não ser virar para uma rota mais moderada no meio da década, só para retornar a uma posição radical, “esquerdista”, no final da década. Isso significou não apenas recusar se unir aos social-democratas na defesa da república, mas até mesmo colaborar ativamente com os inimigos da república a fim de derrubá-la. De fato, a hostilidade do partido à república e suas instituições fez ainda com que se opusesse a reformas que poderiam ter levado a república a se tornar mais popular entre a classe trabalhadora.

No trecho acima notamos, com efeito, a grave divergência que separava definitivamente Olga e Leo Benario em grupos opostos: o já exposto fato de sociais-democratas e comunistas terem concepções diferentes de governança. Essa divergência, ao que parece, motivada sobretudo pelo apoio do grupo que seu pai pertencia ao governo então vigente, foi demasiado incômoda tanto para o pai quanto para a filha, haja vista o fato de Olga demonstrar, mesmo que indiretamente, a vontade que tinha de ver seu pai aderir à causa comunista. Mas, por conhecer sua índole, sabia que isso era praticamente impossível. De modo que – embora novamente se ausentem detalhes relacionados a esta nova questão – certamente lhe foi duro o momento em que ela teve de sair de casa sem o consentimento dos pais, pois “[...] o beijo de despedida que o pai lhe deu à porta de casa dizia que no fundo ele, em seu lugar, talvez fizesse o mesmo” (MORAIS, 2008, p. 34).

No tocante à relação de Olga com sua mãe, apresenta-se a nós um quadro inverso. Pois, em vez de admiração, a figura de Eugénie Benario inspirava-lhe apatia, isto porque,

Filha de abastada família de judeus, Eugénie Gutmann Benario era uma elegante dama da alta sociedade que via com horror a perspectiva da filha tornar-se comunista. A importância da avó materna em sua vida era ainda menor. Olga lembrava-se apenas de um prosaico presente que dela recebera, durante a crise que sobreviera com a Primeira Guerra Mundial - uma galinha garnizé, útil numa época em que os ovos estavam racionados - e da pergunta com que a velha sistematicamente reagia a toda novidade que a neta lhe trouxesse da rua, como num presságio da tragédia que se abateria sobre a Alemanha: "Isso é bom ou mau para os judeus?" (MORAIS, 2008, p. 34).

Embora outra vez não seja detalhado este aspecto em especial no texto de Fernando Morais, porquanto exprimisse orgulho por pertencer à casta que pertencia, para Olga sua mãe era a caricatura fiel das damas burguesas da época: arrogante e avessa ao comunismo, que, na sua opinião, uma vez que fosse um movimento contrário ao monopólio burguês, representava algo digno de desprezo.

Referindo-se aos judeus de classe alta no tempo do surgimento do antissemitismo, Hannah Arendt (2012, p. 62) argumenta que,

Nas famílias judias, como nas famílias nobres, o indivíduo era olhado antes de mais nada como membro da família; seus deveres eram, em primeiro lugar, determinados pela família, que transcendia os anseios e a importância do próprio indivíduo. Tanto judeus como nobres eram anacionais e intereuropeus, e um compreendia o modo de vida do outro, no qual a afiliação nacional era menos importante que a lealdade a uma família, geralmente espalhada por toda a Europa. Compartilhavam a noção de que o presente é nada mais que um laço insignificante na corrente de gerações passadas e futuras.

A explicação acima, além de justificá-lo, nos põe a par do comportamento da mãe de Olga. Pois tanto esta como seus antepassados, que eram excessivamente conservadores, encontravam no sexo feminino nada mais que a garantia da continuidade de suas linhagens. Portanto, a “missão” de Olga, em vez de dedicar-se a qualquer causa que lhe desviasse dos interesses familiares, era manter-se fiel à tradição. Por certo isto a irritou muitas vezes, a ponto de fazer crescer o seu desprezo quanto à burguesia alemã em geral e judia em específico. E o extremismo de sua mãe era tão grande que a persuadiu a tomar diversas atitudes dignas de inspirar desprezo não apenas em Olga mas em outras pessoas. A primeira delas, pois, foi não ter-se apresentado no último jantar em que Olga esteve presente antes de viajar com Otto Braun para Berlim. A segunda – e decerto mais grave – foi ter negado ajuda quando a mãe e a irmã de Luís Carlos Prestes recorreram a ela a fim de buscar uma saída quanto à situação da filha e da neta, então recém-nascida.

Vejamos como Morais narra esse episódio:

Após uma noite inteira de viagem de trem, as quatro [a mãe e a irmã de Luís Carlos Prestes e as duas advogadas britânicas] estavam na elegante casa da Karlplatz, na capital da Baviera. Quando um empregado introduziu-as à sala de visitas, dona Leocádia surpreendeu-se com o luxo dos móveis, tapetes e objetos de arte. A mãe de Olga apareceu, ouviu por alguns minutos o que a brasileira dizia e não permitiu sequer que terminasse de falar:

- Nesta casa não permito absolutamente que se trate desse assunto! Olga não é mais minha filha!

Por favor, retirem-se daqui imediatamente! Perplexa, dona Leocádia ainda insistiu que a vida de Olga e de Anita estava nas mãos de Eugénie.

Apontou para uma fotografia de Olga adolescente, emoldurada num quadro, e tentou uma vez mais:

- Só a senhora pode salvar a vida de sua filha, dessa moça maravilhosa. Por favor, não faça isso!

Eugénie foi clara:

- Esta era minha filha. Nada tenho a ver com a comunista que você diz que está presa em Berlim!

Ao perceber que a brasileira não sairia dali tão facilmente, a dona da casa chamou o filho Otto, oito anos mais velho que Olga, explicou-lhe o que acontecia e pediu que ele convencesse aquelas pessoas a saírem. Otto Benario foi seco. Disse que era advogado e exigia que as quatro deixassem sua casa imediatamente:

- Minha mãe já disse: nesta casa não se trata desse assunto. Portanto, retirem-se.

Dona Leocádia não viu outra alternativa senão partir, arrasada, para a França (MORAIS, 2008, p. 240).

Por si só o fragmento acima já exhibe os sentimentos de desdém que a mãe de Olga nutria por sua filha. A tal ponto a ignorância subiu-lhe à cabeça que, pelo simples fato de Olga não ter seguido o caminho que em sua opinião deveria ter seguido, dispensava qualquer tipo de auxílio que ela própria poderia lhe prestar. Tal fato só vem a corroborar que os atritos ocorridos entre mãe e filha foram em número e intensidade muito maiores do que o registrado na biografia de Fernando Morais. Outro indício dessa divergência incontornável é o modo como, anteriormente ao fato há pouco mencionado, os soldados nazistas haviam-se referido à mãe de Olga – a saber, como “boa alemã” (MORAIS, 2008, p. 239) –, o que denunciava-lhe, pelo menos aparentemente, o apoio manifesto ao nazismo.

Enfim, se aproximarmos as figuras paterna e materna e, dessa justaposição de mentalidades diferentes, tentarmos entender a formação de Olga a partir disso, chegamos à conclusão de que, exatamente por seus pais compartilharem de diferenças tão grandes, Olga tornou-se uma mulher forte. Porque, caso tivesse sido o contrário – ela pertencesse a uma família tradicional, em que não houvesse oposições de nenhuma natureza –, provavelmente não teria seguido o caminho da militância. De uma forma ou de outra, porém, o seu fim haveria de ser parecido com o que foi, mas sem a mesma representatividade que ela acabara obtendo. Além disso, esse conflito de polos opostos em seu seio familiar deve ter refletido na sua compreensão do que de fato vem a ser a motivação do surgimento do comunismo: o conflito de classes (MARX; ENGELS, 2012). E qual era o lado que mais valia a pena defender, ou seja, a causa mais nobre dentre essas duas? Exatamente a causa proletária, cuja representação figurava-se no perfil do seu pai e, sobretudo, da maioria dos que buscavam seus serviços. A causa burguesa, por sua vez espelhada na personalidade de sua mãe, era a pura representação do que havia de mais ignóbil, uma vez que apresentava a mesquinhez e o ego elevado de uma sociedade cujos ideais tinham como fundamento a coerção das classes inferiores.

#### 4. Aspectos do romance histórico contemporâneo em *Estação das chuvas*

Conforme Lima (2015), José Eduardo Agualusa, cujos pais são de nacionalidade brasileira e portuguesa, nasceu na cidade de Huambo, Angola, em 1960. Sua vida até aqui se resume a idas e vindas ao Brasil, Portugal e Angola, caráter itinerante que, vale dizer, muito revela sobre a sua produção literária.

Ainda segundo Lima (2015, p. 17):

Profundo conhecedor da realidade conflitante de seu país, o autor aposta em uma releitura crítica de um passado que deixou marcas profundas na vida político-social de Angola. [...] Nesta perspectiva, é possível perceber, em suas obras, uma atitude de engajamento e de desejo de resgatar cenas de um passado que, tanto durante a colonização como no período do pós-independência, sofreu com o amplo processo de destruição e violência, ocasionado pelos resquícios de anos de guerra colonial e civil.

Tais retratos de Angola, referidos acima, encontram-se pintados em obras como *A conjura*, primeiro romance de Agualusa escrito em 1989, o qual lhe rendeu o Prêmio Revelação Sonangol. Neste livro, aqui já referido anteriormente, Agualusa nos oferece um quadro da sociedade da cidade de São Paulo de Assunção de Luanda entre 1880 e 1911. É nessa cidade que se cruzam as vidas de indivíduos de diferentes ascendências e preferências político-ideológicas, numa Angola já bastante marcada pelo sonho da independência e pelos excessos do domínio colonial português. Uma das passagens mais interessantes desse livro refere-se ao casamento de Carmo Ferreira com a negra Josephine, ambos personagens tanto de *A conjura* como de *Estação das chuvas*. Outro episódio digno de lembrança, presente em ambos os romances mas mais bem detalhado em *A conjura*, é o caso de César Augusto com Leda, Dejanira e Polixena; e, de forma ainda mais pormenorizada, as circunstâncias pelas quais César Augusto veio a ser morto (AGUALUSA, 2009).

Para Franciele Rodrigues Guarienti (2015, p. 30), “este romance [*A conjura*] foi publicado durante a Guerra Civil em Angola, problematizando feridas ainda não cicatrizadas da história e retratando um passado tão recente quanto a própria guerra”. Destacando outro importante livro de Agualusa, Guarienti discorre o seguinte:

Já em *Nação Crioula* (1997), o autor propõe um diálogo com a obra de Eça de Queirós, *A correspondência secreta de Fradique Mendes*, apropriando-se do protagonista para construir uma narrativa sobre questionamentos de identidade, alteridade e diferenças dentro das culturas angolanas. Nessa releitura da história do personagem, os contextos sociais, políticos

e econômicos do século XIX são problematizados. A partir de um personagem eurocêntrico e dogmático é confrontado o conceito de um sujeito uno através da criação de identidades múltiplas e fragmentadas [...]. Dessa forma, Agualusa traz pra dentro da narrativa as discussões sobre estereótipos, valores sociais e quem é o *outro* em uma sociedade colonial (GUARIENTI, 2015, p. 30).

Para além dessas colocações a respeito de Agualusa, Guarienti ainda destaca que Luanda é a cidade onde mais figuram os seus personagens. De tal modo isto é evidente que Tânia Macêdo, no seu livro *Luanda, cidade e literatura* (2008) demonstra que a cidade em questão contém, até mesmo em suas paredes, resquícios da história colonial. E esses mesmos resquícios ganham suas devidas representações, obviamente em reproduções históricas mais amplas, por meio dos romances (entre outros) de Pepetela, José Luandino Vieira e, claro, José Eduardo Agualusa.

Aliás, a observação que fizemos na introdução deste estudo, que *Estação das chuvas* se configura como uma das mais ricas obras de seu autor, ganha, neste capítulo, os devidos reforços argumentativos. Em princípio, nesse romance apresenta-se a nós, indireta e informalmente, um narrador em primeira pessoa, o qual, além de repórter e uma das personagens centrais da trama, se mostra ao leitor como alguém interessado na vida e na obra da poetisa, historiadora e cofundadora do MPLA Lúcia do Carmo Ferreira. Desse interesse, o mesmo narrador sai à caça de informações acerca de Lúcia, deparando-se – nesse percurso investigativo ao longo do qual visita vários lugares de outros países além de Angola – com uma série de pessoas e eventos inusitados que o oferecem diferentes perspectivas tanto da história da mulher que procura quanto do país de origem dela. A primeira perspectiva que nos é apresentada é alegórica: o dia da independência de Angola, que se encontra descrito logo no primeiro capítulo. O narrador centra-se, pois, na imagem de Lúcia; e revela, já nessa passagem, o pendor dela à literatura, quando, sob inspiração dos estampidos e alaridos ocasionados pela proclamação da Independência, Lúcia escreve as seguintes frases: “Lá fora a vida acontecia/ em seu inteiro e bruto esplendor” (AGUALUSA, 2012, p. 16).

Caso atentemos para alguns pormenores de *Estação das chuvas*, averiguaremos especificidades que, como já referido neste estudo por mais de uma ocasião, apontam para a figuração do romance histórico. Georg Lukács, aquele que é convencionalmente reconhecido como um dos maiores teóricos desse subgênero, em seu trabalho de título homônimo – *O romance histórico*, cuja primeira edição russa data dos anos 1936-37 – explica-nos o surgimento do mesmo. Segundo Lukács (2011), o romance legitimamente histórico apareceu primeiro na Europa do século XIX. Esse dado, porém, contradiz alguns teóricos que dizem que o romance histórico surgiu, na verdade, já no século

XVII ou XVIII. Com efeito, Lukács trata de explicar seu posicionamento através da seguinte exposição:

É óbvio que, já nos séculos XVII e XVIII, haviam romances de temática histórica, e quem desejar pode até considerar as adaptações de histórias de mitos antigos na Idade Média “precuroras” do romance histórico e ir além, retrocedendo à China e à Índia. Mas por essa via não se encontrará nada que possa de algum modo iluminar, em sua essência, o fenômeno do romance histórico. [...] O que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: *o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo* (LUKÁCS, 2011, p. 33).

Conforme o grifo nosso, para Lukács, além da figuração da práxis, o verdadeiro romance histórico é aquele em que as personagens fazem parte ativamente dos grandes eventos de seu tempo. Essas colocações, embora pareçam óbvias à primeira vista, podem também ser traduzidas nas seguintes palavras: para um romance ser efetivamente histórico, em seu enredo deve haver personagens reais e fictícios, os quais, por sua vez, têm ao mesmo tempo de conviver uns com os outros e estarem inseridos numa temporalidade concreta. É aí que em 1814, com a publicação de *Waverley*, Walter Scott de fato inaugurou o romance dentro dos postulados lukacsianos. Tornando a aludir grandes romances do século XIII, cujo grau de realismo é, para si, admirável, Lukács refere as obras inglesas de Swift, Defoe e Fielding como antecessoras a *Waverley*, muito embora falte-lhes alguns elementos básicos para pertencerem ao subgênero, tais como “a questão da verdade histórica na descrição ficcional [...] o problema da determinidade temporal [...] historicamente aquilo que é específico de seu próprio tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 34). Além disso, Lukács delimita o período pós-Revolução Francesa como determinante para a escritura dos primeiros grandes romances históricos, pois foi nesse andamento que a historiografia ampliou sua criticidade quanto à sociedade.

Ao se deter à obra de Walter Scott, Lukács aponta outras peculiaridades que vieram a se tornar típicas dos romances históricos do mesmo século e, inclusive, da posteridade. Entre outras características, o filósofo húngaro destaca em Scott o modo peculiar com que ele escreve sobre o desenvolvimento social como um todo. Apesar de insignificante, o seu herói é, na maioria dos casos, um indivíduo gentil e ingênuo; também é tipicamente nacionalista e tem uma relação de proximidade com respeito à poeticidade da vida. Demais, nos romances de Scott são apresentados conflitos históricos, nos quais “entram em choque potências sociais inimigas que visam destruir-se mutuamente” (LUKÁCS, 2012, p. 53). Lukács ainda frisa o seguinte: que nesses romances figuram personagens adeptos de suas tendências políticas, de tal modo que Scott dá preferência a tipos que enfatizam a polarização dos conflitos de caráter histórico. Somam-se a essas observações o fato de

Scott preferir personagens ignoradas da/pela história ou completamente fictícias de modo a permitir que as personagens reais surjam menos no papel de interventores que de figurantes do enredo.

Entretanto, o típico romance histórico do século XIX difere dos romances de costume e realistas dos séculos anteriores por reviver os anônimos construtores da história, por dar-lhes vida nova e criar, a partir deles, um padrão de pensamento e sentimento conciso sedimentado na factualidade histórica. Tal reflexo faz com que os atributos e carências de seus personagens brotem da terra em que eles nasceram, expondo-nos as minúcias psicológicas orientadas pelas conjunturas históricas anteriores. Assim, as personagens históricas surgem “pela ampla figuração de seu ser, pela demonstração de como as ideias, sentimentos e modo de agir crescem a partir desse solo” (LUKÁCS, 2011, p. 69). Por fim, no romance histórico, as reflexões de seus personagens são impulsionadas acima de tudo por motivações concretas, convertendo o passado distante num passado próximo, palpável e até dialogável com o presente.

Não obstante, o destaque que Lukács dá à representação de conflitos de forças antagônicas no romance histórico tradicional é um distintivo de *Estação das chuvas*. Pois este romance aborda as guerras angolanas sob as duas perspectivas delas vigentes: a da batalha dos movimentos contra o colonialismo português e, logo depois, desses mesmos movimentos contra a hegemonia do MPLA. São essas forças, a princípio unidas e em seguida opositoras ardentes uma da outra (notadamente a UNITA e o FNLA) que, indignadas com o domínio absoluto do MPLA após a independência do país, digladiam-se pela posse do poder. Nesse quadro de constantes massacres, personagens reais como Jonas Savimbi<sup>22</sup>, Holden Roberto<sup>23</sup>, Daniel Chipenda<sup>24</sup> e Agostinho Neto<sup>25</sup> tornam-se homens que, apesar de compartilharem o interesse de governar Angola, preferem rivalizar-se ao invés de fazer as pazes e trabalhar juntos.

Embora sejam personagens históricos reais, esses mesmos homens e mulheres aparecem como coadjuvantes no romance de Agualusa; de modo que em seus lugares figuram, nos papéis principais, personagens anônimas da história – ou, melhor dizendo, personagens fictícias. Tais personagens, cujas biografias não constam nos livros de história, são, na realidade, as legítimas interventoras desse

---

<sup>22</sup> Nascido em 1934 e morto em 2002, foi, por mais de três décadas seguidas, líder da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

<sup>23</sup> Nascido em 1923 e morto em 2007, foi líder político e um dos fundadores da União dos Povos do Norte de Angola, mais tarde UPA, e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

<sup>24</sup> Nascido em 1931 e morto em 1996, foi um guerrilheiro que participou ativa e intensamente da guerra pela independência angolana, defendendo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

<sup>25</sup> Nascido em 1922 e morto em 1979, foi um escritor e político angolano presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no ano da independência do país e, por conseguinte, naquela mesmo ano o seu primeiro presidente, vindo a sair do cargo por ocasião de morte.

enredo. Pois, a despeito de nada garantir que elas tenham existido, quais argumentos se perpetuam confirmando o contrário, ou seja, a sua “nunca” existência? Um Zorro, por exemplo, que figura entre as personagens mais citadas de *Estação das chuvas*, poderia muito bem ter militado na UPA sem que tenha restado viva alma que guardasse consigo a lembrança da sua existência. O que dá legitimidade ao romance histórico, desde Walter Scott até José Eduardo Agualusa, é exatamente isto: a capacidade criadora elevada a um grau de engenho tal que o autor arquiteta personagens fictícios tão bem definidos, com personalidades tão singulares, complexas e ligadas aos destinos traçados pela história, que as figuras reais é que acabam, de forma ficcionalmente natural, tornando-se fictícias.

Essas conjecturas acerca do romance histórico do século XIX são bastante esclarecedoras no tocante ao conteúdo do subgênero até começos da segunda metade do século XX. No entanto, após a morte de Lukács, novas pesquisas foram empreendidas com o intento de ser produzida uma nova teoria do romance – ou, em outras palavras, uma teoria do romance histórico pós-moderno. De acordo com essas novas perspectivas, melhores concebidas e expostas por Linda Hutcheon (1991), o romance pós-moderno de viés histórico surge exatamente a partir da segunda metade do século XX; visava à reaproximação da história e da literatura, que haviam se separado desde o fim do século anterior para se tornarem disciplinas independentes. Porém, essa reaproximação também resultou em mudanças em suas estruturas. Enquanto a história, antes inquestionável quanto à fidedignidade da retratação dos grandes eventos, passou a ser indagada a respeito de suas lacunas – tais como, por exemplo, a ausência de grupos social e politicamente minoritários<sup>26</sup> nos estudos acadêmicos tradicionais –, a literatura apropriou-se disto tomando a atitude de preencher tais espaços. Desse jogo de ausência e presença, de questionamentos que dão azo a suposições, advém aquilo que Hutcheon (1991) chama de metaficção historiográfica, que, literariamente, nada mais é que a reescrita da história a partir da ficção.

Sem dúvida, essa variada reescrita da história resultou em outras mutações, sobretudo no que compete ao romance. Em primeiro lugar, conforme Hutcheon (1991, p. 150), “esses romances [históricos pós-modernos] instalam, e depois indefinem, a linha de separação entre a ficção e a história”. Num outro trecho de seu livro *Poética do pós-modernismo*, a mesma autora faz um paralelo entre a ficção pós-moderna e a ficção histórica do século XIX. Evocando Lukács e o seu *Romance histórico*, ela discorre sobre dois aspectos fundantes do subgênero, respectivamente de ordem

---

<sup>26</sup> A seguinte indagação de Hutcheon (1991, p. 143) resume bem a questão: “[...] nas tradicionais histórias do século XVIII, onde estão as mulheres?”.

conteudística e estrutural, que vieram a mudar com o advento daquilo que ela nomeia de pós-moderno – o herói e os detalhes. Para Hutcheon, ao contrário de Lukács,

protagonistas da metaficção historiográfica podem ser tudo, menos tipos<sup>27</sup> propriamente ditos: são os excêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional. Até os personagens históricos assumem um *status* diferente, particularizado e, em última hipótese, excêntrico. A metaficção historiográfica adota uma ideologia pós-moderna de pluralidade e reconhecimento da diferença; o "tipo" tem poucas funções, exceto como algo a ser atacado com ironia. Não existe nenhuma noção de universalidade cultural. Em sua reação à história, pública ou privada, o protagonista de um romance pós-moderno como *O Livro de Daniel*, de Doctorow, é declaradamente específico, individual, condicionado cultural e familiarmente (HUTCHEON, 1991, p. 51).

O que Hutcheon defende é que o herói do romance histórico pós-moderno, diferente do herói realista do século XIX concernente ao mesmo subgênero, tem uma pluralidade de personalidades e vozes condensadas numa única entidade. Já quando se refere ao caráter individual do herói, Hutcheon apenas o eleva a um degrau de independência maior que Lukács, o qual, como já exposto, considerava o herói romanesco um sujeito ingênuo, não obstante imbuído de poeticidade. Tomando Lídia do Carmo Ferreira como exemplo, é reconhecível que as suas individualidades aproximam-se, neste particular, mais às considerações de Hutcheon que propriamente às de Lukács, visto que seus múltiplos traços típicos – de historiadora, poetisa, militante etc. – revelam-se em vários momentos de *Estação das chuvas*. Seu individualismo, simultaneamente plural e singular, se revela, ainda, em outros tantos fragmentos do romance, e até mesmo em sua resistência frente às imposições do destino. Lídia, é verdade, evoluía à medida que crescia e amadurecia, de maneira que a sua poesia, algumas vezes exposta no romance, também se expandia em criticidade conforme ela crescia, e sua visão a acompanhava nesse percurso evolutivo.

Com relação aos detalhes, tão caros a Lukács na sua *Teoria do romance*, Hutcheon não os classifica essencialmente como validação de um embasamento histórico concreto, mas como informações que apresentam essas supostas verdades sem assimilá-las. Melhor dizendo, é como se, no romance histórico pós-moderno, em vez de termos os fatos apresentados dentro de uma harmonia forjada – como assim eram apresentadas as grandes pesquisas historiográficas de outrora –, temo-los de forma desorganizada, como convém ao narrador nos apresentar. E aí damos com outra

---

<sup>27</sup> Nesse caso, o termo “tipos” comporta um significado peculiar, que, de acordo com Houaiss (2009, p. 1846), significa “modelo [...] coisa ou indivíduo que possui caracteres distintivos de uma classe, um grupo etc.”. Tal definição, todavia, refere-se a um sujeito estável, mais característico das sociedades burguesas dos séculos XVIII e XIX, como as retratadas nos romances de Jane Austen e Honoré de Balzac.

compatibilidade de *Estação das chuvas*, romance cuja alinearidade destaca-se em vários momentos como artifício narrativo elementar para a apresentação de uma nova versão da história. Isto ocorre porque o que nos está sendo mostrado não segue uma temporalidade lógica, mas segue o itinerário do próprio narrador. Este nos exhibe diferentes ângulos de visão de um único evento, eventos esses observados não pelos olhos daqueles que historicamente foram considerados seus principais interventores, mas por pessoas anônimas, talvez nunca antes mencionadas. Como já refletido há pouco, mesmo dentro de um plano ficcional evidente, tal fato, no entanto, não comprova que essas personagens nunca realmente existiram. Pelo contrário, isto vem apenas a lançar dúvidas sobre as verdades históricas já postuladas no passado; e, além disso, confirma aquilo que Hutcheon (1991, p. 152) diz, ainda a respeito da metaficção historiográfica, que “não reconhece o paradoxo da *realidade* do passado, mas sua *acessibilidade textualizada* para nós atualmente”. Ou por outra, não é o passado apresentado no contexto do passado, mas reapresentado no contexto do presente oferecendo perspectivas inéditas de fatos históricos já documentados.

Já se considerarmos a metaficção historiográfica sob o ponto de vista do discurso colonial – o qual, como é de conhecimento de estudiosos como Rita Chaves (1999), é demasiado caro ao romance angolano contemporâneo –, comprovamos logo uma série de contingências. A primeira delas, condizente à *Estação das chuvas*, dirige-se mais precisamente em dar ênfase tanto às questões pré como pós-coloniais em termos de batalha armada e de investidas intelectuais. Aliás, na maior parte do romance de Agualusa, os conflitos entabulados no campo intelectual são tão ou mais acirrados que as batalhas travadas no solo de Angola, isto porque, já estando eminente a independência, restava ao país, conseqüentemente, desgarrar-se de Portugal em matéria de arte.

Ainda a discorrermos sobre Rita Chaves em seu livro *A formação do romance angolano* (1999) e Maria Nazareth Fonseca e Terezinha Taborda em seu artigo *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa* (2017), as três expõem a predileção dos autores angolanos em escreverem poemas e, sobretudo, romances dentro de uma atmosfera dignamente nacional. De sorte que, não obstante, procurou-se relevar os valores da terra, as línguas nativas do povo em vários romances que, salvo o fato de exporem as feridas ainda não cicatrizadas do povo angolano no decorrer do período colonial, buscassem alçar o nome de Angola, como nação, para além dos mitos românticos. É isso que vemos em *Estação das chuvas*, obra cujo enredo é permeado de expressões do quimbundo. De fato, esse romance vem a ser resultado dos empreendimentos aos quais ele próprio se refere, em cenas de itinerância que ilustram mimeticamente como ocorriam os deslocamentos em Angola, tal qual em matéria de migração, emigração e imigração.

Independentemente de a arte ocupar tamanho papel de relevo, as dissidências que incidiam no campo de batalha, após a independência do país e entre seus próprios partidos, guiam-se, também, para o campo de uma identidade negra – como é aquilo que no fim das contas pretendia Mário Pinto de Andrade<sup>28</sup>, ao propor a Lídia que participasse do *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*<sup>29</sup>. Lídia, no entanto, ciente de que a identidade angolana não se ligava apenas à questão da cor, mas se estendia à questão (para alguns problemática) da miscigenação, buscou legitimar a tão sonhada igualdade ao posicionar-se contrária à limitação da identidade luso-africana como exclusivamente negra. Quem sabe nessa hora, ao falar por telefone com Mário de Andrade, ela não se recordasse da história da sua genealogia, quando antepassadas suas foram abusadas por um madeirense degredado, o qual acabou por praticar incesto até o fim da vida. (Devia soar-lhe aos ouvidos, também, a voz de seu avô, cujo amor à pátria era um de seus distintivos, e o sonho da independência, seu principal motivo de manter-se vivo e esperançoso.) Nesse caso, ela não se restringiu a pensar apenas em si mesma ou em sua origem, mas nos tantos homens e mulheres vítimas das ações coloniais que já se foram e os que continuavam a existir.

Em todo caso, mesmo após tantos momentos de incerteza e amargura, os motivos de Lídia manter-se na ativa e só depois entregar-se a uma profunda tristeza – aliás expressa no último escrito de autoria sua, encontrado pela sobrinha Paulete – nada mais representam que o perfil artístico-psicológico de uma personalidade desapontada com os rumos tomados pelo seu país, o qual, apesar de haver conquistado a independência por estas vias, insistia em confrontar-se internamente. Provavelmente Lídia sumira por causa disso. Nada mais incomodaria uma nacionalista do que ver o povo pelo qual ela tanto se empenhara em ver unido batalhar no intuito de matar-se uns aos outros. Se o desgosto de Lídia a fez viajar para algum lugar já visitado, ou mesmo desconhecido, e nunca mais voltar, ou se a sua infelicidade foi tamanha que a vontade de tirar a própria vida se apossou dela, isto torna-se impossível saber, pois que ficará eternamente situado no universo das possibilidades, típico das narrativas pós-modernas, as quais “diferencia[m] e depois dispersa[m] as vozes (e os corpos) narrativas estáveis que utilizam a memória para tentar dar sentido ao passado” (HUTCHEON, 1991, p. 156). O que sabemos, todavia, é que seu estado de espírito era parecido com o quadro

---

<sup>28</sup> Nascido em 1928 e morto em 1990, foi ensaísta e ativista político angolano, além de fundador e primeiro presidente do MPLA.

<sup>29</sup> Publicado pela primeira vez no ano de 1953, tem como organizadores o santomense Francisco José Tenreiro (1921-1963) e o próprio Mário Pinto de Andrade. A ideia de sua produção surgiu em Lisboa, pelo Centro de Estudos que à época lá existia. Chama-se “caderno” exatamente pela sua espessura fina (pouco mais de vinte páginas) em que se encontram textos de autores de várias nacionalidades, dentre as quais haitianos, americanos e cubanos, cuja intenção primeira – através da poesia produzida pelos poetas negros desses países – era combater o pensamento europeu incutido no imaginário dos nativos desde os tempos dos regimes coloniais.

calamitoso pelo qual seu país passava à época de seu desaparecimento. De Lídia, bem como desse tempo, só restou a memória, que mediante sua poesia a própria se permitiu legar e perpetuar.

Com base nesse mesmo estudo de Linda Hutcheon, alguns outros ocuparam-se em identificar a metaficção historiográfica em *Estação das chuvas*. Destaquemos, pois, dois deles, escritos coincidentemente no ano de 2015. O primeiro desses estudos é a dissertação de Danuza Américo Felipe de Lima, em que consta, além de uma apreciação do romance sob as teorias do pós-modernismo, uma análise de Lídia do Carmo Ferreira sob o ponto de vista da diáspora. Diz-nos assim Lima (2015, p. 35):

A condição diaspórica determina a impossibilidade da personagem de sentir-se plena em um único espaço. Ela figura-se como uma espécie de sujeito inadaptado, e essa condição perpassa todo o seu percurso. O ápice desta figuração talvez seja o seu destino final, marcado pelo desaparecimento, restando apenas sua trajetória, recuperada em uma tentativa de junção realizada pelo jornalista. A sensação de pertencimento e completude, fundamentada nas teorias modalizantes e almejada durante as lutas pela Independência, não reside em Lídia nem nunca residiu, posto que a viajante que nela habita permanece num estado de solidão. Ela configura-se, portanto, sob o signo do móvel e do fronteiro. [...] Se, por um lado, a protagonista acentua a fragmentação, típica dos sujeitos pós-modernos, por outro lado, os locais agenciadores da ação não escapam à efabulação. As fronteiras perdidas também atingem os espaços geográficos que se transfiguram em não- lugares, pois, em Estação das Chuvas, as diversas barreiras, sejam físicas ou ideológicas, são transpostas em diferentes níveis.

Essa explicação confirma um ponto de vital importância na tessitura de *Estação das chuvas*: a mutabilidade de Lídia conforme as suas locomoções entre Angola, Alemanha, Portugal e Brasil. Essas transformações, por sinal, assemelham-se muito internamente com o processo de desenvolvimento cognitivo de Olga, uma vez que esta, como já afirmado, também tivesse de deixar sua terra natal para aprimorar suas capacidades. Por outras palavras, a condição diaspórica de Lídia faz com seu espírito se inquiete diante de um razoável período de tempo num determinado lugar, independentemente de quais sejam esses lugares. Ainda como ressalta Lima (2015), o auge dessa condição é o seu desaparecimento, pois é nele que se calca e se metaforiza o destino de Angola: na incompletude, estabelecida pelo quadro bélico por que o país passava no início da década de 1990 por ocasião da Guerra Civil. E é na solidão perene de um país aparentemente sem rumo que Lídia resolve não mais pertencer a ele, quiçá na intenção de ir ao encontro daquilo que se pode chamar de concretude, tanto de projeto de vida como de nação.

Outro ponto interessante do estudo de Lima diz respeito ao modo como ela relaciona essa condição diaspórica de Lídia às teorias da condição pós-moderna, de Stuart Hall (2001). Para ela,

[...] tal fenômeno de multiplicidade de fronteiras literárias que se perdem ocorre [...] também em *Estação das chuvas*, as fronteiras geográficas, culturais e genológicas se diluem. [...] Esse movimento ocorre, por exemplo, com a reescrita dos textos históricos oficiais, pois os dados não aparecem apenas citados, são ficcionalizados, com todas as cores e entonações de uma reescrita que preconiza a doação de voz aos dantes silenciados. Outras partículas movimentam-se para a composição da narrativa, e uma delas, digna de nota, é a metaficção, em que o texto se torna um espaço fundamental também para se interrogar (sobre) a própria escrita, permitindo-se, conforme já destacado, o mover por vários gêneros escritos e orais, como a carta, o poema, a reportagem e os mitos (LIMA, 2014, p. 35).

Grosso modo, o que está dito acima nos conduz à seguinte conclusão: ao mesmo tempo que é uma personalidade fragmentada em razão da sua relação com a diáspora, Lídia do Carmo Ferreira é alguém que – tendo como base as teorias de Stuart Hall – assume, por esse mesmo motivo, diversos traços típicos, todos eles híbridos e diferentes um do outro. Um desses traços manifesta-se, com efeito, no seu perfil de poetisa, aflorado desde a infância e aperfeiçoado conforme o passar do tempo. É por meio dele que contemplamos uma Lídia mais sensível, como se o ato de escrever poemas fosse, para ela, uma forma de externar artisticamente suas angústias e recordações relacionadas aos lugares onde morou e ao contexto histórico em que viveu imersa.

Sob esses prismas, destacamos o seguinte texto:

Voltar ao Fogo, regressar  
a pouco e pouco  
e como em fragmentos  
primeiro o torso  
a cabeça, depois os dedos  
que apalpam o ar  
em torno.  
Em pânico,  
Logo os cabelos, a minha bela cabeleira  
juvenil  
Regressar do Fogo e por instantes  
Lúcida  
brevíssimos instantes.  
E regressar ao fogo (AGUALUSA, 2012, p. 195).

A clareza com que se desenha, acima, o perfil mutável de Lídia é quase gritante. Quando ela se refere a “voltar ao fogo” – e tendo em consideração que, conforme Agualusa (2012), o poema foi escrito em 1992, ano em que a Guerra Civil angolana alcançou seu ápice –, vemos como o seu destino confunde-se com o destino de seu país. Ela descreve o fragmentar-se de um eu lírico que, entre idas e vindas ao fogo, perde-se no vórtice de seus próprios pedaços. É como que, referindo-se a si própria, Lídia expusesse ao mesmo tempo as suas sensações ao depara-se com a deflagração de novos conflitos nacionais. O “regressar ao fogo” é como que um lamento a um estado de espírito cujo

distintivo básico é o desfazer-se e refazer-se infinitas vezes.

Tal figuração poética nos remete, de passagem, às primeiras linhas do estudo de Alfredo Bosi, *O ser e o tempo na poesia* (2000), em que o autor inicia suas considerações da seguinte forma:

A experiência da imagem, anterior à da palavra, vem enraizada no corpo. A imagem é afim à sensação visual. O ser vivo tem a partir do olho, as formas do sol, do mar, do céu. O perfil, a dimensão, a cor. A imagem é um modo da presença que tende a suprir o contato direto e a manter, juntas, a realidade do objeto em si e a sua existência em nós. O ato de ver apanha não só a aparência da coisa, mas alguma relação entre nós e essa aparência: primeiro e fatal intervalo. Pascal: "Figure porte absence et présence." (BOSI, 2000, p. 18).

O que Bosi quer dizer é que, na poesia, muitas vezes a experiência vivida ou simplesmente testemunhada *in loco* antecede o gesto do escrever um poema. Ou seja, nas mãos do poeta, como é o caso de Lídia, as vivências são a matéria-prima para a composição do texto. Em outros casos, porém, quando não há um envolvimento direto com o vivido, a poesia assume um caráter mais abstrato, distante da realidade física e mais próxima ao universo onírico. Já no caso da poesia produzida por Lídia – bem como a poesia produzida pelos demais poetas de Angola no período pré e pós independência de países africanos de língua portuguesa –, é uma poesia mais “carnal”, assim podemos classificá-la, pois que se relacione diretamente a fatos históricos concretos de uma realidade drasticamente lancinante.

Por falar em historicidade, tornemos, agora, ao debate da metaficção historiográfica em *Estação das chuvas*. A reincidência desse fenômeno narrativo, aliás, é identificada num estudo do professor Edvaldo Bergamo (2015), no qual, dentre outros apontamentos, ele escreve o seguinte:

A metadiscursividade e referencialidade flutuante questionam, de tal modo, no romance histórico as malhas discursivas que entretecem conceitos problemáticos como “representação”, “faticidade”, “imaginação”, “verossimilhança”, etc., que antes se dispunham estáveis e desmascaram ao mesmo tempo a textualidade histórica como uma construção precária e provisória, na mesma dinâmica imperativa em que mostra quais as dificuldades emergentes que tanto historiadores quanto romancistas enfrentam, quando tentam se aproximar de acontecimentos históricos conhecidos ou ignorados, com o fito de instigar o desvelamento de seus significados aparentes ou camuflados. O atual romance histórico concebe diversas e distantes realidades numa tentativa de justaposição de mundivivências possíveis e alternativas, com a intenção de contribuir assim para criar uma outra consciência histórica indagadora e integradora, certamente mais expressiva. O que a escrita do romance histórico pós-colonial desmascara, sobretudo, é o caráter de artificialidade, de imobilidade, de cristalização, de estigmatização de algumas categorias epistêmicas, como “veracidade”, “estabilidade” e “objetividade”, “imparcialidade”, as quais ainda ostentam arraigado prestígio epistemológico na contemporaneidade, notadamente na operação historiográfica (BERGAMO, 2015, p. 79-80).

O que Bergamo enfatiza é aquilo que usualmente é chamado de “mundo possível”, que, por seu turno, é um dos diferenciais da ficção histórica contemporânea: aquilo que pode ter acontecido mas que, por falta de documentação ou mesmo de evidências, não é (com)provado historicamente. Tal modalidade de ficção histórica, como já assinalado neste estudo, é a mais praticada nos países africanos de língua portuguesa, onde as guerras coloniais representam a principal tônica das produções ficcionais. E indo contra aquilo que Edvaldo coloca como categoria epistêmica, a escrita desses textos solapam a veracidade histórica na medida em que conseguem, de igual modo, questioná-la. Traduzindo esses processos em um questionamento, é como se tais textos se expressassem, uniformemente, desta maneira: “Será que de fato tudo aconteceu como a historiografia oficial aponta ou existem outras versões que essa mesma historiografia nos omite por querer zelar pelas ditas ‘verdades inquestionáveis’?”.

No mesmo texto, Bergamo menciona *Estação das chuvas*, no qual

[...] a narração da trajetória pública e existencial de Lídia do Carmo Ferreira [...] vislumbra no campo da ficção os desafios da reconstrução e da revalorização da identidade cultural angolana, após a vitória em diversas frentes sobre o colonialismo português, notadamente, por intermédio da reconstituição histórica e política das contradições inerentes ao movimento independentista, ao longo do século XX, conjuntura ideológica na qual se insere em paralelo a biografia romanceada da referida poetisa, imaginada como importante artista e intelectual militante no processo de libertação nacional, símbolo representativo do papel da pensadora engajada e da mulher angolana para a conquista da autonomia do país, formalizada legalmente em novembro de 1975, mas que se revelou um embate ainda não consumado, sob o prisma da dinâmica histórica angolana (BERGAMO, 2015, p. 89).

Nesse caso, para além da exploração de uma nova perspectiva histórica, *Estação das chuvas* tem outro desígnio relacionado à angolanidade: tentar conceber um perfil feminino que seria um modelo de engajamento frente às questões coloniais e identitárias. Tal mulher devia trazer consigo aquilo que Lídia trazia, salvo os valores intelectuais expressos política e artisticamente: a persistência em tentar firmar laços de paz num país que, mesmo independente, deixava-se guiar por outras dissensões. Esses desentendimentos eram ligados não mais ao colonialismo mas à mera sede de poder, que não permitia que os partidos angolanos baixarem suas armas, as quais seguiam apontadas entre si, e, até o ano do desaparecimento de Lídia, não cessavam de disparar.

#### 4.1. Jacinto do Carmo Ferreira: a formação identitária de Lília a partir da figura do avô

Quase da mesma forma como ocorre em *Olga*, em *Estação das chuvas* uma personagem secundária auxilia a personagem central no seu processo de desenvolvimento de personalidade. Trata-se do bisavô de Lília, Jacinto do Carmo Ferreira. Ele que, quando Lília era um bebê de colo, foi buscá-la na Chela. Este gesto, por si só, já pode ser interpretado como algo marcante. Certamente, quando Lília em criança ficou sabendo disso, dera-se conta do quanto o seu avô a amava. E esse amor de Carmo Ferreira pela bisneta assemelhava-se ao amor dele próprio pelo seu país, pelo desejo de um dia vê-lo finalmente independente. Mas infelizmente, devido à brevidade da vida, Carmo Ferreira se foi sem ter o seu sonho – e o da maioria dos angolanos da época – realizado.

Numa recordação singular da fisionomia de seu avô, recordação essa convertida em poema, Lília o descreve com as seguintes palavras:

Longas barbas alvas, desgrenhadas  
As mãos sobre o peito, como aves assustadas.  
Assim eu te relembro, meu avô branco,  
irremediavelmente morto.

Faz-te tanta falta – sabes? – o velho  
capacete de cortiça e o bengalim de soba (AGUALUSA, 2012, p. 19).

A imagem de Carmo Ferreira, descrita acima com certo ar de nostalgia, relaciona-se também à morte, que o havia levado fazia poucos meses. Bem antes disso, porém, ainda quando Lília era criança, seu avô foi-lhe ensinando aos poucos o significado do termo “independência”. E o narrador, dando eco a sua própria voz como testemunha do amor de Lília por Carmo Ferreira, descreve a ocasião em que

Lília mostrou-me uma fotografia desta época. Foi tirada num domingo, com certeza, isso é uma coisa que se sente logo. Possivelmente domingo de Páscoa, pois Dona Fina aparece vestida de panos lilazes, como era tradição. No Ano Novo as bessanganas trajavam panos brancos, na Páscoa, panos lilazes, no Quinze de Agosto, um tecido chamado barra-de-manteiga, branco, com barras cor-de-rosa ou azuis. [...] Ao centro da fotografia, sentado num cadeirão de vime, está Jacinto do Carmo Ferreira. É um pouco mais gordo do que eu o imaginara mas ainda assim impressiona. Tem o capacete colonial no regaço, uma espessa cabeleira branca, que se mistura com a barba (AGUALUSA, 2012, p. 30-31).

Na descrição dessa fotografia de Carmo Ferreira já deparamos com um símbolo alegórico da causa independentista: o capacete oficial, o mesmo que se encontra descrito no poema anteriormente citado. Tal objeto emprestava-lhe aparência de um velho soldado ou, de outra maneira, de alguém engajado em alguma causa revolucionária. No entanto, o Carmo Ferreira da foto era apenas um esboço do homem cuja obsessão pela independência de seu país tornava-se o mote da maioria de suas conversas. Notamos isso, inclusive, em outras passagens de *Estação das chuvas*, quando se manifestava, ora aberta ora discretamente, o seu gênio independentista. Numa dessas passagens, Carmo Ferreira encontra-se na companhia de um amigo seu, a quem Lídia chama de “Pai Natal”, como é chamado em Angola o Papai Noel. E tendo dormido na casa desse amigo do avô, no outro dia

Lídia acordou estremunhada. O avô estava junto dela e sorria-lhe. O Pai Natal foi acompanhá-los à estação e quando chegaram meteu-lhe na mão um pacotinho com caramelos. Ele e o avô abraçaram-se demoradamente. Por fim Carmo Ferreira separou-se, apertou a cabeça do velho entre as grossas mãos e disse-lhe: “Coragem, esta terra ainda ser nossa” (AGUALUSA, 2012, p. 34-35).

Essa recordação, como a maioria das lembranças relacionadas a seu avô e, ademais, aos que o visitavam nas Ingombotas, revela por si só o ânimo com que era tratada a questão independentista angolana ainda na primeira metade do século XX. Por falar nas relações de Carmo Ferreira com a sociedade da época, as visitas que ele recebia tratavam quase que exclusivamente desse assunto. Eram homens de diferentes origens, entre os quais eram da predileção do velho os cônegos Frota (padrinho de Lídia) e Manuel das Neves e o Dr. Aires de Menezes, santomense que foi um dos primeiros médicos a exercer o ofício em Angola. É sobre este último, aliás, que incorrem atitudes racistas por parte daqueles que Agualusa nomeia de “cangundos”<sup>30</sup>.

Haveriam de se passar ainda alguns anos – no começo dos quais Lídia separou-se de seu avô em definitivo para começar a trilhar sua carreira universitária entre Lisboa e Berlim, passando a se comunicar com ele, nesse meio-tempo, apenas por meio de cartas – até ela se dar conta da dimensão da representatividade de seu avô em relação às questões nacionais. Ela encontrava-se, entretantes, em Portugal, a escrever sua tese sobre o filósofo guineense António Guilherme Amo, de modo que

Carmo Ferreira escrevia-lhe todas as semanas. Ao princípio eram cartas muito formais, apenas com notícias da família e dos amigos; pouco a pouco, porém, foram-se tornando mais próximas, mais íntimas, cheias de nostalgia e de uma espécie de urgência que ela não sabia definir.

---

<sup>30</sup> Em quimbundo, literalmente “brancos boçais”.

– Hoje sei – disse-me Lília – que ele estava a morrer.

As últimas cartas pareciam fragmentos de um diário. Nelas o velho falava sobretudo dos seus ideais:

– Em cada carta me repetia que eu era angolana, e que não podia desiludir aqueles que confiavam em mim (AGUALUSA, 2012, p. 59).

A última fala dessa citação resume bem a ideia que Carmo Ferreira, malgrado Lília já fosse adulta, queria lhe inculcar na mente: que nas suas veias corria sangue angolano e que ela nunca devia esquecer-se disto. Além disso, havia a responsabilidade de, mesmo encontrando-se na terra de seus colonizadores, Lília manter-se fiel àqueles que nela confiavam – ou melhor, seus compatriotas, os quais ainda guerreavam contra Portugal e seus aliados pela independência do país.

E a seguir, não muito depois da chegada de Lília a Portugal,

Jacinto do Carmo Ferreira morreu [...] já centenário. Lília recebeu a notícia no frio de Lisboa. Tivesse sido em Luanda e por certo lhe magoaria menos. Mas foi em Lisboa e o céu estava sujo. O ar segregava uma chuva viscosa e demorada. [...] Lília arrumou as suas coisas, vendeu tudo aquilo que não podia levar, juntou todo o dinheiro e comprou uma passagem para Berlim. Foi-se embora sem se despedir de ninguém.

- Foi uma decisão súbita – explicou-me –, eu não estava em mim. Com a morte do meu avô senti que o chão me faltava embaixo dos pés. Sentia que a vida não fazia sentido. Estava muito confusa e, para complicar tudo, o Mário tinha-se zangado comigo (AGUALUSA, 2012, p. 60).

Vê-se logo o quanto a morte do bisavô abateu Lília. Ela, que se tinha mudado para Portugal no intuito de se aprofundar nos seus estudos, teve de mudar-se novamente, talvez na tentativa de encontrar, na Alemanha, algum paliativo para a dor da perda. Se bem que nesse período estivesse ela engajada na discussão a respeito do que seria a negritude, mais especificamente em matéria de poesia. Daí a menção a Mário Pinto de Andrade, com quem discordava acerca desse assunto. E tendo em conta que ela mesma, para não falar em seu avô, era mais crioula que propriamente negra, tentou com este mesmo argumento embasar sua opinião. Como já apontamos aqui, muito dessa sua concepção devia conter o reflexo de seu avô, da sua mãe e dos demais parentes distantes seus, cuja negritude constituía não o elemento único de suas etnias, mas um dos elementos. Além disso, como convém mencionar outra vez, a influência de Carmo Ferreira opera-se também no âmbito do desapontamento de Lília quanto à Guerra Civil. Pois o objetivo da independência, além de fazer com que Angola se libertasse definitivamente dos grilhões portugueses, era promover a paz entre os povos nativos, favorecendo, ademais, o progresso da nação, a qual devia unificar-se e não manter-se severamente dividida entre partidos.

## 5. O papel da mulher nos movimentos revolucionários do Brasil e de Angola: os casos de Olga Benario Prestes e Lúcia do Carmo Ferreira

Voltando novamente nossas atenções para os livros de Fernando Morais e José Eduardo Agualusa que esta pesquisa se propôs a analisar, tomemos de agora em diante, de forma breve, a representação de suas personagens principais e suas ligações com os movimentos aos quais elas eram ligadas.

Em primeiro lugar, evocando mais uma vez o nome de Olga Benario Prestes, defrontamos com uma mulher de personalidade forte, particularidade que, segundo Mirian Goldenberg (1997), não compactuava com a forma de agir da maioria das militantes comunistas da época, fossem elas brasileiras ou estrangeiras. Ao contrário: segundo Goldenberg, Olga era um “contraexemplo” de militante, uma vez que, nas duas biografias em que ela se encontra retratada, a mesma é descrita como uma mulher audaz e dedicada às ações praticadas pela Juventude Comunista Alemã. Na época de Olga, porém, era mais comum que as militantes fossem mulheres reprimidas, ou, a rigor, “invisíveis”, posto que as suas representações se ligassem a alcunhas do tipo “mulher de” “companheira de” ou “filha de” (GOLDEMBERG, 1997, p. 4). Nesse caso, o que Goldemberg ilustra é que o modelo patriarcal de sociedade persistia inclusive nas sociedades comunistas de antigamente. Embora fossem politicamente revolucionárias, a submissão das mulheres a seus pais, maridos ou líderes se mantinha a mesma, de maneira que o círculo de ação da mulher se resumia ao cumprimento de seu papel de esposa. Já a seus maridos/companheiros ou pais eram encarregadas as grandes ações e decisões dos partidos. Com o passar do tempo, no entanto, tal conceito foi sendo alterado; aos poucos as mulheres foram ganhando espaço no cenário da militância em geral, isto muito em virtude daqueles que antes delegavam a elas serviços de importância secundária.

Ainda segundo Goldenberg (1997, p. 5):

Uma das questões sobre a militância política feminina que mais surge para o pesquisador do tema é: Por que estas mulheres ingressam em um mundo tipicamente masculino? [...] Algumas indicações sobre esta questão surgem no material analisado. A mais frequente é: são mulheres que, com raríssimas exceções, foram introduzidas neste mundo por um homem importante em suas vidas (pai, companheiro, marido, irmão etc.).

Essa análise conduz-nos a comprovações tanto no que diz respeito a Olga Benario Prestes no plano real quanto a Lúcia do Carmo Ferreira no plano ficcional, uma vez que tanto a uma como a

outra foi influenciada por homens (no caso de Olga, por seu pai, e no caso de Lúcia, por seu avô). No entanto, existe uma divergência relacionada a questões temporais. No tocante a Olga, como há pouco exposto, a possibilidade de uma mulher se destacar na militância comunista era muito pequena, haja vista o sexismo presente nesses grupos. Já no que se refere a Lúcia – apesar de ser de uma geração mais jovem que Olga e de ambas terem vivido em contextos diferentes (esta nasceu em 1908, enquanto aquela em 1928; esta cresceu na Alemanha depois da Primeira Guerra, enquanto aquela tornou-se mulher durante as batalhas pela independência de Angola) –, pode-se dizer que ela se diferenciou, em seu tempo e grupo, de forma semelhante a Olga.

Na continuação de suas considerações, Goldenberg torna a mencionar o caso de Olga, desta vez aproximando-o ao exemplo da segunda mulher de Luís Carlos Prestes, Maria Prestes, curiosamente um dos nomes falsos de que Olga fez uso quando esteve no Brasil. Para essa pesquisadora (1997, p. 6), “tanto no caso de Olga quanto de Maria suas atividades partidárias, em determinados momentos, limitavam-se a dar proteção a Luís Carlos Prestes, fingindo serem as esposas do capitão mais perseguido do país”. Tal situação, entretanto, faz com que Goldenberg conceba o seguinte:

Acredito que há uma relação igualitária entre homens e mulheres no interior do partido quando a mulher, ao ingressar na organização, já possui um capital político acumulado. Este é o caso de Olga que, quando chegou ao Brasil, já trazia um histórico considerável de militância na Alemanha e em Moscou. Olga não foi apenas a companheira de Prestes, como fica claro nas duas biografias [de Ruth Werner e Fernando Moraes]. Sua competência política foi reconhecida pelo partido que lhe destinou tarefas mais “nobres” do que as destinadas às demais mulheres. Esta diferença de capital explica o fato de Olga ser ouvida em importantes decisões políticas do partido enquanto Maria se restringiu, durante muitos anos, a cuidar dos filhos e da limpeza dos “aparelhos” em que morou com Luiz Carlos Prestes (GOLDENBERG, 1997, p. 6).

Essas palavras confirmam o fato de que, para uma mulher alcançar determinada patente de autoridade numa organização comunista, eram necessárias experiências anteriores que a credenciassem a tal. Esta era Olga: jovem e obstinada, não tinha medo de se deparar com os contratempos aos quais era submetida frequentemente por intermédio de suas ações. Mas no caso dela, como já sublinhado, seus talentos eram múltiplos, ao ponto de sua voz destacar-se não apenas no âmbito do grupo de que fez parte, mas de toda uma geração de mulheres que, em sua maioria, se deixavam conformar com os postos inferiores que lhes eram outorgados em razão do sexo.

Se considerarmos, no entanto, as postulações de Mirian Goldenberg em relação à personagem Lúcia do Carmo Ferreira, verificamos semelhanças que a aproximam, em vários pontos, a Olga Benário Prestes. Em primeiro lugar, temos uma mulher igualmente diferenciada no tocante ao

envolvimento com seu partido, fazendo-a divergir da maioria das mulheres de seu país. Como é fácil verificar, por exemplo, na representatividade feminina na história das revoluções não apenas angolanas, mas de todos os países africanos de língua portuguesa, elas figuravam – como as alemãs ou brasileiras na época dos referidos períodos – com o menor grau de autoridade possível. De acordo com Dya Kasembe e Paulina Chiziane, n’*O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome* (2008) – que questiona a intervenção preponderante, quando não exclusiva, dos homens para o fim da Guerra Civil em Angola –, a importância da mulher para o fim dos conflitos armados no país é muito maior do que nos expõe a historiografia oficial<sup>31</sup>.

Ainda conforme o estudo de Kasembe e Chiziane – tal como nos é revelado por Goldenberg (1997) a respeito das militantes brasileiras –, principalmente no tempo dos conflitos anteriores à independência de Angola, à mulher angolana cabia a obrigação de procriar e de zelar pela harmonia do ambiente familiar. No mais, em quase de nada fazia diferença a sua presença ou ausência. E por isso mesmo, as desigualdades, em vez de se extinguirem após o período colonial, efetivamente se expandiram, ao cúmulo de muitas donas de casa serem espancadas e violentadas por seus próprios companheiros. No contexto do fim da Guerra Civil, com efeito, assumindo a personalidade de mulheres que venceram duas vezes (tanto no âmbito da guerra quanto da redoma sexista em que os homens as haviam aprisionado), essas mesmas mulheres demonstraram a resistência e a esperança que sempre estiveram com elas durante os momentos difíceis.

Tal virada, porém, não chegou a ser experimentada por Lídia, ao menos não no tocante ao fim da Guerra Civil. Ou melhor, uma vez que tivesse se perdido numa confusão mental advinda, ainda, no início da década de 1990, ao invés de seguir lutando, ela se deixou vencer pelo desânimo resultante da derrocada dos ideais políticos que a impeliam à luta. Em todo caso, Lídia foi, durante boa parte do tempo, uma mulher forte: resistiu à prisão e a interrogatórios, dedicou-se ao MPLA da forma que lhe foi possível, sofreu algumas decepções e teve desentendimentos que não a fizeram ruir quando este parecia ser o caminho inevitável. Bem como Olga, ela imbuu-se do espírito revolucionário sem medo de ser contestada ou advertida por suas opiniões e atitudes; bem como Olga, ela foi criada num meio aristocrático, onde havia manifestações de preconceito e onde ocorriam desaparecimentos súbitos, muitos dos quais motivados por causas político-ideológicas; bem como Olga, os contratemplos do destino não a fizeram a princípio desistir de seus ideais – a liberdade da nação e a expressividade da mulher para além de rótulos excludentes e funções secundárias. E, diferentemente de Olga, Lídia do

---

<sup>31</sup> Neste mesmo livro de Kasembe e Chiziane constam, ainda, relatos de mulheres que contribuíram na prática para o alcance da paz no país, além de serem apresentados poemas que algumas dessas mulheres escreveram.

Carmo Ferreira era poetisa, de modo que o exercício da poesia, mais até do que a militância, foi-lhe libertador.

Essas mulheres revolucionárias, notadamente simbolizadas por Olga Benario Prestes e Lídia do Carmo Ferreira, não obstante representam um perfil revolucionário feminino do futuro. Tal conclusão é feita a partir da seguinte análise de Mirian Goldenberg:

Enquanto as antigas militantes se dedicavam a fornecer condições para que seus companheiros pudessem exercer suas atividades políticas, acredito que as mais novas estão mais centradas em suas próprias militâncias, na conquista de seus próprios (e valorizados) espaços profissionais e políticos. Creio que não aceitam, com tanta facilidade, o provérbio “atrás de um grande homem existe sempre uma grande mulher” [...] a presença masculina é muito mais marcante para as antigas militantes do que para as novas (GOLDENBERG, 1997, p. 9).

Como a própria Goldenberg trata de explicar no início do seu artigo, as mulheres a que ela se refere, as quais entrevistou na intenção de conceber um perfil feminino de militância dos anos subsequentes, começaram a militar no Brasil da década de 1940 em diante. Isto é, antes disso, as mulheres seguiam o seu comportamento habitual, muito próximo, aliás, à conduta da mulher burguesa de outrora, muito embora sem os direitos e ostentações que a condição social desta lhe dispunha. De modo que, assim sendo, a independência de Olga e de Lídia as faz figurarem historicamente como mulheres do futuro, exemplos a serem seguidos, até os dias de hoje, em matéria de militância feminina.

Com o propósito de indicar uma virada, especialmente nos últimos anos, quanto ao referido quadro de representatividade feminina, Goldenberg (1997, p. 14) encerra o seu estudo com estas palavras:

Separadas dos companheiros, dos filhos, da família, vivendo uma vida clandestina, sofrendo violências físicas e psicológicas essas mulheres adquiriram visibilidade nas últimas décadas, Suas histórias começam a ser contadas e a importância das suas presenças na luta política [...] está sendo cada vez mais reconhecida, através da realização de pesquisas, documentos e filmes e publicação de biografias.

Essas colocações, relacionadas ao reconhecimento feminino por intermédio das artes, aproximam-se em vários sentidos ao reconhecimento da imagem da mulher militante em Angola, segundo o que nos expõem Kasembe e Chiziane (2008) mediante os depoimentos por elas compilados. Enfim, ao que tais pesquisadoras buscam explicar, não é que essas mulheres são mais importantes que os homens em termos de intervenção histórica, mas que, por causa delas, o destino

de seus países tomou um rumo melhor, e que, sem elas, os avanços na maioria dos setores onde ocorreram intervenções não haveriam de ter continuidade.

## Considerações finais

De acordo com o que foi exposto até o momento sobre a biografia *Olga* e o romance *Estação das chuvas*, existem algumas semelhanças que, além de aproximar as duas personagens principais legítima e ficcionalmente, aproximam, ademais, os respectivos subgêneros aos quais elas pertencem e as épocas retratadas, cada qual num nível de proximidade e distância particular. É lógico que o apontamento de tantas analogias conduziria esta pesquisa a aprofundar-se um pouco mais nos detalhes dos textos e em outras teorias, algumas das quais – como de fato ocorreu devido ao limite de extensão que uma dissertação comporta – inevitavelmente acabaram sendo deixadas de lado. Seja como for, dentro das perspectivas exploradas, busquemos, enfim, apresentar esta comparação.

Em primeiro lugar, uma vez que tanto a biografia como o romance histórico necessitam do aporte da História para serem concebidos, *Olga* e *Estação das chuvas* aproximam-se pelo prisma da concepção dos textos. No caso da biografia, cuja longevidade como subgênero a torna tanto um produto como uma ferramenta da História, esta foi se moldando e aperfeiçoando com o passar dos séculos, não a ponto de prescindir completamente da História, haja vista ser isto impossível, mas de oferecer a liberdade necessária para o seu autor concebê-la dentro de um limite cada vez mais amplo de criatividade. Assim o é *Olga*, segunda biografia de uma personagem a princípio esquecida pela história da maioria dos lugares onde passou.

Notamos, ainda, similaridades no que contempla o corpus teórico deste estudo. Referimo-nos, pois, aos conceitos de pós-modernidade relacionados a um só tempo à sociologia, à história e à literatura, conceitos esses presentes, sobretudo, nas obras aqui referidas de François Dosse, Pierre Bourdieu, Stuart Hall e Linda Hutcheon. Tais estudos sinalizam na direção de um hibridismo multifacetado que abarca desde o sujeito das ciências sociais ao sujeito retratado na ficção histórica e na escrita biográfica. Esse mesmo sujeito é único e vario; quem acredita na sua imutabilidade corre o risco de ser levado ao engano – ou, fazendo alusão ao pensamento de Bourdieu, a uma “ilusão biográfica”. Esse risco se deve, acima de tudo, aos questionamentos que a condição pós-moderna impôs ao caráter antes inquestionável dos fatos históricos, de maneira que tudo aquilo que parece verídico está sob suspeita. O que, com certeza, está à margem de dúvida é a existência dessas personagens históricas. E isto, mesmo que vertido à ficção, só vem a ser reforçado, independentemente das conclusões a que se venha a chegar.

O papel do testemunho efetivamente reveza-se em matéria de substancialidade para a

concepção dos dois textos. Enquanto em *Olga* esses testemunhos encontram-se implícitos na tessitura da obra, em *Estação das chuvas* eles se destacam explicitamente como pedra de toque de sua composição. Outra semelhança relaciona-se ao fato de seus autores/narradores terem declarado a utilização desses testemunhos, trasladando-os, de forma parecida com o que ocorre às personagens centrais, da esfera privada para a pública.

No caso de José Eduardo Agualusa e *Estação das chuvas*, romance histórico de um engajamento evidente, do mesmo modo observamos a liberdade que as mutações do subgênero vieram a proporcionar. O romance histórico, que desde a sua firmação, no começo do século XIX, primava pela fidedignidade factual, explora aquilo que o fim do século XX proporcionou em matéria de evolução literária: a liberdade do autor para contar a história como bem lhe apraz. É claro que, como já analisado, bem como há limites para o biógrafo servir-se da imaginação a fim de escrever uma biografia, há limites similares para o autor de romances históricos empregar-se de ficção. No caso do romance pós-moderno, esses limites se expandem até onde a retratação da história torna-se uma paródia ou uma metaficção (HUTCHEON, 1991). Para fora desses limites, a obra passa a pertencer apenas ao universo da ficção romanesca – muito embora tenham se difundido algumas teorias que defendem que todos os romances, uma vez escritos, tornam-se automaticamente históricos<sup>32</sup>.

Porém, se formos examinar mais detidamente a história de Angola, fonte seminal de que Agualusa se serviu para escrever seu romance, damos com o fato de as mulheres, de forma geral, serem pouco mencionadas, tanto no que diz respeito à participação em partidos de independência como, mesmo, na própria produção da literatura antes e depois do período colonial. Portanto, o que Agualusa criou a partir de Lídia do Carmo Ferreira foi uma personagem que representa a consciência de uma classe artística militante que, tendo sido politicamente engajada, viu a falência do Estado Nacional no pós-independência e a incapacidade da nova classe política em saciar as necessidades do povo angolano.

Juntam-se a esses apontamentos compatibilidades e diferenças que se relacionam à questão da personalidade das personagens principais. Enquanto Olga Benario Prestes, como militante comunista, destacava-se pela sua perspicácia e ousadia, Lídia do Carmo Ferreira sobressaía-se pelo seu talento poético, mais indireto com relação às causas nacionais às quais era ligada. Ambas, no entanto, compartilham da mesma personalidade forte, diferenciando-se apenas no aspecto da

---

<sup>32</sup> A romancista brasileira Ana Miranda, em entrevista ao programa *Super Libris*, menciona a romancista francesa Marguerite Yourcenar, quando esta afirma que todos os romances são históricos. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=faHimV5yWAc>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

educação. Ao passo que Olga desde cedo tivera consciência do porquê de lutar contra aqueles que a perseguiram por questões étnicas, Lídia só aos poucos foi se descobrindo dentro de um país cuja necessidade de lutar contra a perseguição era, por certo, a maior das obrigações do povo.

Entretanto, a evolução das duas personagens coincide no que compete às suas viagens. No caso de Olga, os deslocamentos dentro de seu próprio país e mesmo fora dele fizeram-na desenvolver um senso de observação mais ponderado, menos afoito se comparado ao passado. Além disso, o reconhecimento de sua pessoa por meio de cargos concedidos pelos partidos aos quais ela se ligou corroboram sua evolução. O mesmo – é verdade que de modo peculiar – aconteceu a Lídia, que, tendo viajado a países da América do Sul e da Europa, partilhou vivências que lhe serviram de ensinamento. As correspondências que, por seu turno, representavam uma forma de compartilhar conhecimentos, também tiveram utilidade no seu processo de crescimento intelectual. A consciência de ambas as personagens com relação aos totalitarismos que ora se iniciavam, como no exemplo de Olga (nazismo), ora se encerravam, como no caso de Lídia (Segunda Guerra Mundial), fizeram-nas perceber mais atentamente quais os resultados que tamanhos eventos eram capazes de produzir.

Além disso, temos a compatibilidade de ambas, tanto Olga como Lídia, terem sido presas ao longo de suas trajetórias – acontecimento esse que, no entanto, não chegou a abalá-las demasiadamente. No caso de Olga, nas vezes em que esteve encarcerada, a prisão serviu-lhe, de fato, como revigorante de forças. E embora o romance não disponha de muitas descrições do período em que Lídia esteve cativa, podemos notar, por meio dos dois fragmentos da entrevista em que ela descreve os seus dias na prisão, que, da mesma forma que Olga, ela não se abalara de forma considerável. Pelo contrário, até se mostrava disposta a conversar com aqueles que a interrogavam, os quais, a propósito, dialogavam com ela sobre uma literatura empenhada com o processo de libertação de seu país.

No tocante a casos amorosos, dá-se outra coincidência: tanto Olga como Lídia tiveram dois. É certo que, como acontece na maioria das vezes, a decepção levou a termo seus primeiros relacionamentos. No caso de Olga, embora Luís Carlos Prestes tenha sido separado de si à força, ela não se deixou abalar, como poderia ter naturalmente acontecido. Já com Lídia, a decepção fez-se maior, muito em razão de o seu amor por Viriato da Cruz<sup>33</sup> nunca ter se consumado. Tal ausência fez com que seu relacionamento com Alberto Rosengarten<sup>34</sup> se tornasse uma espécie de repositório de angústias, que se desfez tão logo Rosengarten morreu. É notável que, após essas mortes, Lídia se

---

<sup>33</sup> Político e escritor angolano, foi um dos fundadores do MPLA. Viajou para Pequim em 1966, onde veio a falecer oito anos depois.

<sup>34</sup> Personagem fictício, de nacionalidade brasileira, com quem Lídia teve um breve caso amoroso.

deixara tomar por assomos cada vez mais intensos de tristeza, os quais se ampliavam ainda mais à medida que a situação beligerante de seu país se agravava. Com Olga, no entanto, acontecia o inverso: mesmo a Alemanha estando a afundar cada vez mais no lamaçal do nazismo, ela conservava a esperança de algum dia tudo melhorar. Esse pensamento manteve-se consigo mesmo após ela ter dado à luz e, em seguida, sua filha ter sido tirada de si.

Em paralelo, pelo que as descrições do narrador permitem entrever, um peso crescia à consciência de Lídia. Doía ver o seu país passar pela Guerra Civil, e esta dor era tão intensa que só lhe restava apenas um escape: escrever. Era por isso que ela se trancava em seu quarto, porque dentro de si devia arder os sentimentos de amor à pátria que o seu avô tanto lhe ensinara a cultivar e pelo qual seus amigos tanto se empenhavam em externar a partir da literatura. Certamente ela tinha consciência da sua missão de escrever sobre Angola, posto que, se não o fizesse, estaria traindo a memória de seu bisavô e a dos demais angolanos, do passado e do presente. Mas isto não foi o suficiente: sentindo-se sufocada, restava-lhe fugir; seu roteiro, apenas (ou sequer) ela sabia. O que ela não podia era continuar suportando ver as tantas cenas dolorosas proporcionadas pelos conflitos em seu país, mais precisamente na capital em que crescera.

Por fim, aquilo que as duas personagens deixaram como legado derradeiro – isto é, seus escritos<sup>35</sup> – revelam os sentimentos experimentados por elas antes de se despedirem em definitivo. No caso de Olga, sua bravura novamente avultou, ao se dar conta de que se aproximavam os seus últimos momentos. Apesar disso, de tal maneira ela se encontrava consciente e encorajada que assim se expressou:

Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Prometo-te agora, ao despedir-me, que até o último instante não terão por que se envergonhar de mim. [...] Até o último momento manter-me-ei firme e com vontade de viver. Agora vou dormir para ser mais forte amanhã (MORAIS, 2008, p. 298).

No caso de Lídia, entretanto, é o abatimento que se evidencia, na medida em que podemos notá-lo nestes versos, os quais se encontram na sua última carta:

O que ficou de mim nesses lugares?  
Quem fui?  
Não fui nunca de ninguém.

---

<sup>35</sup> Entre janeiro de 1931 e março de 1942 Olga escreveu várias cartas a seu marido e algumas a sua sogra e cunhada, a maioria das quais só chegaria aos destinatários quando Olga já se encontrava morta. Já Lídia, como poetisa que era, escreveu alguns livros, os quais são referenciados em notas de rodapé de *Estação das chuvas*.

Nada em lugar algum me aguarda.  
O meu coração está cheio de cansaço.  
Dorme na lama entre as flores.  
Morri e ninguém soube de nada (AGUALUSA, 2012, p. 210).

Para além das certezas e dúvidas que pairam sobre essas palavras, a título de conclusão, cumpre dizer o seguinte: a despeito de como tenha sido o fim da vida das personagens principais de *Olga* e de *Estação das chuvas*, Olga Benario Prestes e Lídia do Carmo Ferreira representam mulheres que transcenderam seus limites pela busca de seus ideais. E isto, no que tange as fronteiras da própria literatura, tanto no campo da ficção quanto da verdade histórica, da biografia e do romance, é algo digno de ser exposto nas páginas dos livros e (por que não?) dos anais da História.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- AGUALUSA, José Eduardo. *A conjura*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Estação das chuvas*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2012.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BERGAMO, Edvaldo A. *Literatura e história: as mulheres de Agualusa nos romances Nação crioula e Estação das chuvas*. Revista *Historiæ*, Rio Grande, 6 (1): 73-90, 2015.
- BOSI, Alfredo. *Ser e tempo na poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: M. FERREIRA; J. AMADO (Eds.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Porto Alegre: Unisinos, 2003.
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental volume II*. 43. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. p. 102.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. Coleção Via Atlântica, nº 1. São Paulo, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. *Biografia: quando um indivíduo encontra a história*. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- EVANS, Richard J. *A chegada do terceiro Reich*. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2017.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa*. Disponível em: <[http://www4.pucminas.br/imagdb/mestrado\\_doutorado/publicacoes/PUA\\_ARQ\\_ARQUI20121019162329.pdf](http://www4.pucminas.br/imagdb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121019162329.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2017.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *A voga do biografismo nativo*. Revista ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), 2005.

GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres & militantes*. Revista Estudos Feministas. Vol. 5, nº 2, 1997. p. 1-16. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12152/11422>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GUARIENTI, Franciele Rodrigues. *Lídia pelos caminhos de Angola: as intersecções entre literatura e história no romance Estação das chuvas*, de José Eduardo Agualusa. Dissertação do Departamento de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2015, 105 p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KASEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina (Org.). *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

LIMA, Danuza Américo Felipe de. *Da ficcionalização da história: um estudo da metaficção historiográfica em Estação das chuvas*, de José Eduardo Agualusa. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2015. 147 p.

LIMA, Priscila Henriques. *Literatura de guerrilha: a ideologia do MPLA na obra As Aventuras de Ngunga e a proposta de construção de uma nação angolana*. In: XXVII Simpósio Nacional de História e Diálogo Social. Natal, RN: ANPHU Brasil, 23 a 26 de junho de 2013.

LOPES, Ana Mónica Henriques. *Investigando as estratégias de construção textual de José Eduardo Agualusa*. As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas, vol. 2, 2002, pag. 191-199.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACÊDO, Tânia. *Luanda, cidade e literatura*. São Paulo: Unesp, 2008.

MACHADO, Carolina Bezerra. *Os romances de Pepetela: Literatura e engajamento*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434416475\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434416475_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2015.pdf)> Acesso em: 22 jul. 2017.

MALATIAN, Tereza Maria. *A biografia e a história*. Cadernos CEDEM, p. 16-31, vol. 1, nº 1, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. *Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antonio Candido nos estudos de literaturas africanas de língua portuguesa*. Itinerários, Araraquara, n. 30, p. 65-84, jan/jun. 2010.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1997.

PENA, Felipe. *Biografia em fractais: múltiplas identidades em redes flexíveis e inesgotáveis*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. VI (1):79-89, janeiro/junho 2004.

PEREIRA, André Luis Mitidieri Pereira. *Vidas e varões enovelados: como e porque (des)ler os clássicos da biografia*. Tese de doutorado da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2008, 306 p.

PEREIRA, Lindjane dos Santos. *A biografia no âmbito do jornalismo literário: análise comparativa das biografias Olga, de Fernando Moraes e Anayde Beiriz, paixão e morte na Revolução de 30, de José Joffily*. Monografia apresentada à Universidade Federal da Paraíba para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social. João Pessoa, PB, 2007, 97 p.

ROIZ, Diogo da Silva. *A coleção Perfis Brasileiros: um estudo da biografia no mercado editorial brasileiro*. Revista História Social, n. 21, segundo semestre de 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*. Novos Estudos CEBRAP, nº 66, Julho, 2003, p. 24-29.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *A biografia antiga: o caso de Plutarco*. MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 23-34, jan./ jun. 2003.

SILVA, Maurício. *História e identidade na ficção de José Eduardo Agualusa*. Anu. Lit., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 213-227, 2015.

SOUZA, Licia Oliveira. *Jornalismo e biografias: reconstruções de identidades e a busca pelo humano*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF. Juiz de Fora, MG, 2008, 71 p.

STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

TEZZA, Cristovão. *Literatura e biografia*. Conferência apresentada no XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo, USP, 2008.

*História geral da África, VII: África sob dominação colonial - 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010a.

*História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010b.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Unesp, 2012.